Partindo de uma sugestiva proposta de investigação histórica, Alcir Lenharo revê o estudo do processo político da formação do estado nacional através das relações de mercado interno estabelecidas entre núcleos produtores do Centro-Sul e o mercado da Corte.
Com a projeção política de um setor social ligado ao abastecimento, que teve participação decisiva nos acontecimentos relacionados à queda do imperador e a "experiência republicana" do período regencial, temos um novo e importante enfoque para o estudo das bases socio-econômicas que formaram a política nacional.

Próximo lançamento:

O SINDICATO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL,
de José Albertino Rodrigues

Alcir Lenharo

As Tropas da Moderação

Alcir Lenharo

As Tropas da Moderação

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

Lenharo, Alcir.
L584t As tropas da moderação : o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842 / Alcir Lenharo. — São Paulo : Símbolo, 1979.

(Coleção ensaio e memória ; 21)

Originalmente apresentada como tese de mestrado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1978.
Bibliografia.

1. Brasil — Comércio — Período da Independência 2. Brasil — Condições econômicas — Período da Independência 3. Brasil — História — Período da Independência 4. Brasil — Política e governo — Período da Independência I. Título. II. Título: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842.

CDD-981.034
-320.981034
-330.981034
-380.10981034

79-0709

Índices para catálogo sistemático:
1. Período da Independência : Brasil : Comércio 380.10981034
2. Período da Independência : Brasil : Condições econômicas 330.981034
3. Período da Independência : Brasil : Condições políticas 320.981034
4. Período da Independência : Brasil : História 981.034

Alcir Lenharo

As Tropas da Moderação

(O abastecimento da Corte na formação política do Brasil — 1808-1842)

Welber
setembro, 2007

EDIÇÕES SÍMBOLO

Supervisão Editorial
Alberto Baumstein

Rua General Flores, 522 — Fone: 220-0267

ÍNDICE

"... e só se fala com respeito da Casa de Bragança, mostrando todos o maior desejo de permanecerem unidos ao Rio de Janeiro, única cidade, onde os cultivadores da região acham escoadouro para as produções de suas terras".

(August de Saint-Hilaire)

ÍNDICE

NOTA DO AUTOR

Este livro tem uma pequena história atrás de si. Ela principia em 1974, quando Lenira Meneses Martinho, Riva Gorenstein e eu estruturamos um plano integrado de pesquisa, sob orientação da professora Maria Odila da Silva Dias, que nos adiantara a idéia inicial do projeto. Visávamos estudar a sociedade e o comércio na primeira metade do século XIX, com o objetivo de subsidiar um posterior reestudo da política do período.

Minha pesquisa desenvolveu-se nos dois anos seguintes graças a bolsas concedidas pela FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Os trabalhos foram concentrados no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e na Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro. Tenho grata recordação do modo prestativo com que Da. Hortência e Sr. Floriano, do "Patrimônio", e Da. Maria Luísa, do Arquivo Nacional, auxiliaram-me a superar as primeiras dificuldades de trabalho.

Redigida em 1977, a Dissertação de Mestrado foi, no ano seguinte, apresentada à banca examinadora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, composta pelos Professores Doutores Maria Odila Leite da Silva Dias, minha orientadora, Sérgio Buarque de Holanda e Pasquale Petrone. Seu título: "Política & Negócios: O Comércio de Abastecimento do Rio de Janeiro (1808-1831)".

Revista e ampliada, a Dissertação fez-se, agora, livro.

No processo de trabalho foi decisiva a convivência com Riva e Lenira, que me deram a gratificação de efetivar um grupo de trabalho. Da mesma forma, é preciso registrar a orientação e as sugestões oferecidas pela Professora Maria Odila. José Reginaldo Prandi, pelo

interesse, leituras críticas do original, Geraldo A. Andreasi Fantin e Joaquim A. de Assis Vilar, pela revisão, participaram dos instantes mais intensos do trabalho.

Devo também registrar o apoio recebido de amigos e colegas, seja pelo afeto, seja pela colaboração prestada ao longo da pesquisa.

Correndo o risco de eventuais esquecimentos, lembro-me especialmente de Afonso C. Marques dos Santos, Antonio Flávio de O. Pierucci, Carlos Alberto Vesentini, Iraci Galvão Salles, João Silvério Trevisan, Manoel Rodrigues Monteiro, Maria Stella M. Bresciani, Regina B.G.N. Correia, Regina S. Pires e Susana Sereno.

Mais recentemente, tocaram-me, significativamente, os incentivos recebidos dos Professores Maria Yedda Linhares e José Luís Werneck, do Rio de Janeiro e do Professor Tarqüínio J. B. de Oliveira, de Ouro Preto.

Alcir Lenharo

São Paulo, janeiro de 1979.

PREFÁCIO

Este livro traz uma contribuição nova para o estudo da sociedade brasileira, na época da Independência, tanto mais valiosa quando enfrenta, com paciência e força, a dificuldade enorme que representa para o historiador a extrema dispersão das fontes que se propôs consultar para recriar, numa perspectiva ampla, o surto do comércio de abastecimento da Corte e o papel político que os interesses regionais do sul de Minas desempenharam no processo de construção do Estado brasileiro, nas primeiras décadas do século passado.

O autor delimita cronologicamente o seu estudo de modo a abordar uma conjuntura, a seu ver, curta e transitória, favorável à diversificação da economia interna do sul de Minas e, concomitantemente à ascenção social de novos setores das camadas dominantes, a dos produtores mineiros, que emergem nos primeiros anos da Regência, não somente na praça, mas também no cenário político da Corte. Este momento favorável à produção de gêneros de abastecimento e à integração de um mercado interno já vinha florescendo nas últimas décadas do século XVIII [1]; teria o seu papel no processo de expansão da lavoura do café, que por sua vez, veio cercear e sufocá-lo [2].

O estudo da produção de gêneros alimentícios e de consumo seria um tema *de per si* significativo e cheio de implicações para a formação do nosso meio social; oferece um interesse ainda maior quando focalizado neste período de transição da Colônia para o Império, como demonstra Maria Thereza Schörer Petrone em uma obra pioneira, onde estuda o papel de São Paulo no comércio de abastecimento da Corte [3].

1. Maxell, Kenneth, *A Devassa da Devassa*, Rio, 1978.
2. Cf. supra, *pp. 130 e 134*.
3. Maria Thereza Schörer Petrone, *O Barão de Iguape (Um empresário da época da Independência)*, São Paulo, 1976.

A dificuldade de organizar a produção dos gêneros de abastecimento e o modo como se fazia a sua comercialização na economia colonial tem sido continuamente lembrada por nossos historiadores. As implicações sociais deste fenômeno continuam pouco estudadas, embora seja um dos assuntos mais importantes para a história das tensões, dos conflitos e da própria estrutura da sociedade brasileira. Este setor das atividades econômicas foi uma verdadeira arena de livre proveito para diferentes grupos das classes dominantes da Colônia, e não apenas para burocratas e monopolistas do Reino, pois também oferecia um meio de ascenção social para atravessadores e comerciantes nativos, em geral acobertados por figuras proeminentes da burocracia portuguesa, tais como governadores ou ouvidores.

Por outro lado, era neste setor preciso da economia que se tornava mais aguda a concorrência do trabalho escravo com o trabalho livre, mascarada pela força dos preconceitos contra qualquer forma de trabalho manual, que também contribuia para a decadência do artesanato e marcava de forma decisiva as relações sociais de trabalho nas aglomerações urbanas. O autor não descuida em seu livro deste aspecto de grande importância para nossa História Social. No Capítulo V estuda a coexistência de trabalho livre e escravo na formação das tropas, aprofundando-se na análise de todas as implicações que trazia para o "universo social do tropeiro".

Tive oportunidade de acompanhar a elaboração deste trabalho desde seu princípio, pois nasceu de um projeto de pesquisa integrada sobre "Estado e Sociedade na Época da Independência: o papel dos comerciantes portugueses do Rio de Janeiro", que orientei no curso de pós-graduação do Departamento de História da USP. Este projeto, financiado pela FAPESP, deu bons frutos, pois juntamente com o presente trabalho de Alcir Lenharo e com ele estreitamente relacionados, vieram a lume duas outras teses de mestrado: a de Lenira Meneses Martinho sobre o papel político dos caixeiros portugueses e a organização interna das firmas comerciais, e o de Riva Gorenstein sobre o enraizamento dos negociantes portugueses de grosso trato na Corte e na economia do Centro-Sul (ambos no prelo)[4].

Neste livro, Alcir Lenharo se propõe analisar as implicações sociais e políticas dos interesses ligados ao comércio de abastecimento da Corte

4. Lenira Meneses Martinho, *Organização do trabalho e relações no interior das firmas comerciais do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*, São Paulo, 1977; Riva Gorenstein, *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil (1808-1822)*, São Paulo, 1978, (Teses de Mestrado, mimeo.).

e o seu papel no processo de centralização do poder político e administrativo, em três momentos ou etapas bem distintos: o primeiro, de iniciativa da própria Corte, é o da política joanina de integração e garantia do setor de abastecimento, feita através de uma série de medidas de incentivo, financiamentos, abertura de estradas, distribuição de terras e de títulos honoríficos. Foi a penetração dos comerciantes portugueses pelo interior da Província, seguindo os antigos caminhos do ouro. O segundo momento, *grosso modo* correspondente ao período do Primeiro Reinado, foi o da ascenção social dos produtores mineiros, o de sua penetração na praça do Rio de Janeiro: é quando se definem os seus interesses políticos regionais, com o surto da imprensa local das cidades do sul de Minas, e o aparecimento de seus primeiros líderes políticos. Estes, após a abdicação de Pedro I, passam a ter uma atuação mais significativa no cenário político do Rio de Janeiro. Aderem aos liberais moderados e procuram deslocar o centro de decisões políticas do Paço, monopolizado por burocratas e comerciantes de origem portuguesa, para a Câmara dos Deputados[5].

O terceiro momento focalizado pelo autor corresponde ao da fundação do partido conservador e à política centralizadora e escravocrata do "Regresso', quando se dá a cooptação destes novos setores emergentes pela antiga oligarquia do Paço, agora enriquecida pelo café e enraizada no Vale do Paraíba.

Política de abastecimento e construção do Estado têm sido ultimamente objetos de alguns livros e de ensaios, entre os quais o de Charles Tilly sobre as crises de abastecimento e a manutenção da ordem pública, no contexto do Antigo Regime europeu[6].

No Brasil, desde cedo as crises de abastecimento foram pretexto para intervenções da Coroa, fosse apenas na tentativa de organizar a produção, concentrando-a em determinadas áreas do litoral baiano, a fim de garantir o abastecimento das frotas ou no sentido de permitir e de articular em momentos de crise mais aguda o socorro de uma Capitania por outras; estas intervenções das autoridades centrais também se faziam necessárias por ocasião de motins contra a carestia e novos impostos, que mascaravam, em geral, os motins de fome no Brasil colonial, como seria por exemplo em 1711 o episódio do Maneta, na Bahia, ou a revolta de Pitangui em Minas, em 1720. As mesmas crises se reproduzem durante o Império com levantes de escravos

5. Castro, Paulo Pereira de. "A experiência republicana" *In História Geral da Civilização Brasileira* (sob orientação de Sérgio Buarque de Holanda), São Paulo, 1972, volume 2.

6. Charles Tilly, ed. *The Formation of National States in Western Europe*, Princepton University Press, 1975.

na região cafeeira e também no Nordeste, como seria o caso da Praieira, "Ronco do Abelha" e o "Quebra-quilos"... As crises periódicas de abastecimento deram pois motivo para as primeiras intervenções do poder central junto ao mandonismo local.

Pode-se imaginar outras coordenadas com as quais trabalhar o problema da construção do Estado no Brasil, tais como a das pressões externas, no sentido de integração do país no liberalismo ocidental, após 1822, ou da importação das instituições políticas do colonialismo europeu. No entanto, uma das trilhas mais importantes a serem exploradas continua a ser o estudo dos momentos de cooptação do mandonismo local pelo poder central, que podem ser captados através de uma análise da política tributária do Império ou do estudo da política de controle dos cargos públicos. No caso do presente livro, o autor teve como principal preocupação articular, na análise da política integradora e centralizadora da Corte, aspectos vários como diversificação das classes dominantes, participação política, representação, regionalismo econômico.

Num estilo torturado e inquieto que lhe é peculiar, o autor sabe esmiuçar nas particularidades as suas implicações mais amplas: é com esta sensibilidade de historiador social que explora a sua documentação. Aproveita, por exemplo, um relato das localidades em que Pedro I se hospedou, durante uma viagem ao Vale do Paraíba, para reviver as figuras dos oligarcas do comércio da Corte, que iam obtendo sesmarias no interior e se enraizando na terra por alianças de casamento com famílias locais: Fernando Carneiro Leão, Jacinto Nogueira da Gama, Paulo Fernandes Viana, João Rodrigues Pereira de Almeida (p. 65).

Com o mesmo cuidado e riqueza de pormenores localiza, na praça do Rio de Janeiro, os comerciantes intermediários dos produtores mineiros "... instalados com armazens na praia dos Mineiros e nas ruas do Sabão, São Pedro e das Viollas, da rua Direita para baixo, por onde só em casos mui extraordinários transitam sejes, carroças..." (p. 47). Ali compravam dos tropeiros os seus produtos para revendê-los em consignação, oferecendo facilidades de acesso ao mercado, pastagens, caixeiros, serviços de tropa (p. 92).

Com o mesmo culto pelo pormenor sugestivo, descreve cuidadosamente uma das primeiras firmas mineiras a se instalar na Corte (p. 76). Traz também dados minuciosos sobre a natureza das fortunas dos capitalistas mineiros e o seu modo de operar, seja como credores e abastecedores das primeiras fazendas de café, como foi o caso dos Leite Ribeiro e Teixeira Leite de São João del Rey (p. 70), ou ainda como traficantes de escravos (pp. 102, 119). Analisa a organização

doméstica das firmas, os seus negócios enredados nas relações familiares, mais "... a complementaridade entre fazenda, rancho, venda, pastagens, postos em serviço de modo integrado" (p. 77). Identifica alguns dos principais invernistas mineiros como Antonio Francisco de Azevedo (p. 87), Francisco José Mello e Souza (p. 106) ou José Custódio Dias, de Alfenas (p. 99), que procuravam intervir na política de abastecimento da Corte.

Os primeiros sintomas da penetração dos produtores mineiros no mercado da Corte são pressentidos no jogo dos interesses regionais, que vão se imiscuindo no cenário político e na própria política central de abastecimento. Em 1828, Bernardo Pereira de Vasconcelos discursava no parlamento sobre a importância de isentar produtores e tropeiros mineiros dos rigores do recrutamento militar; outros políticos, representantes de interesses mineiros como os padres José Custódio Dias e José Bento defendiam a liberalização do comércio de abastecimento da carne... O próprio Evaristo da Veiga, em seu jornal *Aurora Fluminense* tomava o partido de interesses monetários regionais do sul de Minas contra os bilhetes do Banco do Brasil, que queriam manter depreciados...

Alcir Lenharo também recria o borburinho quotidiano das principais estradas de acesso à Corte, descrevendo ao lado dos "camaradas" as figuras dos "proprietários-tropeiros", um pouco ambíguas na escala de valores da sociedade escravocrata do Império, porém bem características de uma fase inicial de ascenção social dos produtores do sul de Minas.

Em 1818, vislumbra a passagem do tropeiro Narciso Antonio, que voltava do Rio com três camaradas e cinco escravos, "... de idade de 48 anos, estatura ordinária, olhos pardos, sombrancelhas delgadas...". Encontra-o novamente em 1825, mais próspero, com 64 anos de idade, voltando do Rio pela estrada da Polícia, acompanhado de 14 camaradas e levando 34 escravos novos para vender pelo caminho (p. 111).

Política, valores ideológicos e trama de negócios regionais compõem este estudo que reconstrói, num estilo minucioso e colorido, peculiaridades originais da sociedade da Independência, trazendo para o leitor dados inéditos sobre um assunto pouco conhecido.

São Paulo, 18 de março de 1979
Maria Odila da Silva Dias

INTRODUÇÃO

Os estudos históricos relativos ao abastecimento urbano têm produzido algumas obras de caráter monográfico que incidem especialmente sobre o abastecimento das Gerais no século XVIII[1]. Outros trabalhos, também monográficos, têm escolhido o ciclo do muar em São Paulo como tema de pesquisa, fornecendo subsídios para os estudos de abastecimento. Entre eles, *O Barão de Iguape*, de Maria Thereza Schörer Petrone, dimensiona as características do mercado interno no Centro-Sul, tomando o Rio de Janeiro como o pólo ordenador do fluxo de gêneros de primeira necessidade[2].

Apareceram, recentemente, duas contribuições que alteram de modo substancial o panorama desses estudos[3]. Trata-se de duas obras que tomam o abastecimento como objeto de investigação. O texto de Maria Yedda Linhares estuda o abastecimento em longa duração, alinhavando-o com a expansão da economia exportadora. Constitui uma estimulante incursão pela história do abastecimento no Brasil, acompanhada de um grande esforço de periodização.

Já o livro de Kátia Mattoso, além de estudar o abastecimento de Salvador como objeto em si, utiliza-o também como recurso metodológico para pesquisar a geografia, a economia e a sociedade de Sal-

1. Mafalda Zemella produziu em 1951 a obra mais expressiva: "Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII", (Tese de Doutoramento), São Paulo, USP. Nesse conjunto merece citação o estudo de Myriam Ellis, *Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVIII*, Rio de Janeiro, MEC, 1960.

2. *O Barão de Iguape*, de Maria Thereza Schörer Petrone, São Paulo, Editora Nacional, 1976, avança significativamente no setor. Sua bibliografia fornece inclusive os estudos mais importantes já realizados sobre essa temática.

3. Maria Yedda Linhares, *O problema do abastecimento numa perspectiva histórica 1530/1918*, Rio de Janeiro, 1978, mimeo; Kátia M. de Queiróz Mattoso, *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, São Paulo, Hucitec, 1978.

vador e do Recôncavo. Trata-se, portanto, de um estudo que elege o abastecimento também como instrumento de percepção e análise de outros níveis do real histórico.

Algumas das características evidenciadas nestes estudos apresentados também são componentes do presente livro. Enfoca-se aqui, preferencialmente, a problemática do abastecimento urbano. Estuda-se a estruturação dos meios de distribuição, não se perdendo de vista o alcance das bases sócio-econômicas da produção e buscando-se recuperar a historicidade do fenômeno estudado.

A especificidade deste livro procede do esforço em analisar o abastecimento como uma temática política. Escapando dos parâmetros da História Econômica, buscou-se estudar a formação de um setor social novo oriundo da produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno.

Mais que isso, procurou-se demonstrar o modo como este setor da classe proprietária do Centro-Sul articulou-se politicamente em nível regional e se projetou no espaço da Corte. Tal movimento tomou impulso a partir da Independência, quando novos setores sociais perceberam alargadas as possibilidades de participação. No caso dos representantes políticos do setor abastecedor, tiveram facilitada sua caminhada rumo à Corte através da própria prática mercantil. A sua projeção política deu-se progressivamente como que acompanhando o desdobrar dos seus negócios rumo ao mercado consumidor.

Essa perspectiva política da pesquisa acabou por delimitar o setor de abastecimento estudado — a produção mercantil de subsistência e suas rotas terrestres de distribuição, colocando em evidência as áreas interioranas produtoras de gêneros de primeira necessidade. Privilegiou-se estudar o Sul de Minas uma vez que esta Região converteu-se, durante o período estudado, no principal núcleo produtor e abastecedor do mercado carioca. Não se perdeu de vista a necessidade de reconstruir as bases de organização do comércio vigente bem como suas vinculações com o mercado do Rio de Janeiro.

Desse modo, o objeto de estudo escolhido constitui apenas uma fatia menor do conjunto do abastecimento. Ocorre, no entanto, que ele se constitui na fatia mais rica de análise, já que permite um amplo campo de constatações acerca da projeção e do desempenho político do setor produtor e mercantil no processo político do período.

Para se ter uma visão de conjunto do problema abastecimento, é interessante que sejam conhecidas as principais fontes fornecedoras do mercado do Rio de Janeiro, assim como se compare a importância desta atividade em relação a outras no contexto da vida mercantil.

Grosso modo, pode-se dividir o conjunto do abastecimento em três fontes: a externa, cujas praças maiores eram Lisboa, Porto e o Prata; a interna, de cabotagem, cujos núcleos principais eram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e as áreas mais próximas da Corte, como Campos e Parati; a terceira fonte, também interna, era a circunscrita às rotas terrestres que alcançavam principalmente as capitanias de Minas e São Paulo e, através delas, os centros produtores de Goiás e Mato Grosso.

De Lisboa e Porto provinham sal, vinho, azeite, azeitonas, sardinhas, bacalhau, vinagre, trigo, farinha de trigo. O Prata abastecia o Rio de Janeiro de carnes salgadas, toucinhos e sebo.

No segundo grupo despontavam as importações do Rio Grande do Sul que fornecia carnes salgadas, couros, trigo e peixe. Santa Catarina contribuía com milho, feijão, arroz, trigo, cebola e farinha de mandioca. Arroz, feijão, mandioca, café, milho e outros gêneros provinham de centros diversificados[4]. Podem ser ainda arrolados neste grupo a produção de hortaliças, a criação de animais de pequeno porte, a pesca, nas imediações do Rio de Janeiro, cuja distribuição dependia em grande parte do movimento de embarcações na baía de Guanabara.

O terceiro setor abastecedor, objeto deste estudo, produzia e exportava gado em pé, em grande quantidade além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, cereais. O principal centro abastecedor era o Sul de Minas. Sua produção era complementada por outras regiões de Minas, Paracatu, por exemplo, e pela produção paulista.

Apesar do maior vulto comercial, a importância política dos dois primeiros setores era menor. A fonte externa e a interna de cabotagem constituíam-se em atividades subsidiárias das grandes casas importadoras e exportadoras do Rio de Janeiro, não alcançando pois expressão política própria. Casas como Carneiro, Viúva e Filhos,

---

4. Santos, Itaguahy, Ilha Grande, Macaé também exportavam açúcar; o arroz provinha principalmente de Itaguahy, Paranaguá, Ilha Grande, Cananéia, Iguape; o feijão era exportado principalmente por Parati e Cabo Frio; o milho, por Parati, Santos, Cabo Frio e Guaratiba; a farinha de mandioca por Parati, Guaratiba, Caravelas; o café por Parati, Itaguahy e Ilha Grande; toucinhos provinham de Parati e Santos. Campos exportava mel e Parati, fumo.

Tanto para o primeiro quanto para o segundo grupo, as fontes consultadas foram: ''Livro de entradas das embarcações neste Porto do Rio de Janeiro'', anos de 1809 a 181 Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro (DPHAMRJ); Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro*, 1.° volume, pp. 83 a 91; John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, 1975, pp. 402 a 410.

Joaquim Pereira de Almeida & Cia., José Joaquim de Siqueira e Cia. preponderavam no setor de abastecimento, em cujas atividades era extensivamente utilizada a mesma estrutura mercantil dos negócios de importação/exportação[5].

O mesmo parecia se dar com os negócios do tráfico negreiro, com as companhias de seguro e com as arrematações de contrato para cobrança de impostos, afiança uma pesquisa recente[6]. Riva Gorenstein observa que estas atividades, bem como os negócios de cabotagem estavam enfeixados nas mãos de um grupo restrito de grandes comerciantes que utilizavam sua estrutura de negócios em campos diversificados de atividades, restringindo desse modo os custos de empresa, abrigando-se de riscos imprevistos e ampliando a sua faixa de lucros.

Já o abastecimento por vias internas constituía-se em um setor recente; sua organização distributiva era vinculada em grande parte às propriedades interioranas ou a firmas de tropas independentes das grandes casas de comércio da praça carioca. A expansão do fluxo de comércio angariou para os proprietários, comerciantes e tropeiros do interior uma crescente influência política na Corte — mercado que drenava a maior parte de sua produção.

O contexto sócio-econômico pode ser pormenorizado através do clima de pressão em que se encontravam os comerciantes portugueses. De um lado, como se assinalou logo atrás registrava-se um avanço dos proprietários do interior no sentido do mercado. De outro, principalmente após a abertura dos portos, a penetração inglesa fez-se intensa, abocanhando a parte mais expressiva dos negócios da importação — para não dizer de seu avanço até mesmo no setor de varejo — e dos privilégios, concessões e isenções cedidos pela Coroa portuguesa[7].

Em vista disso, o setor de abastecimento de cabotagem absorveria, após 1808, um número maior de comerciantes portugueses acossados pela pressão inglesa nos negócios de importação. Perdendo o papel de intermediários do comércio colonial, os comerciantes portugueses buscaram se alojar nos negócios de abastecimento e, por vezes, em atividades produtivas, também ligadas ao abastecimento[8].

5. Riva Gorenstein, *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil: 1808-1822*, São Paulo, USP, 1978, p. 47.
6. *Idem, ibidem*, pp. 38 a 56.
7. Lenira Meneses Martinho, *Organização do trabalho e relações sociais no interior das firmas comerciais do Rio de Janeiro na 1.ª metade do século XIX*, USP, 1977, pp. 16,17; Riva Gorenstein, *op. cit.*, pp. 15,16.
8. Maria Odila da Silva Dias, citando Marrocos, refere-se a investimentos que José Egídio Álvarez de Almeida e Antonio de Araujo, em sociedade, fizeram no Rio Grande

A reação defensiva dos portugueses não se fez tardar. No tocante à cabotagem, trataram de garantir junto ao Regente o afastamento da penetração inglesa também nesse setor. É o que se pode apurar através da Decisão de 9 de janeiro de 1815 que proibia aos navios estrangeiros a participação no comércio de cabotagem[9].

Outras conquistas parciais foram conseguidas. O comércio a varejo e a redistribuição de mercadorias importadas aos demais portos brasileiros foram vedados aos estrangeiros. De outro lado, o Regente incentivou a expansão do comércio e das atividades produtivas no país através da criação de diversos projetos de infra-estrutura, e de uma liberal política de distribuição de terras, que auxiliaram a desafogar a situação de pressão em que se encontravam os comerciantes portugueses.

Excepcionalmente, os comerciantes portugueses continuavam participando, em pequena escala, do comércio importador através de sua associação com firmas britânicas. Funcionavam como "testas-de-ferro" prestando serviços para firmas inglesas, fosse como subterfúgio para aplicação de capitais onde lhes era vedado, fosse para facilitar a importação e distribuição de mercadorias no mercado local[10].

A pressão que procedia do interior, ao que tudo indica, agia de modo considerável sobre o mercado carioca. Pode-se perceber a disputa pelo domínio do mercado através de amplo debate travado no interior do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Comerciantes portugueses e outros setores tradicionalmente instalados no mercado desferiram ataque cerrado contra os intermediários — termo genérico que, no mais das vezes, era empregado pejorativamente para discriminar os novos comerciantes que disputavam parcelas do mercado.

Tal como será descrito ainda no primeiro capítulo, o ponto crítico dessa disputa rompeu-se quando da quebra do regime de contratação da distribuição das carnes verdes. Em 1823, D. Pedro liberava o comércio da carne, e o setor abastecedor conquistou significativa vitória, consolidando-se de vez no mercado.

Sugestivamente, será a partir de 1826, na retomada dos trabalhos da Assembléia Legislativa que a atuação parlamentar dos representantes do abastecimento se intensificará, para transbordar-se na par-

do Sul. "A interiorização da Metrópole (1808-1853)", p. 172, *In 1822: Dimensões*, organizado por Carlos G. Mota, Editora Perspectiva.
9. *Decisões do Governo do Império do Brasil, 1808-1816*, p. 1.
10. Riva Gorenstein, *op. cit.*, p. 18.

ticipação ativa que cumpriram nos eventos associados à deposição do Imperador.

Nessa oportunidade, a oposição aos comerciantes portugueses se alastrara, convertendo-se mesmo numa frente de luta popular. A penetração comercial e política dos proprietários do interior fazia-se em meio a um contexto tomado de tensões, cuja face mais radical se mostrou nas arruaças, saques a casas comerciais, acompanhados da resposta de caixeiros e comerciantes reinóis.

O tema da nacionalização do comércio veio à tona, mas os políticos representantes do setor abastecedor, agora assegurados no mercado, buscaram esvaziar a discussão e arrefecer as posições radiciais, temendo que tal situação extrapolasse para outras também susceptíveis de participação popular. Não há pois que se surpreender diante do gesto contemporizador assumido pelos moderados quando, circunstancialmente, buscou-se a adesão política dos próprios comerciantes portugueses para fazer frente à ascensão do movimento popular.

O caráter político a que se quer chegar com a presente investigação reaparece no estudo do que se convencionou chamar de política de integração do Centro-Sul[11]. Por integração entende-se aqui o processo de articulação mercantil desenvolvido entre as áreas produtoras e o mercado consumidor, viabilizado pelos meios de comunicação existentes entre os dois pólos. Fica claro, portanto, que a integração pôde ser efetivada a partir da ordenação do fluxo regional do excedente produzido e absorvido pelo mercado carioca.

Dá-se, no entanto, que a integração — um dado prioritário — podia, como o foi, ser utilizada politicamente para diferentes fins. Desse modo, interessa entendê-la inicialmente como o objeto de investigação, como núcleo informante da pesquisa. E vazada conceitualmente, ela deverá acionar teoricamente a temática abastecimento.

O passo seguinte será associá-la à necessidade de fundamentação das bases políticas do Estado no Centro-Sul. A administração joanina, por exemplo, empenhou-se em alicerçar suas bases políticas no Rio de Janeiro, utilizando, como um dos instrumentos primordiais, a busca da regularização do mercado da Corte. A nova conjuntura aberta após 1808 expôs o mercado carioca em expansão a conviver com crises intermitentes de abastecimento, impelindo o Regente a incentivar a produção de gêneros de primeira necessidade, bem como a resolver o problema do escoamento das mercadorias, dada a insuficiência de meios de comunicação interna. Decisão de 1.° de dezembro de 1815, por exemplo, visava incentivar a produção e o comércio da região de Valença, entre o Sul de Minas e o mercado da Corte[12]. Outras medidas de igual importância foram tomadas no sentido de abrir e preservar novas vias de comunicação, a fim de que fosse regularizado o fluxo de mercadorias para o mercado do Rio de Janeiro.

11. Já Maria Odila da Silva Dias, em seu ensaio citado, trabalhou o conceito de integração e sugeriu estudá-lo através do comércio interno voltado para o abastecimento do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, o abastecimento passa a ser visto como um dos instrumentais adequados ao estudo do que a autora chamou de "interiorização da Metrópole", efetivada pelo enraizamento da Corte na Colônia. *Op. cit.*, p. 171.

Através do desdobramento teórico do conceito de integração, serão englobados fenômenos que passam a ganhar uma significação mais ampla. Desse modo, a organização da produção e a comercialização dos gêneros de primeira necessidade no interior do Centro-Sul, a ocupação, distribuição pelo Estado e concentração de terras nas faixas em que emergiria a economia cafeeira, a abertura de estradas para a regularização do fluxo de mantimentos para o mercado carioca integram um conjunto de transformações que, em última instância, subsidiam a formação das bases estruturais do Estado nacional.

O núcleo central destas considerações prende-se, pois, à tese de como a integração do Centro-Sul atuou como mecanismo de modelação das bases sócio-econômicas do Estado nacional, tendo como pré-requisito o fluxo do excedente comercializado regionalmente e orientado para atender à demanda consumidora da Corte sediada no Rio de Janeiro.

Pode-se mesmo afirmar que, até os anos 30, quando somente então o café deslanchou e passou a conduzir a expansão econômica do Centro-Sul, a economia mercantil de subsistência ocupou um espaço vital no crescimento das forças produtivas da região, apoiada na exportação do seu excedente para o consumo da Corte.

Avançando esta argumentação um pouco mais: a própria colonização do Vale do Paraíba e a expansão da economia cafeeira foram, basicamente, lastreadas sobre recursos egressos do setor de subsistência mercantil. As rotas de abastecimento facilitaram a penetração e colonização da região, cujas estradas foram povoadas principalmente para dar cobertura aos tropeiros e viajantes que por aí transitavam. Isto para não falar no contingente migrante e no capital oriundo das zonas mineiras em crise e das áreas abastecedoras propriamente ditas.

Apurou-se, no desenrolar da pesquisa, um importante movimento de mudanças sociais na região, em que despontaram dois grupos

12. *Decisões do Governo do Império do Brasil — 1808-1816*, p. 36.

distintos de proprietários que, aos poucos, passaram a apresentar comportamento político também distinto entre si.

O primeiro grupo apontado, o abastecedor do mercado carioca, crescia politicamente em nível local e provincial mas, no âmbito da Corte, era barrado por um processo seletivo de nobilitação e arregimentação burocráticas, geralmente efetivadas nos escalões do alto comércio. Isto foi uma constante nos governos de D. João VI e de D. Pedro I.

O Sul de Minas, principal núcleo produtor, contribuiu decisivamente para a composição social e política deste grupo. Mas ele era também extensivo a outras regiões mineiras, paulistas e fluminenses, onde, por sinal, torna-se difícil, às vezes, precisar os limites entre produção mercantil de subsistência e produção mercantil típica de exportação.

O outro grupo procede da Corte e foi recrutado principalmente no alto comércio, nobreza e alta burocracia de estado. Graças a uma política "generosa" de D. João, também levada adiante por seu filho, vasta extensão de terras foi doada a poucas e ricas famílias da Corte. Complementando a tendência, vários comerciantes compraram terras na região do Paraíba, investindo na produção, em parte para escapar à pressão exercida pelos ingleses no comércio do Rio de Janeiro.

Já foi observado que a projeção política do primeiro grupo não se fez de modo rápido. Pode-se também dizer que ela se fez descompassadamente em relação à penetração dos produtores no mercado. Isto significa dizer que enquanto o abastecimento integrava áreas produtoras e seu mercado consumidor, a projeção política do setor abastecedor não se fazia de maneira correspondente. O ajuste se consumaria em 1831, oportunidade em que políticos interioranos das zonas abastecedoras despontaram e conduziram as lideranças da classe como um todo no processo político.

O segundo grupo apresenta traços de evolução curiosos. Primeiro porque evolui do comércio para a produção agrícola de açúcar e café principalmente. Segundo porque, sendo esteio do Estado no primeiro reinado, foi apeado do poder pelo movimento de 1831 que depôs o Imperador.

Nos anos 30, no entanto, pós-período de acomodação com outros contingentes sociais, o grupo formado na região cafeeira do Vale do Paraíba ganhará identidade própria e constituir-se-á na base social do movimento regressista e, portanto, do conservadorismo no Brasil. Em outras palavras, o então grupo de altos comerciantes, nobres e burocratas, identificados com o governo imperial, volta ao poder, lastreado na propriedade escravista de café, fundamentando o Regresso e as bases infra-estruturais do Estado nacional.

Julgo ser importante a descrição deste quadro, na medida em que apresenta outra vertente interpretativa da construção do Estado nacional em sua etapa incial. Geralmente, a historiografia, sob ângulo jurídico, detém-se na idéia do Estado importado, marcado apenas por traços de permanência do que imigrou da Metrópole, tendendo à imobilidade. O movimento social aqui apresentado mostra um outro lado da questão, mais rico e esclarecedor, apresentando o Estado em formação de face materializada, isto é, classista, em transformação determinada pela expansão sócio-econômica do pólo dinâmico do país, o Centro-Sul.

Este estudo não despenderá cuidados especiais com a análise da prática política e dos postulados ideológicos básicos dos políticos representantes do setor abastecedor e dos liberais moderados, grupo político mais amplo de que faziam parte. Isto implicaria desenvolver um outro estudo, dada a especificidade e alcance do objeto em si.

Ensaiarei, no entanto, analisar o crescendo da participação política dos principais líderes, os padres José Custódio Dias e José Bento Ferreira de Mello. Este, em particular, receberá atenção especial, em vista de sua atuação dinâmica na imprensa, no legislativo, na administração provincial, na articulação do grupo e na preposição de teses políticas caras à gestão moderada.

De resto, adiantarei algumas reflexões sobre certas situações políticas e ideológicas, sempre que privilegiáveis, relativas ao desempenho dos liberais moderados enquanto agrupamento político. Buscarei perceber, em termos de duração mais longa, e no nível da classe, a função que cumpriram para ela. Nesse sentido, eles não se diferenciavam radicalmente dos regressistas que os sucederam no poder. Cumpriram, em momentos diferentes, os objetivos que a classe proprietária como um todo exigiu deles, seus representantes.

Uma outra face deste livro apresenta também preocupações alternativas, desdobramentos refletidos de elementos cultivados ao longo da pesquisa. Refiro-me ao intento de levar adiante algumas proposições clássicas de Sérgio Buarque de Holanda, preocupado em recuperar a figura do comerciante, visto comumente na historiografia como uma categoria social secundária em relação à supremacia e ao predomínio da aristocracia fundiária[13].

13. Cf. especialmente "Sobre a doença infantil da historiografia", *In O Estado de S. Paulo,* 24 de junho de 1973 e "Prefácio" a *O Barão de Iguape, op. cit.,* de Maria T. Schörer Petrone.

Conforme foi apresentado no transcorrer desta introdução, não é raro que o próprio setor mercantil ensejasse a acumulação de capitais necessários à ampliação dos negócios, como a compra de terras e o investimento na produção agrícola. No caso do povoamento de larga faixa situada entre o Sul de Minas e a Capital, comerciantes da Comarca do Rio das Mortes, particularmente de São João Del Rey, e comerciantes do Rio de Janeiro penetraram pelos dois flancos na região, convertendo-se nos seus principais proprietários. Dedicaram-se à produção de gêneros de subsistência, açúcar e, depois, o café.

Nessa linha de pesquisa, propõe-se demonstrar a projeção do comerciante ligado ao abastecimento, observando como ele tem sido visto apenas enquanto categoria secundária em relação à dos proprietários rurais e dos burocratas da Corte. Não se pretende inverter a relação estabelecida entre as citadas categorias; registra-se, na verdade, sua justaposição em relação às demais, ensejando uma típica relação de complementaridade sócio-econômica.

No universo rural, acontece algo semelhante com a relação proprietários de terra/tropeiros. Neste caso também se manifesta a relação de complementaridade: o tropeiro aparece como um prolongamento da categoria social matriz — proprietário de terras — já que, freqüentemente, além de dar conta da produção, o proprietário é ele mesmo o comercializador dos seus próprios produtos.

Dá-se aqui, em especial no nível da identificação social, o mascaramento dessa categoria "menor" — o tropeiro — escamoteada pela categoria proprietário rural. Interessante anotar que os políticos representantes do setor abastecedor, quando em etapa de ascensão social e política, apresentavam-se apenas como proprietários, geralmente escudados também por títulos acadêmicos ou eclesiásticos. O tropeiro e comerciante, que muitos eram ou tinham sido, por ser tomado como categoria social menos nobre, passavam, sub-repticiamente, nos registros da memória histórica, para o ocultamento.

É significativo, neste momento da introdução, apresentar uma discussão que foi de capital importância para a evolução desta pesquisa. Para desenvolvê-la, foi-me necessário defrontar com um desafio teórico que, se não superado, comprometeria todo o objeto e corpo da pesquisa. Ao desenvolver um estudo de comércio interno, numa época em saindo da experiência colonial, e imerso no bojo de uma sociedade escravista, deparei-me com a necessidade de formular um objeto teoricamente viável que tivesse autonomia e respaldo para a pesquisa histórica.

Ao se referir à economia de subsistência em geral, a historiografia sempre a tem relegado a um plano apenas subsidiário da economia de exportação, constituindo, portanto e apenas, um pólo complementar à economia de exportação.

Quase sempre a economia de subsistência é vista como caracterizada por baixa produtividade e rentabilidade; comumente é caracterizada como uma economia de natureza fechada e tendente à auto-suficiência. As formas de trabalho nela empregadas tendem a diferenciá-la da economia de exportação: nesta utiliza-se extensivamente o trabalho escravo; naquela é mais comum o emprego de formas não escravistas de trabalho.

Avançando um pouco mais: o caráter subsidiário determina-lhe o desempenho, atuando como um bolsão que acompanha o funcionamento da economia de exportação. Na etapa de expansão das exportações, restringem-se a área e os recursos produtivos da economia de subsistência, carreados para o outro setor produtivo. Quando do refluxo das exportações, o processo se inverte. Os fatores produtivos transferem-se para a economia de subsistência que tende a inflar. Como o conjunto da sociedade e da economia é marcadamente escravista, o mercado fica estruturalmente travado. Não ganha corpo, o que significa impedimento para o escoamento e a mercantilização do excedente dos gêneros de subsistência.

Corretamente aplicado ao conjunto do complexo açucareiro, este esquema teórico não se adequa à aplicação do objeto que ora se apresenta. Daí a necessidade de formulação de um corpo conceitual novo que dê conta do caráter mercantil dessa economia de subsistência aberta e voltada para mercado interno.

A contribuição historiográfica para a composição desse objeto é desigual e carece de triagem analítica. Um representante da historiografia tradicional, Roberto Simonsen[14], detém-se em considerações que tomam a economia de subsistência mineira, após a crise da mineração, apenas como uma sombra da economia de exportação. O autor enfatiza somente os cortes históricos "mineração" e "café", e registra um vazio de história entre eles. Dado que a mineração estava agonizante e a economia cafeeira ainda não havia despontado, o "país" teria que esperar por uns 50 anos para retomar o "progresso"

14. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, 1969, 6.ª edição. Parte desta crítica historiográfica já foi efetivada em artigo de minha autoria, recentemente publicado: "Rota Menor — o movimento da economia mercantil de subsistência no Centro-Sul do Brasil (1808-1831)", publicado nos *Anais do Museu Paulista*, tomo XXVIII, São Paulo, 1977/1978. — Cf. principalmente a p. 33.

que somente retornaria com o café (pp. 192-194). A produção pecuarista mineira era de significação econômica menor e o Rio de Janeiro "quase que um oásis no deserto empobrecido do Centro-Sul brasileiro" (p. 294).

Não é difícil inferir do pensamento do autor uma atribuição de não-história para o desempenho da economia de subsistência. No pensamento de Simonsen somente a economia de exportação é geradora de riquezas e faz história. Desse modo, o Centro-Sul da Colônia vivia uma experiência de vazio que somente cessaria com a aproximação de outro produto de exportação, o café.

Também na obra de Furtado repete-se a esquematização de Simonsen, para não dizer de uma aplicação ainda mais rígida[15]. Furtado atribui, na crise da mineração, a formação de um encadeamento de etapas — quebra da produção, atrofiamento da economia monetária e descapitalização — que somente estancariam na economia de subsistência, de "baixíssima produtividade". Endossam estas observações a decadência das cidades, a dispersão da população e a involução geral da economia. (pp. 84,5,6).

Tentando recuperar a historicidade do processo pós-crise da mineração até a gestação cafeeira, o autor ressente-se dos resultados da aplicação de seu esquema teórico, já que precisava contar com a "formação de um grupo de empresários comerciais locais" originado do "comércio de gêneros e animais", cujo centro de produção estava "localizado no Sul de Minas como reflexo da expansão da mineração" (p. 115).

Resta perguntar se a relação estabelecida pelo autor entre a economia mineira e a gestação do café pode repousar sobre o conceito de subsistência que o próprio autor formulou anteriormente[16]. O café se expandiria decisivamente na terceira e quarta décadas do século XIX e o deslocamento de recursos da economia de subsistência não poderia se efetivar sem que esta mantivesse um grau regular de produtividade e rentabilidade.

À parte dos dois autores comentados, ressalta-se a percepção singular de Caio Prado Júnior[17] que, apoiando-se em fontes primárias, já notificara sobre a situação específica da economia de subsistência mineira, em especial a do Sul de Minas no conjunto da economia colonial. O autor apreendeu o seu caráter aberto para mercados, captando também o movimento que a produção de subsistência realizou em busca de novos mercados após o refluxo da mineração.

15. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 10.ª edição, 1970.
16. Cf. "Rota Menor..." *op. cit.*, pp. 33 e 34.
17. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1970, pp. 57, 162, 197, 198.

Mais recentemente, Kenneth Maxwell avançou significativamente na discussão, contribuindo para a revisão da problemática em pauta[18]. O autor desmistifica o quadro negro da crise da mineração, observando a persistência de um comércio ativo entre as comarcas mineiras e a Capitania de Minas com o Rio de Janeiro, como também a manutenção dos níveis de arrecadação dos dízimos. A sociedade mineira resguardara seu caráter essencialmente urbano, e sua estrutura econômica demonstrara capacidade de absorver o impacto da crise (p.112).

O autor releva, em especial, a dificuldade que a Capitania apresentava em importar o ferro e a pólvora (pode-se acrescentar o sal), cujos preços eram agravados pelas entradas, não acreditando no alcance das exportações para o Rio de Janeiro e no conseqüente financiamento do comércio de retorno, ficando a economia mineira "encerrada em sua própria espiral descendente autoperpetuadora" (p. 113). Se havia uma pressão para substituir as importações, resta perguntar por que ela não se efetivara. Além das imposições restritivas do pacto colonial, por que não buscar uma explicação centrada na própria estrutura econômica, cuja reordenação incentivara a exportação do excedente de subsistência e da produção de algodão e tabaco que garantiam o financiamento do comércio importador?

Fora do terreno dos estudos de História, é preciso citar a contribuição de Paul Singer[19], que ressaltou a importância econômica das atividades ligadas à subsistência no contexto da mineração. Baseando-se em dados conjeturais, Singer estimou que o setor de abastecimento em Minas absorvia 4/5 da população ativa, fosse na produção ou comercialização ou mesmo no artesanato (p. 204).

Já no contexto pós-crise, o autor não escapa das coordenadas utilizadas pela historiografia tradicional, ainda que isso se dê por razões diversas. De um lado, o autor frisa o "isolamento relativo de Minas", "sem mercado para seus excedentes de produção" (p. 205). De outro, registra o escasseamento dos recursos de importação "decorrentes da redução da renda proporcionada pelo setor de mercado externo". Desse modo, a economia de subsistência se desenvolvia sem condições de sustentar um intercâmbio regional e retinha os novos contingentes de população através da agregação de novas terras (p. 205).

18. *A devassa da devassa*, 1978.
19. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, 1974.

Muito próxima da linha do presente livro encontra-se a contribuição de Jacob Gorender[20] que fundamentou esta discussão em fontes idênticas às que selecionei. Apoiando-se basicamente em observações de Saint-Hilaire buriladas por Caio Prado Júnior, Gorender aponta inicialmente o caráter de concomitância existente entre a agropecuária e a mineração. Assinala também a manutenção da estrutura escravista de produção para a economia de subsistência mineira, organizada à base de grandes propriedades escravistas "produtoras de gêneros alimentícios consumidos no mercado interno" (pp. 448,9).

Vale a pena ressalvar no texto o que se denomina de "reconversão à agropecuária". O autor sugere ter havido um interregno entre a crise da mineração e o posterior "processo de reconversão" à agropecuária. Levando-se em conta a afirmação de que havia "concomitância aproximada" entre a economia de subsistência e a mineração, deve-se afirmar que, com a crise da segunda, a economia de subsistência teria sido diretamente beneficiada com o necessário deslocamento de recursos[21]. Não se trata pois de um "processo de reconversão" e sim de continuidade de expansão da economia de subsistência, nutrida pela relação dinâmica que estabelecia com a economia mineradora[22].

Os principais elementos retidos desta revisão bibliográfica garantem para o conjunto da economia de subsistência sul-mineira a formulação de características que imprimem sua identidade. Trata-se de grandes propriedades escravistas voltadas para o abastecimento interno. Criada para o abastecimento das Gerais no século XVIII, a economia regional manteria a mesma natureza através do direcionamento do fluxo do seu excedente para o mercado do Rio de Janeiro.

Há pontos específicos de organização da produção e da circulação que serão pormenorizados ao longo do livro. Merece já ser des-

---

20. *O escravismo colonial,* 1978; Conferir o item 4 "A economia posterior à mineração", Capítulo XXI, pp. 447 a 450.

21. Conferir em "Rota Menor...", *op. cit.,* pp. 32 a 35, uma visão diferente da crise que beneficiou não só o desenvolvimento da pecuária como do tabaco e do algodão e estimulou a migração regional, incentivando a formação de novos núcleos produtores de subsistência em Minas e no Vale do Paraíba onde também favoreceu posteriormente o despontar da economia cafeeira.

22. A divisão do trabalho nas fazendas mineiras, as fazendas mistas, como as denomina Miguel da Costa Filho em *A cana-de-açúcar em Minas Gerais,* 1959, favorecia o deslocamento de recursos de um setor produtivo para outro. As fazendas mistas eram organizadas de modo a conjugar mais de um setor de produção, geralmente mineração e subsistência, às vezes incrementados pela produção de açúcar, algodão, tabaco ou mesmo de gêneros artesanais.

tacado o seu caráter de complementaridade descrito por Saint-Hilaire, que facultava à propriedade sul-mineira de subsistência reduzir os custos e ampliar sua rentabilidade. Isto se devia em grande parte ao fato de que as próprias famílias proprietárias convertiam-se elas mesmas em comercializadoras de sua produção através das tropas e das casas urbanas de comércio.

Da mesma forma, as grandes propriedades do Sul de Minas apresentavam-se também como estâncias, fazendas intermediárias que, além de se dedicarem à produção, especializavam-se na busca do excedente regional para revendê-lo nos mercados consumidores. Este esquema era responsável pela apropriação da parte mais significativa do excedente produzido regionalmente, ensejando a formação de grandes casas comerciais, até mesmo no Rio de Janeiro, que cresciam auto-sustentadas pelo capital proveniente das fazendas estancieiras[23].

Cabe aqui, nesse passo, algumas considerações sobre o histórico da pesquisa. Para que lhe fosse dado curso, percorreram-se diferentes etapas de trabalho nem sempre imunes a problemas metodológicos que dificultavam e enriqueciam o seu caminhar.

O levantamento de fontes secundárias veio demonstrar a lacuna em que se encontram os estudos de abastecimento. Com exceção de poucas obras, e com referenciais diferentes dos deste estudo, pouca produção tem surgido no setor. Estes antecedentes bibliográficos problematizaram ainda mais o projeto desta pesquisa, preocupada em circunscrever o abastecimento numa perspectiva que ultrapassasse os limites de uma monografia de história econômica.

O passo seguido deteve-se na compulsão dos Registros de Leis, Decretos, Alvarás do governo imperial do Brasil através do que fui montando o quadro da crise do abastecimento, procurando captar os seus condicionamentos estruturais.

Reforcei essa busca na leitura dos textos narrativos dos viajantes de onde pude retirar outros núcleos de informações, principalmente as relacionadas com o abastecimento da Capital, com o comércio à beira

---

23. Os níveis de apropriação deste excedente aparentou ser de grande monta para Francisco de Oliveira (*Elegia para uma re(li)gião,* 1977). Este autor aponta o caso específico do capital gerado pela economia de subsistência mineira como um dos núcleos bancários que foram barrados pela proeminência do capital inglês e norte-americano. Esse capital mercantil forma-se "apropriando, na esfera da circulação, o excedente do produto social da economia agrícola e pecuária de Minas em sua passagem para o abastecimento de outras regiões do Brasil, notadamente o Rio de Janeiro, e começava a desviar-se para financiar o café" (p. 63).

de estradas e com as áreas produtoras e comercializadoras de sua própria produção.

Na Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro, travei contato com diversificada documentação manuscrita e com as Atas do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Desse material isolei informes relevantes sobre a estrutura do mercado carioca, sobre o comércio atacadista e varejista, sobre o comércio distribuidor da carne, sobre as casas de armazeneiros e correspondentes dos produtores do interior, sobre a produção das chácaras próximas da Capital.

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro vasculhei uma diversidade de pacotes de documentos referentes às obras da Junta do Comércio sobre estradas, pontes, canais. Através desta documentação fui percebendo como a construção das estradas se constituíram em veículos de normalização das condições de abastecimento do mercado carioca e da projetada ação integradora do Centro-Sul.

Já os Registros de Sesmarias permitiram-me montar um quadro associativo das obras públicas erigidas no compasso dos interesses particulares em vias de instalação na região.

Ainda no Arquivo Nacional, trabalhei uma massa documental agregada em dois Códices[24], fornecedores de fértil material para o exercício de análise sócio-histórica. Deles pude fazer algum levantamento estatístico que fornecesse um referencial sobre o excedente das exportações mineiras.

Para a composição do Capítulo V, a matéria jornalística foi imprescindível. A pesquisa de periódicos ficou concentrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Convém assinalar a dispersão das fontes arroladas no decurso da pesquisa. Tais condições de trabalho retardavam o amadurecimento das sínteses procuradas; ocorre que isto não podia ser evitado, na medida em que os objetivos a alcançar exigiam exercícios de investigação que transpusessem os limites da busca de novos dados. Tratava-se, além do mais, de um trabalho que me desafiava a transitar de níveis de reconstrução histórica, passando pelo econômico-social, para desembocar no nível do político, visando a demonstrar a projeção do

24. Códice 419: "Registro de tropeiros vindos do interior com tropas em geral e guias de registros (1829/1831); Códice 421: "Registro dos tropeiros vindos de várias localidades (1809/1831).

setor associado à produção de subsistência mercantil mineira no cenário político do Centro-Sul.

Finalmente, as balizas: 1808, por certo, diz respeito às mudanças introduzidas pela vinda da Corte e à conseqüente quebra do "exclusivo" colonial. Interessa-me especialmente levar em conta as transformações incididas sobre o mercado consumidor do Rio de Janeiro; 1831 constitui uma inflexão marcante, momento em que a produção cafeeira já começava a deslanchar, mudando, qualitativamente, a questão do abastecimento. De outro lado, 1831 também é o ano da ascensão política dos liberais moderados dentre os quais se faziam representar os proprietários e comerciantes ligados ao abastecimento; 1831 também pode ser tido como um ano suficientemente distante para se perceber o fazer-se da política de integração iniciada com D. João VI.

Mas 1837 também inflete decisivamente, por situar a ascensão política do Regressismo, demarcando a projeção oficial do conservadorismo. Este estudo fica, no entanto, com o marco final de 1842, data da derrota das revoluções liberais de Minas e São Paulo, baliza que dá conta do processo de ascensão e descenso dos moderados e do refluxo político do setor abastecedor do mercado da Corte.

I – O ABASTECIMENTO DA CORTE APÓS 1808

O ano de 1808 tem aparecido nos estudos de História como um marco ímpar. Além de significar o ato final da quebra do "exclusivo colonial", através da fixação da Corte no Rio de Janeiro, representa também um avanço significativo da internalização do capital nativo no Centro-Sul. Estas novas condições deram margem à formação de um processo econômico específico na região, cujos resultados permitiram a expansão da economia cafeeira, com conseqüente recrudescimento do trabalho escravo.

Para o alcance deste trabalho, 1808 serve de baliza principalmente no tocante às transformações que o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro sofreu sob o impacto das mudanças decorrentes da instalação da Corte no Centro-Sul.

Após 1808, o movimento mercantil de gêneros de primeira necessidade voltado para mercado interno solidificou-se. As transformações que tomavam conta do mercado carioca acabaram por definir o Rio de Janeiro como o pólo drenador de gêneros de abastecimento do Centro-Sul.

De fato, ampliaram-se as proporções da demanda no mercado consumidor carioca, aumentando sensivelmente as necessidades básicas da população. O crescimento demográfico na Corte a partir de então se manteve, o que não foi devido somente à imigração de nobres e acompanhantes da Família Real[1].

1. Os historiadores de população oferecem cifras progressivas do aumento demográfico. Maria Yedda Linhares e Barbara Lévy calculam ter crescido a população urbana do Rio de Janeiro entre 1794 à 1821 na faixa de 2,8%; de 1821 a 1849 o aumento foi ainda maior: 3,1%. Cf. em "Aspectos da História Demográfica e Social do Rio de Janeiro — 1808 a 1889" *In L'Histoire Quantitative du Brésil de 1808 a 1930*, 1973, p. 128.

Além de dispor dos recursos peculiares de um centro político-administrativo, a Corte constituía-se no mais importante entreposto comercial de todo o Centro-Sul e, portanto, era ponto de atração e repulsão de população, o que garantia um significativo deslocamento de pessoas em todas as épocas do ano. Em termos de consumo, vale também considerar os novos padrões instituídos pela presença de delegações diplomáticas e altos comerciantes além dos estratos burocráticos e militares ali estabelecidos.

De resto, não é desnecessário apontar outros serviços prestados pela Cidade, entre eles as atividades de seu porto. O Rio de Janeiro era então o maior centro de importação/exportação do país, polarizador da produção das regiões circunvizinhas, além de entreposto de gêneros oriundos do Sul, do Prata e da África portuguesa. Um número significativo de navios aportava no Rio de Janeiro para aí se abastecerem. O movimento do porto se completava com a redistribuição para outros centros de consumo de uma parte de suas importações, efetivada através da cabotagem e do comércio interior, estruturado sobre a organização mercantil das tropas de mulas.

Nessa linha de considerações, é fácil perceber que as transformações desencadeadas após 1808 significaram um acúmulo de serviços para o mercado carioca, cujas novas condições de funcionamento extrapolavam as anteriores, saturando seus limitados recursos de organização[2].

Evidencia-se o acanhamento das fontes abastecedoras do mercado carioca através das providências que o Príncipe Regente recomendou antes de se instalar no Rio de Janeiro. Ordens foram expedidas para os portos e Capitanias mais próximos do Rio de Janeiro para "socorrer a Cidade de mantimentos". O gado e os porcos remetidos livremente pela população deviam ser encaminhados à Fazenda de Santa Cruz onde o

---

Algumas estimativas coletadas por Roberto Macedo, baseadas em dados censuais ou aproximações cedidas por autoridades contemporâneas também são ilustrativas da progressão da população do Rio de Janeiro no período em questão: em 1799, 43.376 habitantes; 60 mil em 1808; 80 mil em 1819; 112.695, em 1821; 137.038, em 1838. Mais detalhes podem ser colhidos em *Efemérides Cariocas,* 1943, pp. 93 e 94.

2. O momento político também sobrecarregou o mercado carioca, pressionando suas funções abastecedoras. Refiro-me aos problemas que assolavam Portugal, em estado de guerra, enfrentando a invasão conjunta de franceses e espanhóis. Pereira da Silva faz menção das subscrições pecuniárias realizadas no Rio de Janeiro e no resto do país, para a compra de gêneros alimentícios. Segundo este autor, "entravam por várias vezes, em Lisboa e Porto, comboios de navios carregados de trigo, milho, feijão, arroz, farinha de mandioca e carnes salgadas que se mandavam distribuir pelo exército e pelos necessitados e indigentes". *História da Fundação do Império Brasileiro,* 1864, tomo I, volume III, p. 20.

Regente disporia, de acordo com as necessidades, das doações acumuladas[3].

De Minas desceu considerável quantia de cavalos, bestas, gado vacum e porcos, cujas remessas eram organizadas pelo próprio governo da Capitania. Num ofício de 8 de março de 1808, garantia o governador "terem já 700 e tantas cabeças de gado vacum, 250 porcos e outros gêneros mais, que espontaneamente têm sido oferecidos pelos povos, e tudo isto há de ser conduzido com o cômodo possível, o que não será com muita brevidade, pela distância e longes"[4].

Concorria para atender aos pedidos das autoridades a diligência de proprietários particulares do interior, sem dúvida induzidos a ganhar as graças do Regente. Exemplo significativo, que pude arrolar, foi o de Da. Joaquina do Pompeu, proprietária de terras em Pitangui, não longe de Vila Rica, onde possuía quatro fazendas de gado, com aproximadamente 3 mil cabeças. Tradicional vendedora de gado para a Corte, ela fizera também sua remessa para Santa Cruz, contribuindo com 200 cabeças de gado, através de seu representante comercial em Vila Rica, Diogo Pereira de Vasconcelos, pai de Bernardo Pereira de Vasconcelos[5].

Essa política de provimentos, pautada por um caráter tipicamente paternalista, não podia, no entanto, fazer frente às novas condições de abastecimento. As doações dos colonos, por mais prontas que fossem, não eram suficientes para a regularização do mercado, cada vez mais dilatado pelo crescimento populacional da Cidade. Registram-se a partir de então, sucessivas e contínuas crises de abastecimento da Cidade, tanto de gêneros graúdos ou pequenos, que provocavam, ano após ano, escassez de produtos, rareados nos períodos de entressafra.

---

3. Ofício do Conde dos Arcos ao Príncipe Regente, em 29 de janeiro de 1808, *Arquivo Nacional,* RJ, Ministérios, IJJ9 406.

4. Ofício do Governador da Capitania de Minas Gerais ao Visconde de Anadia, em 8 de março de 1808, *Arquivo Nacional,* RJ, Ministérios, IJJ9 568.

5. Coriolano Pinto Ribeiro e Jacinto Guimaraens, *Dona Joaquina do Pompeu,* 1956, pp. 82 e 83. Estes biógrafos coletaram aqueles dados através de uma carta, datada de 28 de agosto de 1808, escrita pelo já citado representante da fazendeira de Pitangui. Dizia ele estar satisfeito com a doação de D.ª Joaquina, pois conseguira também encaminhar uma carta da proprietária mineira ao Príncipe Regente, gesto esse que "abonava o seu patriotismo".

Essa carta-documento é demonstrativa de uma situação muito curiosa e reveladora das condições operacionais do empresariado ligado ao abastecimento da Corte. Segundo o representante, não estava fácil, naquele momento, de se encontrar compradores para que fossem providenciadas novas remessas de gado. Fazendo doações ao Regente, a proprietária mineira estava, portanto, comprimindo as suas próprias possibilidades no mercado. Ela passaria, no entanto, a receber favores do Estado e, do ponto de vista comercial, aproveitava-se para sedimentar as suas bases comerciais na praça do Rio de Janeiro, familiarizando-se com as condições de funcionamento do mercado.

Revendo-se os diferentes momentos de inflexão das crises de abastecimento, pode-se chegar à conclusão de que o estado de crise era crônico, tornando-se agudo nas instâncias de problemas climáticos ou devido às instabilidades políticas da Corte. Não podem ser negligenciados os desequilíbrios oriundos das fontes produtoras de gêneros, como no caso do Rio Grande do Sul, palco de freqüentes guerras que dificultavam a saída de gêneros. Principalmente a Capitania de São Paulo via-se prejudicada pela permanente política de recrutamento que afetava o setor de distribuição, causando preocupações às autoridades, como se poderá ver posteriormente, através dos decretos do Príncipe Regente, isentando tropeiros e condutores.

Várias eram as fontes de problemas que afetavam a regularização do abastecimento da Corte. Grande parte dos gêneros de maior consumo — gados, porcos, galinhas, carneiros — procediam de regiões distantes, o que exigia muitos dias de caminhada até o Rio de Janeiro[6]. As estradas eram precárias e as perdas geralmente eram sempre consideráveis, habilitando para o comércio somente os empresários de organização e recursos mais apropriados para fazer frente aos riscos e aos custos muito altos.

No que toca à produção de hortaliças, não é difícil perceberem-se as razões da precariedade do seu abastecimento. As chácaras e os sítios proviam a Cidade, mas de modo irregular, devido à falta de especialização para a produção de mercado; as chácaras pautavam por uma produção doméstica, dispondo os chacareiros do excedente apenas quando as necessidades da família estivessem satisfeitas. Mesmo os sitiantes, possuidores de propriedades maiores, dispunham de reduzidas ofertas de gêneros, já que a sua produção visava antes ao autoconsumo. Além do que, é preciso que se esclareça, seus parcos recursos materiais e humanos estavam divididos também com a produção de gêneros de exportação, o que reduzia ainda mais a quota comercializável dos gêneros de primeira necessidade.

No debate público que se abriu com as crises agudas de abastecimento, boa carga de culpabilidade era imputada aos intermediários, popularmente conhecidos como "atravessadores", "monopolistas" ou "ponteiros". Sem a interferência especuladora dos intermediários, o custo final dos produtos não chegaria aos excessos conhecidos. Em alguns casos, eles foram acusados da prática do "mercado negro", estocando produtos e forçando a elevação dos preços.

6. Respondendo a um pedido de envio de gêneros, feito pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, a Câmara de Tamandoá, importante centro pecuarista e exportador do interior mineiro, coloca com propriedade a dificuldade que seus produtos — gado, porcos, toucinho, queijos, — encontravam para alcançar o mercado carioca: "A condução de tudo isto mostra um grande obstáculo que vem a ser os péssimos caminhos por onde necessariamente tem de transitar perdendo os condutores inumeráveis bestas e muitas reses, além de outros prejuízos incalculáveis". Ofício de 13 de agosto de 1823, Códice 59-1-40, "Gêneros alimentícios para a Cidade do Rio de Janeiro, 1823-1831", *DPHAMRJ.*

Através de um requerimento de armazeneiros cariocas dirigido ao intendente de polícia pedindo restituição de multas, localiza-se uma autodenúncia de prática de especulação efetuada pelos comerciantes cariocas durante o ciclo da carestia: "Foi por esta razão que V. Exa. seriamente atento a tão altos interesses em o ano de 1816, quando os víveres mais ordinários e gerais indígenos do país tocaram, pela sua carestia, o mais descompassado preço até então não visto, ordenara que os suplicantes expusessem às vistas públicas todos aqueles gêneros a fim de que, traveando-se os portões do monopólio, fosse fácil à população prover-se do que necessitava com as diferentes afrontas de preço, e alternativas de escolha..."[7].

Segundo um porta-voz dos interesses ameaçados do consumidor, disposto a desmascarar os açambarcadores, estes ocultavam os mantimentos e faziam "monopólio como pretexto de falta". O almotacé Alexandre Ferreira de Vasconcellos Drumond, indignado por terem sido comutadas as multas aplicadas a um grupo de armazeneiros, exprimiu-se "exemplarmente", deixando transparecer um modo de se perceberem os problemas que afetavam a regularização da entrega dos produtos ao consumidor:

"Que os víveres não sejam subnegados por meia dúzia de atravessadores que de comum acordo compram aos lavradores para os aferroalharem em celeiros ocultos, e a seu solvo imporem o enorme preço com que sangram o povo"[8].

Este modo de diagnosticar os problemas do abastecimento é representativo de uma visão "moralista" da realidade. Ela se apóia na perspectiva personalista de que os problemas do abastecimento são derivados da má conduta dos comerciantes, guiados pela própria ganância, negando-se a perceber os sacrifícios que impingiam à população.

7. Ofício de 9 de dezembro de 1820, Códice 58-3-28, "Armazém de víveres — 1820", *DPHAMRJ.*

8. Ofício do almotacé Alexandre F. de Vasconcellos Drumond, de 9 de dezembro de 1820, mostrando-se contrário à restituição de multas impostas aos armazeneiros, Códice 58-3-28, "Armazéns de víveres — 1820", *DPHAMRJ.*

Na verdade, essa visão mostra-se incapaz de constatar as transformações que estavam tomando conta do mercado, em que a presença do intermediário ia se firmando gradativamente na estruturação dos negócios. Cada vez mais raros eram os casos de pequenos proprietários que tinham possibilidades de acesso ao mercado, em meio a uma perceptível tendência de concentração do comércio de abastecimento. Os produtores mais próximos do Rio de Janeiro, como os contíguos à baía da Guanabara, principalmente os que provinham da região de Praia Grande (Niterói) costumavam, por exemplo, instalar-se nas praias de D. Manoel e dos Mineiros, onde eles próprios podiam escapar à ação dos intermediários, concentrando tarefas e obtendo acesso ao mercado[9].

Entretanto, o grosso da produção que abastecia o mercado provinha de áreas distantes. Os cereais eram geralmente produzidos no litoral e comercializados através da cabotagem. Já o gado, porcos, carneiros e galinhas, além do toucinho e queijos provinham do interior, através do comércio de tropas.

Saint-Hilaire registra sucessivas vezes a presença de "atravessadores" cariocas atuando em diversas frentes de comércio. Buscando o produto na fonte, esses intermediários obtinham determinadas regalias, geralmente favorecendo-se de preços mais baixos, em operações de moldes monopolistas. Em um de seus comentários, o autor nos relata as manobras usadas pelos intermediários em Cabo Frio. Costumavam fazer adiantamentos aos agricultores e adquiriam previamente certa quantidade da colheita. Ao mesmo tempo, aproveitam-se do compromisso firmado, passando aos lavradores os produtos que traziam do Rio de Janeiro, encarecidos pelos impostos urbanos e, evidentemente, pela distribuição concentrada nas mãos de um só comerciante[10].

---

9. Nas "Atas das Sessões da Ilma. Câmara Municipal — 1830. 1931", publicadas pela *Revista do Arquivo do Distrito Federal,* Rio de Janeiro, volume III, 1952, podem-se obter alguns exemplos elucidativos dessa situação. Um deles refere-se a um requerimento de "lavradores e proprietários das embarcações da Carreira da Villa Real da Praia Grande" que pediam a desobstrução da praia de D. Manoel, onde faziam depósito dos seus gêneros. *Op. cit.,* 90.ª seção, de 30 de outubro de 1830, p. 363. Na 46.ª seção, de 5 de junho de 1831, que se encontra no volume V, p. 208, encontra-se um particular "pedindo licença para desembarcar e depositar suas quitandas na praia de D. Manoel".

Debret refere-se ao caso de roceiros que "enriquecidos na profissão rendosa de vendeiros" se consolavam da diminuta consideração adquirida no seu comércio. Como sitiantes (roceiros, para o autor) poderiam alargar suas atividades econômicas, ingressando no ramo da distribuição através de seus escravos que circulavam pelas ruas, vendendo, diariamente, a produção trazida das roças — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil,* tomo I, volume II, tradução de Sérgio Milliet, 1972, p. 164.

10. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil,* tradução de Leonam de Azevedo Penna, 1974, p. 170.

Instalados com armazéns na praia dos Mineiros e nas ruas do Sabão, São Pedro e Viollas "da rua Direita para baixo, por onde só em casos mui extraordinários transitam seges, carroças", os comerciantes de gêneros de primeira necessidade recebiam barcos à comissão ou seus próprios barcos que se movimentavam na orla da baía ou no litoral fluminense, onde os núcleos de produção de gêneros de subsistência eram mais consideráveis[11].

O acesso às fontes de produção era facilitado a esses comerciantes através do comércio de gêneros de exportação, como o açúcar, que realizavam conjuntamente com os gêneros de abastecimento. No litoral fluminense, muitos também eram proprietários de engenhos, o que vem explicar a facilidade com que conseguiam concentrar o comércio na região. Outros, através de vínculos de parentesco, conseguiam, com maior facilidade, irradiar sua ação comercial em diferentes regiões.

Os laços de parentesco constituíam um dos recursos utilizados para que o comerciante estruturasse sua rede de negócios. Via de regra, o parentesco servia como ponto de apoio para se firmar na praça comercial; pode-se encontrar uma diversidade de casos em que o parente constituía-se na fonte fornecedora dos gêneros de abastecimento[12].

Também são constantes os casos de famílias inteiras dedicadas ao comércio, o que lhes permitia uma associação de esforços e divisão de tarefas que as beneficiava conjuntamente[13]. Apesar de serem casas independentes entre si, consignavam gêneros de uma só vez, unificando a

---

11. Através de um requerimento de nove armazeneiros, de 28 de abril de 1834, pedindo um abrandamento no horário de descarga de barcos próprios ou à comissão, fica patente o alcance dos comerciantes cariocas sobre a obtenção dos gêneros na fonte de produção. Códice 59-1-42. "Gêneros alimentícios, 1826-1849", *DPHAMRJ,* p. 15.

12. Veja-se este apropriado comentário de Debret sobre os comerciantes de charque: "Os mais recentes desses negociantes de carne seca, todos parentes ou correspondentes dos charqueadores, recebem diretamente sua mercadoria nas embarcações que aportam exclusivamente no Rio de Janeiro, pretexto de que abusam às vezes para aumentar o preço desse gênero quando ocorrem atrasos nas entregas". *Op. cit.,* tomo I, volume II, p. 245.

13. É no âmbito do grande comércio que se pode encontrar algum grau de especialização, ainda que relativizado pela freqüente acumulação de práticas voltadas ao comércio de gêneros de exportação e de importação (principalmente de escravos). Não é raro que tais comerciantes se atrelassem à navegação comercial e às companhias de seguro, além de permanecerem ativos no comércio atacadista. Neste setor, as variações de ofertas eram bem mais amplas. Os comerciantes nacionais especializavam-se principalmente no comércio dos "gêneros da terra", para fugir à competição imposta pelas casas estrangeiras, principalmente as inglesas, com domínio inconteste na distribuição dos gêneros importados.

obtenção das mercadorias na fonte, quando não fossem também parentes os próprios fornecedores. Há casos ainda mais singulares, como o de comerciantes que também eram os próprios proprietários e que através de suas embarcações organizavam o auto-suprimento. Quanto a este particular, os Carneiro Leão, com suas posses em Campos, e os Gomes Barroso, proprietários em Itaguahy, são exemplos típicos de uma prática comercial globalizante, fechada nas etapas que iam desde a produção à distribuição.

Nos anos 20, a temática da crise do abastecimento e a guerra declarada ao "atravessador" ganhou novos contornos. Uma ala liberal dentro do Senado da Câmara do Rio de Janeiro deu início a uma discussão menos personalista, afastando os aspectos morais até aqui enfatizados, para tentar detectar os mecanismos que presidiam o funcionamento do mercado.

"Não existem monopólios nesta Cidade que ocupem o nosso comércio. Estes homens de que vulgarmente se chamam ponteiros ou atravessadores são uns correspondentes dos lavradores e roceiros a quem estes consignam os seus efeitos para os venderem... os ponteiros são agentes tão úteis como necessários ao progresso da agricultura"[14].

Este modo de ver o intermediário desloca as concepções de que ele se constituísse numa excrecência do mercado ou num "mal em si" ou mesmo num "mal necessário". Ao contrário, o intermediário passa a ser visto como um elemento útil, regulador das funções de distribuição e equilíbrio do mercado. Os liberais não se preocupavam exatamente em detectar qual o pivô central dos problemas. Mas além de desmistificar o intermediário como a fonte de todos os males[15],

14. "Exposição do Procurador do Senado da Câmara sobre a necessidade de uma Praça do Mercado Público", de 13 de janeiro de 1820 — "Mercados", Códice 61-1-20, *DPHAMRJ*, fls. 2 a 4.

15. "É preciso também distinguir o atravessador do correspondente do agricultor; aquele é digno de castigo, e contra ele há as penas necessárias, mas este é de utilidade, vantagem para o lavrador, e para a abundância: se existem aqueles, sejam punidos, façam os rendeiros e os almotacés o seu dever, explorando-os, cercando-os, prendendo-os; mas obrigar o lavrador a vir pessoalmente trazer e expor à venda à hora certa os seus gêneros, recolhendo-os depois ao outro dia, e à sua total extração, é reduzi-lo ao abandono de sua casa e lavoura, a dispêndios de dinheiro, e de um tempo precioso e a estagnação de fornecimentos demorando novas conduções, como devo dizer, é querer remediar um mal suposto por verdadeiros males. Nem eu creio que a existência dos atravessadores seja real, ou possa fazer grande dano, por isso que são tão diversas, tão separadas, tão remotas e tantas as fontes de fornecimento, que seriam muitas, que houvesse um povo de atravessadores, ou que eles tivessem a qualidade de estar a um tempo em muitos lugares para tudo abarcarem". *Ibidem*, fls. 2 e 4.

adiantam os princípios gerais que, de forma natural, iriam se encarregar de dar soluções às crises do abastecimento. A liberdade de compra e venda trazem o progresso, e o progresso, por si só, supera os obstáculos que se lhe antepõem:

"Nós temos bastante e excelentes Posturas, e a melhor Postura neste caso é animar, favorecer, proteger e convidar a indústria com liberdade dos planos, isenções de receios, e restrições e enfim, com absoluta liberdade de compra e venda"[16].

Nenhum fato, no entanto, era tão determinante da carência de gêneros de primeira necessidade como o movimento norteador da economia para a produção de gêneros de exportação. Do açúcar ao café, o mercado carioca sempre esbarrou nestas tendências de produção que faziam deslocar recursos humanos e materiais do setor de subsistência para a produção de gêneros de exportação. Quando da instalação da economia cafeeira, a tendência se fez ainda mais aguda.

Um depoimento tomado da Câmara de Itaguahy nos vem esclarecer as transformações operadas na região e fornecer dados sobre a carência de gêneros de primeira necessidade, no caso, o arroz. Dizia a Câmara ser o município exportador de café, canalizado para o porto de Mangaratiba; exportava também café e arroz pelo porto de Itaguahy, "já em pouca quantidade, à proporção do que antes se exportava deste último gênero depois do aumento dos preços do café, cujo gênero de agricultura faz o objeto geral de estabelecimento dos moradores...". Na freguesia de Marapicu, onde constava haver "fábricas de farinha de mandioca, hoje naquele Distrito se fabrica para o consumo dos habitantes desta Jurisdição... por se empregar presentemente a maioria dos seus moradores na mesma agricultura do café..."[17]

Com a irradiação da economia cafeeira, o aparecimento de grandes propriedades escravistas especializadas em sua produção determinaram uma restrição ainda maior à produção de gêneros de primeira necessidade, agravando os problemas do abastecimento carioca. O problema ganhara contornos novos à medida que as mesmas propriedades cafeeiras, abarrotadas de escravos, convertiam-se em centros

16. *Ibidem*, fls. 2 e 4.

17. Ofício de 13 de agosto de 1823, já citado. Diversas Câmaras do interior do país responderam ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro a respeito de seu pedido de envio de gêneros de primeira necessidade para o mercado carioca. Para garantir o bom efeito de sua iniciativa, a Câmara do Rio de Janeiro mandou afixar cartazes naquelas cidades, informando sobre os preços vigentes do mercado varejista da Capital.

de consumo, carentes de gêneros de primeira necessidade[18]. Casos extremos deste quadro iriam ocorrer nos inícios dos anos 50, quando a especialização da produção de café chegava a níveis ainda mais altos, generalizando a falta de comestíveis a um ponto de saturação.

Para agravar ainda mais o problema do abastecimento local no Rio de Janeiro — e isto visto numa perspectiva de dilatação do consumo urbano[19] —, acentuava-se uma tendência de urbanização das áreas suburbanas, com a conseqüente erradicação de pequenas propriedades até então voltadas para a produção de gêneros de subsistência.

No tocante à política de abastecimento, como veremos a seguir, foram tomadas diversas medidas, se bem que poucas mas pertinentes a transformações significativas do quadro geral. Essas medidas tinham um caráter de emergência à guisa de soluções meramente paliativas.

Algumas decisões estão relacionadas com a isenção de recrutamento para tropeiros, condutores de gado e mantimentos para a Corte e até mesmo para agricultores mineiros[20]. Pelo teor dessas decisões, o problema do recrutamento agravava consideravelmente o fluxo de mercadorias para o Rio de Janeiro. Caso contrário, ficaria difícil explicar o caráter autoritário da decisão de 18 de janeiro de 1809, especialmente enviada ao governador de Minas Gerais: "Que V. S. dê logo as mais positivas providências a este respeito, a fim de que não aconteça mais verificarem-se semelhantes abusos, donde dimanam tão sensíveis males ao público em geral".

Outras medidas tomadas vinham também beneficiar o abastecimento do mercado carioca. Um primeiro decreto mandava "aforar os terrenos das praias da Gamboa e Sacco do Alferes, próprias para armazéns e trapiches". Visava-se a criar condições de estocar o trigo,

18. S. J. Stein, no seu clássico *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, demonstra como se organizava o comércio regional de Vassouras: "Das tropas que viajavam para o Rio e Iguaçu, os comerciantes de Vassouras compravam a produção mineira de tecidos grosseiros de algodão, toucinhos e peles; a que acrescentavam mercadorias importadas, trazidas do litoral pelas tropas que vinham de volta". *Op. cit.*, 1961, p. 97. A primeira parte do Capítulo IV deste livro, "Venda dos Produtos, Abastecimento e Transporte", elucida pormenorizadamente o assunto.

19. Segundo o já citado artigo de Maria Yedda Linhares e Bárbara Lévy, de 1838 a 1849, a população suburbana cresceu de 3,7%, enquanto a urbana cresceu na faixa de 7,1%. *Op. cit.*, p. 127.

20. Decisões do governo imperial de 23 de dezembro de 1808, 18 de janeiro de 1809, 4 de dezembro de 1810. Cf. em *Decisões do Governo do Império do Brasil — 1808-1816*. Trata-se de decisões avulsas, impressas e encadernadas pela Biblioteca da Reitoria da USP.

o couro e outros gêneros trazidos pela cabotagem. Um outro decreto beneficiava diretamente a produção contígua à baía da Guanabara isentando "as lanchas costeiras que conduzem mantimentos e artigos de construção para esta Capital das contribuições e emolumentos estabelecidos"[21].

Decisão mais significativa foi a de 9 de janeiro de 1815. Declarava "a proibição do comércio de cabotagem aos navios estrangeiros" tanto para os gêneros nacionais quanto para os importados. As justificativas deixadas pelo texto do decreto levam "em consideração o risco de poderem os estrangeiros, pelos seus maiores cabedais, abarcar todos os gêneros e estabelecer um monopólio prejudicial aos comerciantes nacionais...". Outra decisão contemporânea fechava este ciclo inicial de regulamentações, ordenando estabelecer um armazém para depósito de farinha de trigo[22].

Destoando dessas iniciativas, D. Pedro I imprimiu novo rumo à política de abastecimento do Rio de Janeiro. O que vai ser dado a conhecer a seguir não está desvinculado do amplo debate que se seguiu à abertura dos portos, quando D. João hesitou em aprofundar sua diretriz reformista, pressionado por interesses múltiplos e contraditórios[23]. Neste mesmo capítulo já tivemos oportunidade de conhecer o pensamento e a ação administrativa dos liberais, que defendiam as funções do intermediário do comércio de abastecimento à luz das diretrizes básicas do seu ideário.

O decreto de D. Pedro estava também marcado por um caráter liberal arrojado, em comparação às conciliatórias soluções administrativas anteriores: "Que não se ponha mais lanços o fornecimento das carnes verdes e que seja livre e franco o comércio de vacum; ficando para este efeito revogadas todas as ordens de forçada direção, e

21. O primeiro decreto é de 21 de janeiro de 1809; o segundo, de 6 de fevereiro de 1810. Cf. em *Collecção das Leis do Brazil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891. A primeira citação se encontra à página 18; a segunda, à página 39.

22. A primeira decisão é de 19 de janeiro de 1815, e já foi citada anteriormente; a segunda, de 19 de agosto do mesmo ano. Para ambas as citações, a indicação é a mesma da nota 20.

23. O artigo "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil", de Emília Viotti da Costa, *In Brasil em Perspectiva*, organizado por Carlos Guilherme Mota, 1969, e particularmente o tópico "A política liberal de D. João VI e suas limitações", constituem um seguro guia para se entender o rumo flutuante das reformas joaninas. "Adotar em toda a extensão os princípios do liberalismo econômico significaria destruir as próprias bases sobre as quais se apoiava a Coroa. Manter intacto o sistema colonial era impossível nas novas condições", *op. cit.*, p. 91.

Nessa perspectiva a legislação de D. Pedro I, apresentada a seguir, significava aprofundar o reformismo da política de seu pai, agora desimpedida pela oposição de interesses entre os comerciantes metropolitanos e os coloniais, outrora vigente.

que obrigarem os negociantes de um gado a conduzi-lo a esta Corte" (Art. 1.°).

A diretriz liberal do decreto detalhava-se em outros aspectos: "Que seja igualmente livre a todos os negociantes ou criadores de gado fazer cortar a carne para expor à venda..." (Art. 2.°). Ou então: "Que o preço da carne seja livre, e a contento dos compradores, perdendo unicamente da concorrência do mercado" (Art. 3.°). Do mesmo modo, o Artigo 4.° autorizava o uso dos matadouros municipais a qualquer pessoa que o desejasse utilizar para depois vender a carne. Ficava também liberado o corte das vitelas, muito requisitadas por uma camada especial de consumidores. Seu consumo fora sempre reprimido, já que prejudicava o comércio da carne em geral, impedindo o crescimento dos bezerros abatidos e reduzindo a possibilidade de uma maior produção de carne verde[24].

O sistema de arrematações das carnes verdes, eliminado pelo decreto em questão, era organizado pelo Senado da Câmara, a quem era de direito realizar os contratos com os particulares. Pelas condições requeridas, era permitido aos cofres públicos receber, adiantadamente, a quantia fixa por um prazo estipulado. O sistema de arrematações era extensivo a uma diversidade de serviços públicos, ficando nas mãos de particulares tarefas significativas, tais como a cobrança dos dízimos, dos impostos aduaneiros internos e dos Registros, entre outros.

Nesta etapa inicial de formação das bases institucionais do Estado nacional, a política de arrematações tinha significado especial, uma vez que permitia ao Estado apropriar-se previamente do dinheiro que iria arrecadar. Isto numa época em que as necessidades financeiras eram crescentes e os recursos escassos. De outro lado, o Estado se desincumbia das deficientes ofertas de gêneros já que somente o arrematante ficava na obrigação de manter regularizado o abastecimento do produto que havia contratado. Além do que se livrava dos gastos que necessariamente haveria de ter com a manutenção de um quadro de funcionários.

Na medida em que o próprio Estado foi liquidando os lances de arrematações, isto pode ser tomado como indicativo de sua capacidade de auto-organização, construindo as bases de sua estabilidade

24. Todo o decreto de 20 de novembro de 1823 está publicado na íntegra em *Collеção das Leis do Império do Brazil,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, p. 114.

através da criação de um quadro de serviços próprios e da organização do aparato burocrático[25].

Entretanto, nem a abertura liberal solucionou a crise de abastecimento das carnes verdes, nem a política de arrematações foi afastada de vez. Após 1823, consolida-se no mercado carioca da carne o controle monopolístico de alguns grupos que levaram o produto a níveis de preços excessivamente altos, funcionando o ciclo inflacionário do fim da década como agravante para a especial alta dos preços da carne verde.

De outro lado, o sistema de arrematações foi recuperado pela Câmara Municipal que, por motivos fiscais, negociou em 1827, com Manuel Tomás de Aquino, o controle do uso dos matadouros municipais. Por ano pagava o arrematador a quantia de 10 contos de réis que eram entesourados pela própria Câmara. Ano após ano, o arrematador conseguiu fazer eleger sua proposta "tão bem apadrinhada (que) não teve competição e logo se apregoou como sendo a única aceitável aos interesses do público. Ele, de prorrogação em prorrogação, pode ser dito sem receio de fugir à verdade, fez-se até à morte, o rei das carnes verdes"[26].

É bem verdade que a fiscalização da Câmara se fazia agora intensa ao contrário do período colonial em que as próprias autoridades barganhavam com os contratantes, ampliando-lhes os favores e acobertando suas obrigações não cumpridas com a administração colonial tal como o demonstra convincentemente Kenneth Maxwell, em sua obra *A Devassa da Devassa*. Ainda no 1.° Reinado, segundo afirma Taunay, D. Pedro I andou metido nos negócios de distribuição da carne verde em sociedade com a firma Mesquita & Guimaraens[27].

A recuperação parcial do sistema de arrematações tinha para a Câmara finalidade tributária imediata, daí a rigidez exercida pela fis-

25. Em *O Barão de Iguape, op. cit.*, de Maria Thereza Schörer Petrone, à página 4, pode-se colher um informe precioso, onde fica patente a crise de que estava sendo acometido o sistema de arrecadação de impostos por meio de contratos. Segundo a autora, a partir de 1826, a Junta da Fazenda encarregou-se de realizar a cobrança do "Novo imposto", em Sorocaba, o que era efetuado anteriormente por particulares. Além de se observar a penetração do Estado neste setor, é interessante também se notar que o empresariado, despojado dessas antigas funções, era pressionado a especializar-se em outras, o que, sem dúvida, o obrigava a um desempenho mais racionalizado de suas empresas.

26. Aureliano Restier Gonçalves, "Carnes Verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro — 1500-1900", *In Revista do Arquivo do Distrito Federal,* volume II, 1952, p. 306.

27. A. E. Taunay, *História do Café no Brasil,* volume 5.°, tomo III, p. 185.

calização. Na prestação de contas de março a abril de 1830, referente à renda da administração dos Matadouros de Santa Luzia e Cidade Nova, onde foram abatidas 8310 reses, Manoel Tomás de Aquino foi pilhado em 165$120 rs, que deixou de acrescentar ao total de 1:840$000[28].

A demanda crescia com a Cidade, os negócios eram cada vez mais lucrativos. Nesse período formaram-se duas categorias empresariais monopolizadoras do mercado. Consignatários ou comissários formavam a categoria dos que compravam a carne dos criadores, invernistas ou condutores. Marchantes eram os que se incumbiam de negociar as reses para a matança e distribuição do retalho para os açougues. Compravam eles o gado dos comissários. Com o passar do tempo, cresceu o controle nas mãos dos marchantes que, por volta de 1848, acabaram por anular a função dos comissários, convertendo-se em senhores do mercado[29].

Restier Gonçalves, que historiou o comércio das carnes verdes no Rio de Janeiro, refere-se à formação de poderosas sociedades secretas de marchantes desde 1831, que açambarcaram o mercado bovino. "Já eram senhores de grandes capitais". Todo o gado que vinha de fora, ficava estacionado pelo menos dois dias em Visconde de Carvalho e Engenho da Pedra, facilitando a ação monopolistica dos marchantes. Nem mesmo as ocasionais batidas das autoridades, que ameaçavam com prisões e degredos, diminuíam a gravidade do problema[30].

O panorama do mercado distribuidor da carne no Rio de Janeiro era de tal modo favorável à concentração monopolística dos negócios que alguns dos grandes pecuaristas mineiros não resistiram ao impulso de se infiltrar no setor. Dessa maneira, eles provocaram um curioso desdobramento de suas atividades, concentrando as tarefas de criação, transporte e comercialização da carne no próprio mercado da Capital.

A própria mudança na legislação vincada agora pelas decisões liberalizantes é demonstrativa da tensão que tomava conta do setor distribuidor das carnes verdes onde os grupos produtores pressionavam por instalar-se. Nesse sentido, o afastamento da política de arrematações e a subseqüente liberalização do mercado vinham beneficiar diretamente os mineiros e os paulistas que buscavam a sua fixação no mercado.

---

28. "Atas das Sessões da Ilma. Câmara Municipal, 1830. 1931, *In Revista do Arquivo do Distrito Federal,* volume IV, 1953, RJ.
29. Aureliano Restier Gonçalves, *op. cit.*, p. 316.
30. *Idem, ibidem,* p. 316.

Da mesma forma, a discussão apresentada anteriormente entre liberais e conservadores não estava imune às pressões advindas da penetração dos produtores no mercado carioca. Os liberais, ao defenderem os intermediários, estavam, na verdade, defendendo os interesses do setor da classe proprietária envolvida com a produção mercantil de gêneros de subsistência, adentrando ao mercado. Já os conservadores tentavam em vão assegurar, através da permanência do sistema de arrematação, a posição privilegiada que o setor mercantil da classe proprietária vinha ostentando desde o final do período colonial.

II — ESTRADAS E INTEGRAÇÃO DO CENTRO-SUL

Serão enfatizados neste Capítulo os projetos de grande envergadura que o Príncipe Regente desenvolveu no sentido de interligar o Rio de Janeiro ao Sul de Minas, principal núcleo abastecedor do mercado carioca.

Premido pelas rápidas mudanças que a instalação da Corte no Brasil acarretara, a política administrativa de D. João teria necessariamente que admitir uma virada modernizadora em suas diretrizes básicas. As aberturas e reformas de vias de comunicação inserem-se neste contexto. Sustam-se as proibições; ao contrário, incentiva-se agora a abertura de novos caminhos, assumindo o governo a responsabilidade de levar adiante grandes empreendimentos. Desta forma, D. João procurará moldar uma política pragmática, improvisando medidas conciliatórias que contornassem os problemas derivados das rupturas coloniais e, ao mesmo tempo, que atendessem ao plano de fixação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro.

As realizações do período joanino ganham uma significação especial na medida em que os projetos de infra-estrutura de comunicações serão interrompidos no final do Primeiro Reinado[1]. A crise econômica que assolou o país foi o motivo central desses impedimentos. Desse modo, os projetos do período joanino, alguns prolongados nos anos 20, foram os únicos que permitiram ao Estado metropolitano instalar aqui as suas bases de integração.

---

1. Veja-se a consulta de 28 de agosto de 1830, quando o Tribunal da Junta do Comércio participa ter ordenado suspender as obras do Canal do rio Guandu e da estrada real Rio-São Paulo na zona alagada próxima à Fazenda de Santa Cruz e na Serra de Itaguahy, onde estava sendo construído o calçamento da estrada. *Arquivo Nacional*, RJ, JC, Cx. 443, pte. 2.

E sobre estas mesmas realizações infra-estruturais também seriam lançadas as bases do Estado nacional emergente. Havia carência de recursos, ainda que muitas das obras tivessem caráter de premência. Daí a evidência de traços de continuidade administrativa que marcaram os momentos iniciais da experiência de autonomia política, assentada sobre a aparelhagem burocrática herdada do Estado metropolitano enraizado.

De fato, à exceção dos projetos concretizados por D. João VI, adiante descritos, pouca coisa mudaria no eixo das comunicações do Centro-Sul antes da expansão cafeeira.

Os caminhos abastecedores do Rio de Janeiro no início do século XIX eram os mesmos caminhos que abasteceram as Minas do século XVIII. Foram criados sobre as picadas deixadas pelos índios, reaproveitadas pelos pioneiros, quase sempre sob estímulo das autoridades. Outras vezes, e contra a lei, diversas trilhas marginais foram abertas, fosse para encurtar caminhos, abreviar distâncias, fosse para fugir à ação opressora dos Registros e Passagens, que cobravam pesados impostos sobre as mercadorias e metais preciosos que por aí veiculavam. O ouro e os diamantes constituíam a grande preocupação das autoridades portuguesas. Desde 1733 atuava uma lei que impedia a abertura de estradas justamente para combater o contrabando.

O Caminho Novo, com suas variantes — Caminho do Couto e Caminho de Terra — constituíam os instrumentos de comunicação regional, servindo de canal de veiculação para os gêneros que abasteciam o mercado das Gerais, oriundos do porto do Rio de Janeiro[2].

No final do século XVIII, quando a mineração entrou em crise, o movimento da estrada tendeu a inverter-se, passando o fluxo de mer-

2. A rota principal do Caminho Novo partia do porto de Estrela e passava por Petrópolis, antes de atingir Encruzilhada, onde as duas outras variantes se encontravam. A estrada ficou pronta por volta de 1724, sob a orientação do sargento-mor Bernardo Soares Proença, e durante 140 anos tornou-se o caminho preferido dos viajantes. Após as passagens do Paraíba e do Paraibuna vinha o Registro de Matias Barbosa; Juiz de Fora, Barbacena, de onde se alcançava São João Del Rey e Vila Rica, vinham a seguir.

Entre as fontes que melhor se ocupam desta matéria cite-se o clássico *Cultura e Opulência do Brasil*, de A. J. Antonil, que percorreu o Caminho Novo nos primeiros anos após sua abertura.(2.ª edição, pp. 288/290).

Um estudo bastante elucidativo é o de Enéas Martins Filho, "Os três caminhos para as Minas", publicado nos *Anais do Congresso comemorativo do bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro, RIHGB*, volume 1, 1965.

Uma outra referência obrigatória é o estudo de Léa Quintiere Cortines Peixoto, *Principais antigos caminhos fluminenses para as Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951.

cadorias a orientar-se para o mercado carioca. Começaram a descer significativas quantias de gado, porcos, galinhas, carneiros, toucinho e queijos, além de outros gêneros de subsistência, tradicionalmente produzidos no Sul de Minas e em outras regiões mineiras afins.

A instalação da Corte no Rio de Janeiro fez caducar a antiga proibição de abertura de estradas. A legislação, por sinal, vinha sendo burlada por colonizadores e tropeiros em geral. Muitas das estradas que seriam oficializadas posteriormente tiveram origem em caminhos que, no contexto colonial, requeriam pesada punição das autoridades.

Opondo-se a essa diretriz, o Príncipe Regente deu início a uma série de medidas que visavam a dotar a Capital de uma infra-estrutura mínima de transportes, que permitisse sua articulação com as regiões do interior do país. Ainda em 1809, uma estrada de 121 léguas foi aberta entre Goiás e o Norte, de modo que as notícias da queda de Caiena pudessem chegar por ela[3]. Diversos projetos permitiram que Minas voltasse a se ligar à Bahia com regularidade. Recursos mais adequados de comunicação instalaram-se de Minas ao Espírito Santo. Acompanhando o curso do rio Doce, abriu-se uma estrada com fins de condução do gado de Minas ao Espírito Santo. Também para a regularização do abastecimento da carne bovina abriu-se nova ligação entre Minas e Campos dos Goitacazes[4]. A criação desses projetos isolados ganharam uma diretriz comum com a Carta Régia de 4 de dezembro de 1816. Dava ela diversas providências para a abertura de estradas no interior de Minas, nas proximidades do Espírito Santo. Visava a povoar, desenvolver a mineração e a agricultura. Os meios, doação de sesmarias[5].

Esses projetos de construção e reforma de estradas passaram a receber a orientação da Junta do Comércio, instalada no Rio de Janeiro pelo então Regente, o príncipe D. João[6]. Esse tribunal funcionava como uma câmara consultiva, formada de diversos deputados que propunham projetos administrativos fundamentais para o gover-

3. Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil — 1500-1820*, 6.ª edição, 1969, p. 438.

4. Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, 10.ª edição, 1970, p. 246.

5. *Colleção das Leis do Brazil de 1816-1819*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 87.

6. A Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação fora criada em Portugal pelo rei D. José I. No Rio de Janeiro D. João restabeleceu-a através do Alvará de 23 de agosto de 1808. Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, p. 269. Pelo Alvará de 15 de julho de 1809, o Príncipe Regente estabeleceu contribuições para as despesas da criação da Junta, que incidiam basicamente sobre os produtos de exportação. *Colleção das Leis do Brazil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, pp. 93 e 94.

no joanino. A Junta recolhia impostos que, sob seus cuidados, eram investidos em obras de grande envergadura que moldaram as bases de infra-estrutura administrativa no Centro-Sul.

Graças às novas estradas abertas, ou reformadas, o Rio passou a portar-se como um centro drenador de gêneros de primeira necessidade e de exportação, que lhe permitia conservar o papel de principal centro exportador do país, o que aliás, já vinha desempenhando desde o final do século XVIII.

Desde 24 de outubro de 1811 a Junta do Comércio iniciara suas consultas sobre o projeto da estrada do Comércio. O início de sua construção data pelo menos de 1812[7]. Seu trajeto servia à área que o café ia tomando de assalto. Passava entre as regiões de Vassouras, de um lado, e Pati, de outro. Servia o porto conhecido como Comércio, à beira do Paraíba, e atingia Porto dos Índios às margens do Rio Preto.

Pelo menos em 1817 estava concluída uma parte importante do trajeto de modo a permitir o seu uso por tropeiros e viajantes[8]. Suas 22 léguas e meia eram significativamente menores do que as 40 que os condutores do Sul de Minas tinham que percorrer pela estrada real para São Paulo de onde tomavam o caminho que levava para o interior mineiro.

A conexão estrada do Comércio com os caminhos interioranos se fez através dos atalhos que haviam sido construídos antigamente no território mineiro. Através de Saint-Hilaire, que percorreu este trajeto em 1822, pode-se observar a diferença entre as etapas construídas da estrada e suas conexões em Minas:

"O caminho foi aberto em ziguezague, com bastante arte. Construíram-se pequenas pontes para a passagem dos regatos e nos lugares onde os desabamentos são de se temer, as terras foram escoradas".

7. As informações bibliográficas sobre o assunto são bastante carentes e desencontradas. Um ofício de 11 de julho de 1817, Cx. 443, pte. 3, JC, *Arquivo Nacional*, RJ, indica a data supra apontada como o marco inicial dos trabalhos que levaram à construção desta estrada, identificada como estrada do Tinguá, estrada do Rio Preto ou estrada da Corte para São João Del Rey.

8. "Que V. S. me ordene se podem ou não passar no Rio Paraíba... as tropas dos moradores do sertão, pois que todos pretendem a passagem naquele lugar, e seguir por esta nova estrada, mesmo no estado imperfeito em que ainda se encontra, pela vantagem que lhes resulta na conclusão de seus efeitos...". Ofício de 21 de julho de 1817, do construtor da estrada ao deputado João Rodrigues Pereira de Almeida, *Arquivo Nacional*, RJ, Cx. 442, pte. 2.

"Em certos pontos tem o caminho apenas a largura necessária para uma mula carregada, defeito muito comum a toda essa estrada"[9].

Ainda com Saint-Hilaire pode-se conhecer os problemas de preservação das estradas, geralmente operando em precárias condições e exigindo permanentes inversões de capital para sua manutenção:

"Desde, porém, que se franqueou a passagem, não só não se construíram as partes apenas esboçadas, como não foram conservados os trechos, já construídos. As águas já cavaram ali profundas cavas e terão a inutilidade desta bela estrada se mais um ano decorrer sem conserva"[10].

Apesar do veredito pessimista do viajante, da falta de acabamento e conservação, nem por isso a estrada deixou de permitir o livre trânsito de bois e porcos que por ela eram transportados. Mesmo com o advento do café, o transporte de mulas ainda comportou essas precárias condições tecnológicas. Com a expansão cafeeira e a introdução de carretas, o leito da estrada se apresentava impróprio e insuficiente. Por isso mesmo, a estrada foi reformada a partir de 1829, cumprindo ainda as antigas funções de veicular mercadorias para o consumo da Capital e preencher as novas, relativas ao transporte do café, cujo destino final era o porto de Iguaçu, de onde a carga era destinada aos armazéns e trapiches do Rio de Janeiro[11].

O roteiro da estrada da Polícia seguia o da estrada do Comércio até Iguaçu de quem vinha do Rio de Janeiro. A partir daí enveredava por Sacra Família, Vassouras e, tomando um rumo mais ocidental que o da outra estrada, atingia Valença para se deter no Presídio do Rio Preto às margens do mesmo rio.

Tradicionalmente conhecida como a estrada das boiadas, a estrada da Polícia, assim como sua congênere, a estrada do Comércio, constituíram-se em agentes eficazes de povoamento, valorização da terra, concentração da mesma e irradiação da economia cafeeira a ponto de, posteriormente, serem identificadas como estradas de café. Nem por isso elas deixaram de servir ao fim para o qual foram

9. Saint-Hilaire, *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, pp. 19 e 30, respectivamente.

10. Saint-Hilaire, *ibidem*, p. 19.

11. Mais detalhes sobre a contrução desta estrada podem ser encontrados em *O ouro, o café e o Rio*, de Brasil Gerson, Rio de Janeiro, Livraria Brasiliana Editora, 1970, pp. 47 a 50.

criadas, o de regularizar o fluxo de mercadorias destinadas do Sul de Minas para o abastecimento do Rio de Janeiro[12].

Complementava a tarefa de veicular mantimentos para a Corte a estrada real Rio-São Paulo. Concentrava esta via a produção de gêneros que desciam do Sul de Minas e todo o fluxo de mercadorias oriundas de São Paulo, das quais a mais substantiva era o gado criado no Sul, especialmente nos Campos Gerais. De acordo com Saint-Hilaire, o movimento principal desta estrada era provocado pelos tropeiros e condutores que provinham do Sul de Minas. O autor percebe um aumento no movimento da estrada a partir do entroncamento com o leito que vinha de Minas na altura de Lorena[13].

Através de um relatório do tenente-engenheiro Conrado J. Niemayer, empenhado nas reformas do leito desta estrada, fica-se também sabendo que ela era "uma das principais estradas, ou talvez a primeira do comércio interior e na qual transitam diariamente mais de 600 animais, cavalos e muares, 300 bois, e imensos porcos, carneiros, cabras..."[14]. Este relato apresentado aos deputados da Junta do Comércio visava a sensibilizá-los para que fosse justificado o custo das operações de calçamento do aterro que, nesta oportunidade, estava sendo construído no alto da Serra de Itaguahy. Nesse ponto o transporte era sempre crítico e causador de graves incidentes[15].

Além do alto da serra, a parte da estrada localizada na baixada oferecia sérios problemas, requerendo permanentes reparos. Na época das chuvas, o Guandu e seus afluentes alagavam toda a região, obstruindo o leito da estrada. Por esse motivo, são freqüentes as dre-

---

12. Faltam dados estatísticos que possam demonstrar o desempenho dessas vias como veículos regularizadores do mercado carioca. Um documento singular, de von Eschwege, "Notícias e Reflexões Estatísticas da Província de Minas Gerais", *Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, SMHs, 5, 4, 5, contém um mapa das exportações de Minas durante julho de 1818 a julho de 1819. Através deste mapa pode-se ter uma idéia do desempenho das estradas da Polícia e do Comércio, numa etapa em que elas ainda estavam em fase de acabamento. No próximo capítulo, quando for utilizado o citado material, far-se-á alusões ao desempenho das duas estradas.

13. Também a agricultura mostrava-se mais desenvolvida na região. O viajante registra a existência de plantações de café e roças de milho, quanto mais se aproximava da Província do Rio de Janeiro. "Proprietários dessas redondezas" — acrescenta o autor — "possuem 40, 60, 80 e até cem mil pés de café". *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, p. 102.

14. Relatório de 27 de novembro de 1829, *Arquivo Nacional,* RJ, JC, 443, pte. 2.

15. "Este caminho é de aspereza extrema, quase inteiramente coberto de pedras arredondadas, que rolam sob os cascos dos animais; muitas vezes são estes obrigados a dar saltos assustadores, correndo a cada momento o risco de cair. Este desastre só aconteceu a um dos cargueiros". *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, p. 109.

nagens feitas nestes rios. Pensou-se também num projeto que chegou a ser posto em execução. Trata-se da construção de um canal, interligando o leito do rio Guandu com o Pavuna, que colocava a baía de Guanabara interligada ao Atlântico, na região de Marambaia. Além do transporte fluvial pensava-se nessa obra como um recurso para diminuir os problemas das enchentes[16].

Já se têm elementos, no passo atual desta investigação, para demarcar, dentro da administração joanina, os pontos centrais que elucidam o processo pelo qual foi sendo edificada a integração do Centro-Sul, uma das preocupações norteadoras deste trabalho.

A tese que ora se sustenta diz respeito às transformações provocadas pelo comércio de abastecimento, problematizado com as mudanças decorrentes da vinda da Família Real ao Brasil. Na medida em que novas vias de comunicação iam sendo construídas ou reparadas, o governo de D. João VI propiciava a criação de um eixo de articulação no Centro-Sul com o que, simultaneamente, enfrentava os problemas crônicos do abastecimento da Capital.

Detendo-se nestas considerações de caráter geral, é possível, no entanto, que se perca de vista algumas especificidades relevantes desta etapa acelerada de mudanças. O problema pode ser apresentado do seguinte modo: por que as estradas do Comércio e da Polícia, os projetos mais ambiciosos desta etapa administrativa, dirigiam-se para a Comarca mineira do Rio das Mortes, e qual a importância estratégica para a Corte, uma vez seu principal núcleo abastecedor?

Não é difícil perceber-se a importância dessas vias para a normalização do abastecimento da Corte. O que precisa ser assinalado, no entanto, são os aspectos condicionantes que envolveram a construção destas vias de abastecimento.

Antes da construção dessas estradas, a região já era servida por duas outras que a interligavam à Capital. A ocidente, na parte sul da Comarca, os mineiros podiam fazer uso dos caminhos que demandavam a estrada Rio-São Paulo, que ia cair na altura de Lorena, via Mantiqueira. Na parte oriental da região, os caminhos dirigiam-se para São João Del Rey, que tinha acesso direto ao Caminho Novo, o qual, por sua vez, trifurcava para os portos de Estrela e Pilar na baía de Guanabara, ou se ligava diretamente ao Rio de Janeiro através do Caminho de Terra.

---

16. Ofício de 5 de outubro de 1826, referente aos trabalhos preparatórios da construção do Canal do Pavuna, remetido à Junta do Comércio pelos responsáveis pela obra. *Arquivo Nacional,* RJ, JC, Cx. 443, pte. 4.

Segundo Saint-Hilaire, a estrada do Comércio nascera da imperiosa necessidade de confirmar o que as iniciativas particulares já tinham realizado anteriormente. Já existia um ramal de estrada funcionando precariamente na trilha que a Junta usaria depois para construir a estrada do Comércio — uma via mais curta que as outras — e que dava aos condutores alguns dias a menos de percurso até o mercado da Corte.

Este caminho funcionava em bases precárias para ligar as áreas abastecedoras do "ocidente mineiro" ao mercado carioca. Até 1813, era usado apenas como um atalho por viajantes a pé, uma vez menos longo que o de Vila Rica. Foi sendo aberto a partir da iniciativa particular da população do interior que foi ocupando a região e que não podia contar com a abertura de estradas, em vista das restrições impostas pelas leis coloniais. Mas como o mercado carioca precisava do gado do Sul de Minas, o governo, após 1808, transformou o atalho em estrada, que passou a atender a região, antes que as estradas do Comércio e da Polícia fossem postas em funcionamento[17].

Também aqui a abertura de nova via de comunicação se fazia acompanhar de incentivos ao povoamento e colonização, garantidos pela distribuição de sesmarias em áreas desocupadas. O cronista da Corte, Pe. Luís Gonçalves dos Santos, ilustra esta tendência quando fala da construção da estrada da Polícia. Ela visava ao

"... interessante projeto de facilitar as comunicações nas ditas duas Províncias (Rio de Janeiro e Minas Gerais) pelo sertão, que medeia entre os rios Preto e Paraíba, a fim de animar o comércio interior, aumentar a agricultura e ampliar a povoação..."[18].

De fato, o Regente cuidou especialmente da região localizada entre a Corte e Minas, mas privilegiando o Sul de Minas que passaria a se comunicar diretamente com o Rio de Janeiro através de duas estradas. A decisão de 1.º de dezembro de 1815 isentava os moradores de Valença dos direitos de passagem pelos rios Preto e Paraíba, incentivando, desse modo, a produção e o comércio regionais[19].

17. Segundo o autor que percorreu a estrada em 1819, seu estado era muito precário, tendo encontrado poucas tropas de burros que preferiam os percursos mais longos, porém de maior segurança. Ao contrário, viu "um grande número de porcos e de bois", em circulação, que além de seguirem um percurso mais rápido, contavam também com incentivos fiscais, pagando menos impostos no Registro do Rio Paraíba, neste mesmo caminho. Saint-Hilaire, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco,* 1975, pp. 31 e 32.

18. *Op. cit.*, p. 582.

19. Documento já citado anteriormente. Cf. em *Decisões do Governo do Império do Brasil, op. cit.*, p. 36.

No Vale do Paraíba fluminense a ocupação se fez através da concentração maciça das sesmarias nas mãos de poucos proprietários, geralmente altos funcionários da Corte, ou grandes comerciantes ou de pessoas que tivessem laços mais estreitos com eles. Saint-Hilaire escandalizou-se com a conivência e permissividade entre o governo e seus altos funcionários na distribuição das sesmarias:

"O rico, conhecedor do andamento dos negócios, tinha protetores e podia fazer bons negócios; pedia-se para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras... Manuel Jacinto (futuro Marquês de Baependi), empregado do tesouro, possui perto daqui (Valença) 12 léguas de terras concedidas pelo Rei"[20].

Os resultados dessa pródiga política de distribuição de sesmarias podem ser avaliados através de uma matéria publicada pelo *Diário do Governo,* de 12 de maio de 1824, na qual é relatada uma viagem de 10 dias que o imperador empreendeu na região do Vale do Paraíba[21].

Na ida, o imperador abrigou-se principalmente nos recintos de registros, postos e passagens, à beira do Caminho Novo. Na volta, passou pelas fazendas "São Mateus" e "Independência", do coronel José Ignácio Nogueira da Gama, irmão de Manuel Jacinto Nogueira da Gama. Em Valença, o imperador deteve-se na fazenda do próprio Manuel Jacinto. Em Santa Ana, pernoitou na fazenda do Barão de São João Marcos; a seguir, visitou a fazenda "Bom Jardim", de Pedro Dias Paes Leme, gentil-homem da Câmara e futuro Marquês de Quixeramobim.

O roteiro de viagem encerrou-se com a visita à "Feitoria da Serra" e à "Feitoria do Leme" próximas da "Fazenda de Santa Cruz" onde o imperador passou a "examinar suas plantações" e "visitar... os arrozais do curtume, a olaria, os engenhos de socar café e arroz, bem como a criação do gado vacum e cavalar".

A concentração de terras foi, sem dúvida, uma das condições básicas para que se desse a proliferação da economia cafeeira. Além do que, se a distribuição de sesmarias favoreceu a concentração das propriedades, é também esclarecedor o modo como foi incrementada a produção cafeeira através da interação do monarca com o

20. Saint-Hilaire, *2ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, p. 24.

21. *Apud* Eduardo Canabrava Barreiros, *D. Pedro — jornada a Minas Gerais em 1822,* 1973, pp. 46 e 47.

setor favorecido da classe proprietária, movidos por interesses convergentes.

Segundo Taunay, D. João, em 1817, convocou diversos proprietários de terra para um encontro. Tratava-se, evidentemente, do setor composto de burocratas e grandes comerciantes, agora também grandes proprietários na região. Nessa oportunidade, o monarca distribuiu entre eles sementes de café, trazidas de Moçambique, para que propagassem sua cultura[22]. Não está fora de cogitação a possibilidade de que o monarca tencionasse desenvolver esse produto de exportação, solidificando as bases econômicas do Centro-Sul. O certo é que D. João arriscou diversos projetos e acertou particularmente nesse, já que o café conheceria uma rápida expansão no Centro-Sul e seu complexo sócio-econômico demarcaria as grandes linhas políticas de longa duração do período.

Através desses relatos creio ser possível retornar ao conceito de integração. Com a trajetória até aqui percorrida, tentou-se encadear elementos diversos — abastecimento, meios de comunicação, política administrativa — de modo a enxergar integração numa perspectiva mais ampla que não se limitasse apenas a enumerar as realizações materiais mais significativas do período; trata-se da tentativa de captar a formação de um processo constituído pelo encontro de elementos diversos, encadeados por um traço comum — a política joanina —, respondendo a pressões oriundas da crise do sistema colonial, bem como operando sobre condições objetivas de mudanças sócio-econômicas em andamento no Centro-Sul que, por sua vez, condicionavam as diretrizes básicas da gestão joanina.

Buscar a integração do Centro-Sul foi a resposta que o Regente encontrou para fazer frente a um quadro de necessidades que implicavam em mudanças. Ainda que seus objetivos não se consubstanciassem plenamente, sobre as bases construídas no seu governo é que seria possível, posteriormente, fazer-se a montagem material do nascente Estado independente.

Na articulação desses projetos de infra-estrutura de transportes é que se pode notar o modo como certos grupos familiares se aproximaram da Corte e, através da prestação de serviços ao Estado, conquistaram uma situação política e econômica favorável. Muitos ascenderam já com D. João VI, integrando parte da nobreza que apoiaria a gestão de D. Pedro I. Outros foram se destacando pos-

22. A. E. Taunay, *História do Café no Brasil, op. cit.*, volume 5.°, tomo II, 1939, p. 180.

teriormente, vindo a integrar a vasta galeria da aristocracia do Segundo Reinado.

O anteriormente citado Manuel Jacinto Nogueira da Gama e seus parentes próximos servem de exemplo para o primeiro caso apontado. Na qualidade de deputado e escrivão do Real Erário teve acesso a grande quantidade de terras, distribuídas dadivosamente por D. João VI. Seu irmão, José Ignácio Nogueira da Gama, entre o que recebeu de doações mais terras herdadas e compradas, teria somado, segundo Taunay, cerca de 17 sesmarias, perto de 20 mil hectares das melhores terras virgens em solo mineiro e fluminense[23]. Mais as terras que Manuel Jacinto recebeu em São João Marcos e Valença, pode-se aquilatar o poderio econômico da família.

Mais espantoso ainda se apresenta este quadro quando se sabe da introdução de Manuel Jacinto na família dos Carneiro Leão. Nela também se integrara Paulo Fernandes Viana, que sendo intendente da polícia, recebeu grande quantidade de terras na região de Valença. Somente este clã açambarcaria imensa "mancha" de terras que ia desde o Vale do Paraíba fluminense até a Zona da Mata mineira[24].

Esse império explica, em grande parte, o porquê da construção da estrada da Polícia, cujo traçado, antes de alcançar o Sul de Minas, servia diretamente às propriedades da família. Enquanto a Junta do Comércio levava adiante o projeto da estrada do Comércio, a Intendência da polícia, cujo chefe era Paulo Fernandes Viana, realizava o seu, simultaneamente[25].

Através da Junta, João Rodrigues Pereira de Almeida (futuro Barão de Ubá) fazia também prevalecer seus interesses pessoais. Sendo proprietário na região de Ubá, próxima de Vassouras, também ampliou as suas posses graças à requisição de terras[26]. Era também grande comerciante na praça do Rio de Janeiro e, assim como os

23. *Op. cit.*, volume 5.°, tomo III, pp. 180-181.

24. O importante capítulo III, do trabalho já citado de Riva Gorenstein, contém um estudo de caso da família Carneiro Leão que complementa e amplia estas constatações.

25. A Intendência geral da polícia foi criada no Brasil através do Alvará de 10 de maio de 1808. Segundo o Pe. Perereca, ela visava a se converter numa "vigilante sentinela da segurança pública", *op. cit.*, p. 251. Entretanto, a Intendência não estava alijada de outras atividades, como se tem tido oportunidade de observar. Veja-se, por exemplo, esta prestação de contas do intendente Paulo Fernandes Viana: "Por fora da Cidade melhorei todas as estradas, tanto da banda daqui como dalém dela com aterrados e partes novas e concertos para facilitar a condução de víveres e promover a abundância na Corte". Brasil Gerson, *op. cit.*, p. 45.

26. *Arquivo Nacional*, RJ, Registro de Sesmarias, Cx. 130, n.° 23.

demais grandes nomes do comércio na época, estava envolvido no tráfico de escravos[27]. Atuando como deputado da Junta do Comércio, João Rodrigues fez valer sua posição para determinar sobre o projeto da estrada que, obedecendo a atalho mais antigo, servia muito próximo às suas propriedades[28].

A trajetória de Custódio Ferreira Leite (futuro Barão de Aiuruoca) é também significativa e serve de modelo para o segundo caso acima apontado. De família mineira de São João Del Rey, aventurou-se na região de Vassouras, para onde fez convergir grande número de parentes seus. Antes que se convertesse num dos primeiros cafeicultores de Mar de Espanha, na Zona da Mata mineira, passou longo tempo dedicando-se ao serviço de obras públicas, rasgando estradas, construindo pontes, etc.[29]. Trouxe dessa etapa os cabedais que lhe permitiriam ligar-se à construção dos trechos finais da estrada da Polícia, já em solo mineiro; disso tiraria partido, empregando lucrativamente seus escravos nos trabalhos da estrada[30].

O ponto em comum a que estão associadas estas três personagens abordadas diz respeito ao modo como elas se entrelaçaram aos destinos da organização político-administrativa do Centro-Sul. Obtiveram, em graus maiores ou menores, através de uma política de barganha com o Estado, benefícios particulares consideráveis, além do que, graças à prestação de serviços públicos, foram elevadas a significativos postos nobiliárquicos.

Esse encontro de interesse releva um traço fundamental da formação do Estado nessa etapa de transição. Não sendo capaz de produzir o aparato político-burocrático necessário, viu-se na contingência de lançar mão das iniciativas de setores empresariais nativos de modo a conceder-lhes amplos favores em troca da prestação de serviços necessários à edificação de suas bases materiais.

Isto vale dizer que o Estado enraizado tendeu a abrigar um novo setor emergente e interno à classe dominante, setor esse que o próprio Estado favorecera em sua criação. A nobreza de D. Pedro era, em grande parte, nativa como o era também a alta burocracia de Estado.

27. Veja-se em *Decisões do Governo do Império do Brasil, 1808-1816, op. cit.*, p. 6, seu irmão Joaquim Pereira de Almeida, à testa de sua empresa mercantil no Rio de Janeiro, tentando, em 5 de setembro de 1814, isentar de impostos os escravos por ele trazidos diretamente para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

28. Taunay, *op. cit.*, volume 5.°, tomo II, pp. 239-240.

29. *Ibidem,* volume 5.°, tomo III, p. 393.

30. *Arquivo Nacional,* RJ, Códice 361, volume 1, documento de 20 de março de 1826.

Estas conclusões permitem uma revisão das afirmações que atribuem ao Estado ter-se mantido ligado apenas aos interesses portugueses no Centro-Sul, relegando os interesses nativos. Este tipo de afirmação apóia-se na reprodução de depoimentos de setores realmente alijados pelo Estado, entre eles o de províncias mais distantes do Rio de Janeiro. O mesmo não se poderia dizer de setores do Centro-Sul, cuja representação e participação no Estado eram bastante evidentes.

Não se pretende aqui afirmar que o imperador estivesse envolvido apenas com os interesses dessa aristocracia proprietária do Centro-Sul. A sua cooptação não seria suficiente para desvincular o imperador do grupo de burocratas e altos comerciantes portugueses remanescentes da administração joanina.

Ao contrário, o que se propõe é demonstrar a aproximação entre os setores nativos e os setores reinóis, instalados com a Corte. O elemento comum entre eles foi a participação dividida na esfera do poder do Estado. Muitos desses nativos já eram integrantes dos quadros burocráticos desde D. João VI; outros, ou através da nobilitação ou de casamentos com filhos de burocratas, ou confirmaram uma condição já adquirida ou ingressaram nos domínios do poder[31]. Alguns desses nativos estavam de tal forma identificados com o regime deposto em 1831 que chegaram a ser ameaçados de expulsão pelos nativistas mais radicais.

Um ponto carente de esclarecimento, que será retomado com mais vagar nos capítulos seguintes, refere-se a que setores foram realmente cooptados pelo Estado nesse processo em estudo.

Convém, por isso, pormenorizar um pouco mais a respeito do modo como foram gerados estes novos setores de classe que, a pouco e pouco, evoluíram da burocracia, do comércio e de outras atividades para compor a classe proprietária de café, a ''aristocracia cafeeira'', como tem sido identificada pela historiografia. Já foi assinalado anteriormente que um grupo significativo de burocratas e comerciantes

31. Joaquim José Pereira de Faro, José Egídio Alvares de Almeida, Joaquim Carneiro de Campos, José Joaquim de Azevedo, Amaro Velho da Silva, João Rodrigues Pereira de Almeida são alguns nomes, cujas biografias, se dissecadas, por uma razão ou outra, ilustrariam perfeitamente o que se está afirmando.

Fernando Carneiro Leão e seus parentes fornecem um painel esclarecedor da teia de casamentos que interligava uma família de nativos a burocratas da Corte. Uma filha se casou com um dos filhos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1.° Conde de Linhares; três de suas irmãs casaram-se com burocratas, entre eles Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi, e Paulo Fernandes Viana, Desembargador do Paço, Conselheiro da Coroa e Intendente geral da polícia. Cf. Riva Gorenstein, *op. cit.*, pp. 65 e 71.

estava comprometido com o Estado metropolitano; o que se busca ressaltar é o fortalecimento e ampliação daquele setor social, ensejado pelo Estado e pelas transformações econômicas em curso, interagindo-se, uma vez que também o Estado se valia do mesmo setor como uma de suas bases sociais de sustentação.

Já o setor social oriundo das Gerais projetou-se através da prestação de serviços para a administração pública, como no caso assinalado do Barão de Aiuruoca ou então por meio de enriquecimento rápido na região, quer atuando junto de proprietários menores, cedendo-lhes empréstimos rendosos, traficando escravos, quer ligando-se diretamente à produção, venda e transportes de café, ou também especializando-se na função de comissários.

Os Teixeira Leite fixados em Vassouras podem exemplificar um pouco isso tudo. Segundo Stein, os Teixeira Leite, cujos cabeças foram os barões de Itambé, abandonaram as minas e atividades comerciais em São João Del Rey e se fixaram na região de Vassouras, fornecendo crédito aos primeiros fazendeiros para aquisição de escravos. Pouco se comprometeram com a produção de café; o tráfico regional de escravos e o empréstimo de capitais constituíam suas principais ocupações na região. Como ponto de apoio mantinham relações solidárias com os parentes que ficaram em Minas. Através do comissário de café Caetano Furquim de Almeida, ligado posteriormente à família e representante dos seus interesses no Rio de Janeiro, os residentes de Vassouras organizavam a consignação da produção da região para a casa comissária instalada no Rio de Janeiro[32].

Fechando o quadro descrito, é oportuno assinalar que nem todos os setores proprietários mais significativos do Centro-Sul estavam sendo arrolados na esfera do poder. Os que representavam os proprietários e comerciantes do interior especializados no abastecimento, por exemplo, encontravam-se numa etapa de acumulação de forças, projetando-se no nível das municipalidades e nas administrações provinciais. Somente após 1826 é que encontrariam os canais mais apropriados de organização e prática política, para ganhar em 1831 o espaço que pretendiam.

O modo como foi se constituindo a classe cafeeira no Centro-Sul pressupõe, pois, um fenômeno peculiar de acomodação social que entrelaçava os setores burocráticos e mercantil, instalados na Capital,

32. S. J. Stein, *op. cit.*, pp. 21 a 24. Ver também A. E. Taunay, "Os Teixeira Leite — uma irmandade de grandes cafezistas e civilizadores", *In O Jornal*, 7.ª seção, pp. 1 e 2.

com setores emergentes do interior, oriundos do comércio regional ou da mineração, geralmente procedentes da Comarca do Rio das Mortes.

Alianças consumadas por interesses econômicos afins, aproximação de famílias proprietárias através de casamentos permitiram a formação de selecionados grupos de famílias na região do Vale do Paraíba, facilitando a emergência de um consenso de classe, claramente observado no alinhamento político que os proprietários da região vieram a tomar.

Os historiadores do café fazem diversas referências à projeção de lideranças conservadoras na região. No 2.º Reinado ela se manteria como o principal reduto do partido conservador[33]. E já o Regresso teria ampla repercussão na região, para não dizer que exatamente nela os regressistas ganhariam seu principal respaldo social.

Curiosamente, os regressistas do final dos anos 30 eram, na região, os mesmos elementos alinhados ao governo imperial de D. Pedro I. A maior parte dos grandes proprietários do Vale do Paraíba provinha da alta burocracia e do alto comércio ligados a D. Pedro I.

Após o curto período de comando político dos liberais moderados, o setor burocrático-mercantil, então associado à produção cafeeira, passa a ser recuperado politicamente, emprestando seu apoio às lideranças dissidentes dos moderados empenhadas na elaboração do projeto regressista.

Nesse sentido, o Regresso também foi o retorno às bases sociais do Estado do 1.º Reinado. Parcialmente alijado do Estado na gestão moderada, o antigo setor burocrático e mercantil voltava, sob o Regresso, à cena política com nova roupagem social: aristocrático, como antes, mas agora escravista e latifundiário.

33. Pelo visto, poucos foram os nomes de grandes cafezistas que se alinharam aos liberais. A título de curiosidade, lembro a participação de um dos Sousa Breves, ricos proprietários de fazendas de café na região do Piraí, implicado na revolução liberal de 1842.

III — SUBSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO

Este Capítulo foi pensado em termos de complementação do anterior, em que se teve a oportunidade de analisar as condições de mudanças operadas na faixa que interligava o Sul de Minas ao mercado da Corte, a colonização da região, a concentração das propriedades, a abertura de estradas e a progressiva participação dos proprietários da região nos empreendimentos administrativos.

O presente Capítulo buscará enxergar a integração vista do interior do Centro-Sul; visar-se-á perceber os movimentos internos de reorganização da economia regional, configurando o processo de comercialização do excedente que, por sinal, se converteu no elemento fornecedor dos pré-requisitos necessários para que a integração do Centro-Sul pudesse ser viável.

Com o refluxo da mineração, amplas transformações tomaram conta das áreas econômicas a ela conjugadas. Particularmente interessa especificar o modo como essas mudanças afetaram o Sul de Minas, região que, durante o período de florescimento da mineração, se especializara na produção de gêneros de primeira necessidade, voltada para o abastecimento das Gerais.

É conhecido que, com a crise da mineração, as áreas mineradoras refluíram, reorganizando-se economicamente através da produção de subsistência. O que não tem sido enfatizado suficientemente, no entanto, é que o Sul de Minas teve um desdobramento peculiar. De fato, esta região conheceu um reforço em sua estrutura econômica, já alicerçada na produção mercantil de gêneros de subsistência. Atividades de produção, portanto, que não se relacionavam com tendências de involução ou regressão econômica; pelo contrário, tratava-se de produção mercantil de gêneros de subsistência, mas voltada para fora, em busca de mercados.

O fator decisivo para que esta tendência se definisse foi o mercado carioca que, dilatando-se progressivamente, ainda que de forma lenta, garantiu o movimento de reorganização interna da economia do Sul de Minas[1]. Ainda no primeiro capítulo teve-se oportunidade de demonstrar a importância da função abastecedora da pecuária mineira, pronta em prover a Corte de seus gados, em 1808, quando o mercado sofria o impacto da chegada da comitiva real.

Caio Prado Júnior ressalta as condições naturais favoráveis do Sul Mineiro, uma região abundante de águas, com rios perenes, pluviosidade bem distribuída e forragem privilegiada, mesmo nas áreas mais altas[2].

As condições de produção da pecuária sul-mineira denotavam um tipo de organização econômica preparada para produção em escala mercantil. Os currais tinham uma dependência à parte, para aproveitamento do leite, com o que era fabricado o queijo de Minas, de ampla aceitação no mercado. Era usual o emprego de cercas de pau-a-pique, valos e muros de pedra, o que denotava uma utilização de tecnologia não tão primitiva. Os pastos recebiam melhores cuidados e costumeiramente eram divididos em quatro partes, favorecendo à melhor alimentação do gado. Esta se completava com distribuição regular do sal, milho e principalmente farelo[3].

O caráter mercantil dessa produção é que permitiu à economia do Sul de Minas assimilar o fluxo migratório das áreas mineradoras em crise. Da mesma forma, recebeu esta região um impacto positivo dos capitais deslocados da mineração. Isso explica, em grande parte, o desvio de escravos, remanejados para a produção agropastoril — o que dará à propriedade de subsistência do Sul de Minas uma marca original, já que apoiada em larga escala no trabalho compulsório. Estas condições específicas dotaram a produção agropastoril do Sul de Minas de "um nível bem mais elevado que o das demais regiões similares da Colônia", declara Caio Prado Jr. "E é aqui que encontramos as principais daquelas poucas exceções acima lembradas de grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno", arremata o autor[4].

1. Segundo Caio Prado Júnior, a partir de 1756 começam a descer gados mineiros em busca de mercados, alcançando São Paulo e o Rio de Janeiro ainda neste mesmo ano. *Op. cit.*, pp. 57 e 198.
2. *Idem, ibidem*, p. 197.
3. *Idem, ibidem*, p. 162.
4. *Idem, ibidem*, p. 162.

Uma característica que enriquece o processo global de reordenação da economia mineira refere-se à heterogeneidade da reorganização das forças de produção. Refiro-me ao fato de que a subsistência não foi o único setor da vida econômica de que se ocuparam os proprietários do Sul de Minas. Nesta região, o tabaco converteu-se numa atividade bastante significativa, cujo centro mais conhecido de produção era o de Baependi; do mesmo modo, no norte de Minas, a cultura do algodão generalizou-se, incrementando a exportação deste produto em ramas, em varas ou de manufaturas produzidos na região e consumidos principalmente por escravos. Ainda nesse particular, percebe-se como se complica a forma de se entender a economia de subsistência na perspectiva de uma seqüência regressiva. Nem toda a economia mineira refluiu para a subsistência, como se pode observar nestes dois casos. E nem a economia de subsistência — no caso, a do Sul de Minas — estava fechada sobre si mesma, operando com baixo teor de produtividade, uma vez que era de natureza mercantil e voltada para mercados.

O movimento centrífugo de populações após a mineração também favoreceu a ocupação das áreas virgens que medeavam Minas ao litoral, especialmente as terras férteis do Vale do Paraíba. Pode-se destacar dois tipos de pioneiros que por aí surgiam: os posseiros, com suas pequenas roças de produtos de primeira necessidade, voltados para o comércio miúdo à beira das estradas, que povoaram rapidamente a região[5]. Um outro tipo fixava-se em condições de melhor segurança: pleiteavam terras em função da prestação de serviços públicos já realizados ou a realizar; abriam trechos de estradas, ou se prestavam a fornecer alimentos para tropas e tropeiros, pastagens para os animais ou abriam pousos e vendas necessários à organização do tráfico mercantil[6].

Interessa, particularmente, destacar um outro tipo de ocupante, oriundo das áreas de subsistência da Comarca do Rio das Mortes e que se instalou na região sem desatar seus laços de origem. Instalando-se nas novas áreas de produção, estes ocupantes estabeleciam uma estrutura inter-regional de negócios, complementando as atividades das fazendas mineiras. Constituíam-se no elo da veiculação dos produtos

5. A pressão sobre a terra tornou-se insuportável para posseiros na medida em que migrantes garantidos com títulos de sesmarias foram ocupando a região. O atento Saint-Hilaire descreveu com acerto o que estava se passando: "Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com título que recebeu na véspera, expulsando-os e aproveita o fruto do seu trabalho". *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, p. 24.
6. S. J. Stein, *op. cit.*, pp. 12 e 13.

que desciam das propriedades mineiras, efetivando a articulação entre as zonas produtoras de Minas com o mercado consumidor do Rio de Janeiro. Também aqui o elemento explicativo dessa associação é o parentesco e/ou relações pessoais de amizade, que criavam condições de uma aproximação mais segura.

Um exemplo ilustrativo dessa situação é o de Domingos Custódio Guimaraens, mineiro de São João Del Rey e futuro Visconde do Rio Preto, no Segundo Reinado. Nos anos 20, formou uma sociedade — Mesquita & Guimaraens — com o conhecido comerciante, também mineiro, José Francisco de Mesquita, futuro Marquês do Bonfim. Sua firma fazia descer de Minas grandes rebanhos de gado destinados ao consumo da Corte. A organização das compras e remessas ficava a cargo de seu sobrinho, Joaquim Cândido Guimaraens, que era seu agente de gado e proprietário na região do Rio Preto[7].

Deste modo, seu sobrinho estava habilitado para desempenhar função capital no conjunto de suas atividades comerciais. Como agente, deveria percorrer as áreas próximas para fazer as compras de gado, fazendo a conexão com as áreas de criação em Minas. Como proprietário, poderia dispor de suas pastagens para o gado que precisava de alimento e descanso durante o percurso para chegar ao mercado em condições satisfatórias.

À margem das estradas, desenrolava-se um tipo especial de negócios, montado para satisfazer as necessidades dos viajantes, de suas mulas e gados. Constituíam as vendas, ranchos e pastagens um precário sistema de atendimento, não desvinculado das propriedades a que pertenciam.

Em quase todos os pontos de parada havia estoques de milho, carne-seca, queijos, ou então de carne-de-sol, bacalhau e lingüiça e comestíveis em geral. Pelo menos a cada quarto de légua se encontrava uma venda e um rancho, assinalam os viajantes.

Para estes, as condições de abastecimento eram vistas como críticas, apesar de reconhecer serem suficientes para as necessidades do usuário comum das estradas. Leite, frutas, verduras eram raros; contavam pouco na dieta dos proprietários e vendeiros da beira das estradas e, por isso mesmo, raramente eram postos em oferta. Já a

7. Ainda antes de abandonar a sociedade com Mesquita, Custódio Guimaraens começou a comprar as primeiras terras no Rio Preto, recomendadas por seu sobrinho. Durante os primeiros anos fez compras de escravos que chegaram a totalizar perto de 500 deles, com os quais foi se convertendo num dos maiores cafezistas da região. A enorme soma de capital despendida nestas compras de terra e escravos saíram, sem dúvida, dos negócios ligados ao abastecimento no Rio de Janeiro. Cf. Taunay, *op. cit.*, volume 5.°, tomo III, pp. 184 e 185.

carne de galinha, de porco, mesmo arroz, feijão e ovos eram encontrados em oferta suficiente[8].

O cenário deste sistema de atendimentos permaneceu inalterado durante décadas. Por volta de 1850, nas proximidades do Rio de Janeiro, Burmeister descreve um desses locais tal como um viajante do começo do século o faria:

"Esses lugares de pernoite costumam-se encontrar nas proximidades de uma aldeia ou junto de uma venda onde se possam adquirir alimento. Num grande telheiro sobre 4 colunas e que se denomina rancho, serve para abrigar as mercadorias e os tropeiros também, quando não há acomodações na casa do vendeiro. Paga-se por animal, ou antes, por carregamento uma taxa fixa"[9].

Observa-se, não raro, um caráter de complementaridade entre fazenda, rancho, venda, pastagens, postos em serviço de modo integrado. Produção, venda e atendimento a homens e animais constituíam um conjunto de ofertas que permitiam a seus proprietários converter o comércio à beira de estradas numa prática lucrativa, apesar da precariedade de suas bases de organização. O consumo de milho era, em particular, o negócio mais atraente, a ponto de levar os fornecedores a colocar em disposição ranchos, mantimentos para o pessoal das tropas e pastagens para os animais, a fim de garantir para si a clientela[10].

Conforme a especial localização dessa rede de serviços, melhor aproveitamento podia-se tirar de certas vantagens. Pelo relato dos viajantes, é uma constante, à beira das estradas, encontrarem-se propriedades favorecidas na sua função abastecedora:

"A fazenda onde parei fica situada exatamente na raiz da serra e como as tropas que passam pela montanha ali fazem parada forçada, há grande movimento de mulas; segundo o costume da terra,

8. Às vezes, o viajante não deixa de se surpreender com as condições de atendimento: "O fato é que não duvido ser esta a coleção mais completa de artigos que encontrei à venda fora das vizinhanças imediatas do Rio e dentro de um raio de 150 milhas desta Cidade". Luccock estava se referindo a uma simples venda próxima do rio Paraíba, onde havia um razoável estoque de artigos ingleses. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil,* 1942, p. 260.

9. Burmeister, *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* 1952, p. 72.

10. Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 157.

o proprietário vale-se da necessidade que todos têm de recorrer a ele, e o milho se vende mais caro que em outro lugar''[11].

Convém, nesse passo do trabalho, retornar às intenções enunciadas no início deste capítulo, ocupando-se novamente com o desempenho da economia do Sul de Minas, de modo a perceber como sua atuação repercutiu no processo de integração do Centro-Sul.

Objetiva-se, neste momento, avançar na discussão sobre a produção de gêneros de subsistência, dispondo de alguns dados estatísticos que foi possível colher ao longo desta pesquisa. Eles não são sistemáticos, mas permitem o levantamento de observações significativas. Convém ainda assinalar que esse exercício estatístico não visa à discussão de questões específicas da História Quantitativa. Pelo contrário, está se lançando mão desses dados enquanto complementares aos resultados a que se foi chegando no decorrer deste trabalho[12].

Uma dessas fontes, ''Notícias e Reflexões Estatísticas da Provincia de|Minas| Gerais'', de autoria de von Eschwege[13], discrimina os produtos exportados, os Registros por onde escoavam, o *quantum* exportado e o preço por unidade.

A primeira observação que se pode extrair desses dados refere-se à exportação dos gêneros de subsistência e à comparação imediata com os gêneros típicos de exportação; desse modo, obtém-se uma visão mais definida das possibilidades do desempenho global da economia mineira e sul-mineira, em especial.

Na montagem comparativa que construí na Tabela 1, os gêneros de subsistência levam vantagem no confronto com os gêneros de exportação:

11. Saint-Hilaire, *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, p. 28.

12. *O Arquivo Nacional do Rio de Janeiro* contém amplas coleções de Livros de Registros, onde aparece seriada a veiculação de mercadorias que entravam e saíam por eles. Inclusive a antiga coleção da ''Casa dos Contos'' faz parte do acervo do citado Arquivo, ensejando a pesquisa para as importações e exportações mineiras até mesmo no século XVIII. Esta é a única fonte acertada para se poder levar adiante um estudo econômico com preocupações estatísticas, já que outras fontes documentais do período englobam as estatísticas mineiras nas exportações e importações do porto do Rio de Janeiro. Nesse caso, inclusive, ficam sem notícia os produtos remetidos por Minas, em sua maioria retidos para o consumo do mercado carioca.

13. Documento já citado, *Biblioteca Nacional*, RJ, SMHs, 5, 4, 5. Esse mapa fornece as exportações mineiras no periodo que cobre de julho de 1818 a julho de 1819. Apresento o conjunto dos dados fornecidos por Eschwege e forma seletiva, chaman-

TABELA 1 — EXPORTAÇÕES MINEIRAS NO ANO DE 1818/1819 COM ESPECIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES EXPORTADAS.

DESTINO (*)	ESPÉCIE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Mercado Interno (subsistência)	toucinho e carne salgada (arrobas)	145 478	2$000	290 957$000
	gado vacum (cabeças)	62 106	4$000	248 424$000
	porcos (cabeças)	40 106	3$000	120 507$000
	queijos (unidades)	1 059 667	$100	105 960$700
	bestas (cabeças)	3 629	25$000	90 725$000
	cavalos (unidades)	3 057	10$000	30 725$000
	galinhas (cabeças)	114 054	$150	17 199$000
	carneiros (cabeças)	9 153	1$000	9 153$000
Mercado Externo (exportação)	algodão em ramas (arrobas)	91 984	4$000	367 976$000
	algodão em vãos (unidades)	1 242 540	$150	186 381$450
	tabaco (arrobas)	58 647	1$200	70 377$000
	açúcar (arrobas)	22 844	2$000	45 688$000
	café (arrobas)	9 739	3$000	29 217$000
	mantas de algodão (unidades)	11 661	$600	6 996$600

Fonte: von Eschwege — ''Notícias e Reflexões Estatísticas da Provincia de Minas Gerais'', *Biblioteca Nacional*, RJ, SMH, 5, 4, 5.

(*) Ver nota de rodapé 14.

Total da produção de subsistência .... 913 494$000
Total da produção de exportação .... 706 636$050
Total geral das exportações .... 1 620 130$050

Este total apresentado constitui um resultado aproximativo das cifras de Eschwege, que ascendem a 1 673 477$190 rs. O que está faltando na Tabela 1 foi preenchido por pequenas quantidades de patos, farinha de mandioca, milho, aguardente e de outros produtos de pouco peso na contagem geral.

Ainda que oscilem os critérios para se definirem os dois grupos (Subsistência e Exportação), de modo estanque, a classificação segue o critério tradicional, relacionando gêneros de subsistência consumidos internamente e gêneros de exportação produzidos para o mercado externo. Mas é preciso lembrar que gêneros de primeira necessidade como toucinhos, podiam e eram na realidade convertidos em gêneros de exportação. Do mesmo modo, algodão e tabaco classificados como produtos de exportação também eram consumidos internamente, não sendo sempre necessariamente exportados.

O mapa de Eschwege é valioso para que se estabeleça uma comparação entre o movimento dos diversos Registros, através dos quais pode-se também comparar o movimento das estradas mais freqüentadas. No período em que foram tomados esses dados, as estradas do Comércio e da Polícia estavam funcionando precariamente, mas com um movimento bastante apreciável, o que dá mostras da pressão da produção do Sul de Minas que por elas circulava. O mapa discrimina o Caminho Novo com grande movimento dirigido para suas variantes. Quanto à produção originária do Sul de Minas, ela aparece retalhada através dos Registros de Porto do Cunha, Barra do Pomba, Mantiqueira, Jaguari, Campanha de Toledo, Itajubá, Sapucahy Mirim e Santana do Rio das Velhas. Na Tabela 2 eles estão representados pela categoria "Vários". Estes Registros dividem entre si os dados referentes aos produtos que, através de diferentes vias mineiras, ganhavam a estrada real Rio-São Paulo, para serem encaminhados ao mercado carioca. À parte, ficam discriminados os gêneros que eram exportados para a Bahia, através da soma dos dados dos Registros de Malhadas e de Rio Pardo.

Das prováveis leituras que se pode extrair destes dados, convém se ater às considerações indispensáveis aos objetivos em pauta. Em

---

do a atenção para as informações mais significativas aos objetivos deste livro, sem que, no entanto, o conteúdo original fosse desvirtuado. O presente documento foi publicado no IX tomo das *Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa,* pp. 1 a 28, 1825, e pela *Revista do Arquivo Público Mineiro,* volume IV, 1899.

TABELA 2 — EXPORTAÇÕES MINEIRAS EM 1818/1819, ATRAVÉS DE DIFERENTES REGISTROS

ESPÉCIE	REGISTROS				
	Caminho Novo	Rio Preto	Presídio de Rio Preto	"Vários"	Bahia
Toucinho e carne salgada (arrobas)	69 445	50 962	20 157	1 853	3 011
Gado vacum (cabeças)	1 624	13 999	27 381	10 545	8 557
Porcos (cabeças)	1 367	14 764	16 077	7 961	—
Queijos (unidades)	161 765	346 157	78 785	472 900	—
Bestas (cabeças)	4	—	—	—	3 625
Cavalos (cabeças)	144	64	330	—	2 519
Galinhas (unidades)	38 643	28 281	10 227	37 453	—
Carneiros (cabeças)	329	2 471	5 543	716	—
Algodão em ramas (arrobas)	67 413	10 429	1 388	2 499	10 297
Algodão em varas (unidades)	973 345	111 856	50 702	54 480	52 160
Tabaco (arrobas)	—	4 576	192	53 809	100
Açúcar (arrobas)	12 686	117	997	92	8 952
Café (arrobas)	9 256	42	258	151	32
Mantas de algodão (unidades)	1 712	851	257	—	9 141

Fonte: von Eschwege, "Notícias e Reflexões Estatísticas da Província de Minas Gerais", *Biblioteca Nacional*, RJ, SMHs, 5, 4, 5.

primeiro lugar, vale dizer que o Rio de Janeiro é o grande pólo que atrai a massa da produção mineira. Com exceção do que é enviado para a Bahia, pouca coisa era dirigida para São Paulo. Pelas indicações de Eschwege, somente o Registro de Jaguari estava no caminho de São Paulo. Por ele transitam queijos, um terço do total da produção mineira, em cálculos aproximados. É fácil perceber que São Paulo dificilmente se tornaria depositário da produção mineira. Além de possuir limitados agrupamentos urbanos, a economia agropastoril paulista também procurava dispor de seus excedentes buscando alternativas de mercado.

Chamo atenção especialmente para a produção do Sul de Minas, escoada através das estradas do Comércio (Rio Preto), da Polícia (Presídio do Rio Preto) e dos Registros compreendidos em "Vários", além da produção que tinha acesso ao Caminho Novo. A produção sul-mineira é maciça quanto aos gêneros de subsistência — queijos, gado vacum e suíno, toucinhos, carnes salgadas. Entretanto, o Sul de Minas exporta, também, com exclusividade, o tabaco. E participa, com algum peso, na exportação do algodão.

As comparações, ainda que dificilmente permitam aproximações exatas, podem constituir-se em oportuno elemento de percepção das condições da produção de subsistência mineira e de seu desempenho mercantil.

Maria Thereza Schörer Petrone transcreveu algumas cifras relativas ao movimento de animais por Sorocaba, de acordo com o Livro do Novo Imposto[14]. Das boiadas que penetravam por Sorocaba, parte delas destinava-se ao consumo de cidades paulistas; mas a maior parte delas encaminhava-se para o mercado da Corte, como se pode conferir através da documentação particular de Antonio da Silva Prado:

Ano	*Reses*	*Bestas*	*Cavalos*
1820	7 048	16 051	2 858
1821	7 620	13 981	1 919
1822	7 503	20 761	2 162
1826	6 431	14 409	2 994
1827	6 943	12 268	3 206
1828	6 082	10 014	5 226
1829	5 754	8 663	7 400

14. *Op. cit.*, pp. 21, 22, 24, 25.

Nas cifras de Eschwege, Minas exportou 62 106 cabeças de gado no ano 1818/1819. Evidentemente, os dados do Novo Imposto não cobrem toda a produção ou distribuição de gado paulista que era exportado ou reexportado. Ainda assim, os dados comparativos falam com eloqüência do crescimento da produção mineira, relevante no abastecimento da Corte, favorecida pelas instâncias de um mercado mais próximo, sem ter que ainda enfrentar os sucessivos problemas políticos que o Sul do país vinha atravessando.

No comércio de bestas e cavalos, no entanto, a comparação é desigual, favorecendo as cifras paulistas. Mas já é perceptível a instabilidade numérica dos gêneros procedentes do Sul (veja-se especialmente a queda progressiva do número de bestas, ainda que o mesmo não se possa dizer do *quantum* de cavalos). E como a economia cafeeira se encontrava em processo de plena expansão, é possível hipotetizar um aumento também da criação de bestas em Minas, pelo menos no exercício de 1842/1843, quando a exportação delas ascendeu a 45 421 unidades[15].

Várias das afirmações emitidas podem ser retomadas através da consulta do Códice 419, "Registro de tropeiros vindos do interior com tropas em geral e guias de Registros — 1829/1832", no *Arquivo Nacional*[16]. Esse material permite apreciar o movimento dos diferentes Registros onde passavam bois, porcos, carneiros e tropas carregadas de gêneros não especializados. Através dos Registros pode-se identificar as estradas utilizadas e, conseqüentemente, certificar a origem dos produtos. Por isso mesmo, pode-se voltar às comparações anteriores entre as exportações mineiras e paulistas.

O movimento geral dos Registros acusa, em dezembro de 1829, os seguintes dados: pelo Registro de Itaguahy passaram 38 tropas, 11 "porcadas", 8 boiadas e 1 "carneirada". Destas cifras, 21 tropas, 10 "porcadas", 2 boiadas e 1 "carneirada" eram procedentes de Minas. Os dados referentes a 15 tropas, 1 "porcada", 6 boiadas são de procedência paulista. Além do movimento originário das duas Províncias, o Registro de Itaguahy acusa a passagem de 2 tropas vindas de Rezende, Província do Rio de Janeiro.

Já os dados referentes ao Registro do Rio Preto (estrada do Comércio) totalizam 2 tropas, 5 "porcadas", 10 boiadas; os referentes

15. Taunay, *op. cit.*, volume 3.°, tomo I, p. 260.

16. Foi feito um levantamento do mês de dezembro de 1829, referente a este Códice. Privilegiou-se dezembro do primeiro ano por ser este um dos meses em que o abastecimento da carne estava regularizado, pois era período de safra. Deste modo, pode-se apreciar o fornecimento num momento de regularidade.

ao Presídio do Rio Preto (estrada da Polícia) notificam a passagem de 1 "porcada" enquanto os dados do Registro de Mar de Espanha (estrada do Cantagalo) fazem referência a somente 5 tropas.

As somas gerais de todos os dados levantados referentes a dezembro de 1829 mostram que Minas e São Paulo remeteram para o consumo do mercado do Rio de Janeiro:

— 45 tropas,

— 18 boiadas,

— 17 "porcadas" e

— 1 "carneirada"[17].

A primeira constatação que se pode destacar desse conjunto de dados é a superioridade da produção mineira sobre a paulista, confirmando, portanto, o que antes já se tinha assinalado.

Exportações Mineiras	*Exportações Paulistas*
28 tropas	15 tropas
16 "porcadas"	1 "porcada"
12 boiadas	6 boiadas
1 "carneirada"	

Da produção mineira, no entanto, há que destacar a proeminência das exportações do Sul de Minas, traduzidas principalmente pelas exportações do Registro de Itaguahy, que servia ao movimento da estrada real Rio-São Paulo e que atendia particularmente à região mais ocidental do Sul de Minas. Além do que são também expressivos os dados referentes à estrada do Comércio, também veiculadora da produção do Sul de Minas[18].

Fica também confirmada, através do exame destes dados, a concentração do fluxo de bois e porcos pela estrada do Comércio. Por ela passam, provindas de Minas, 5 "porcadas" de um total de 16, e 10 boiadas, de um total de 12. Já a região servida pela estrada real Rio-São Paulo, salienta-se mais pelo serviço de tropas. Ela registra 21 tropas das 28 de Minas e a estrada do Comércio, apenas 2. Mas esses dados também não surpreendem. Pela estrada do Comércio, as tropas desciam carregadas de queijos, toucinhos, como freqüentemente assinala Saint-Hilaire. Os mesmos produtos eram conduzidos também pela estrada real, cujo tráfico era, no entanto, engrossado significativamente pela produção de tabaco, algodão e gêneros de subsistência em geral.

A apresentação desses dados presta-se a que se busque conclusões à problemática anunciada no início deste capítulo, quando se falava do movimento de reordenação da economia agropastoril do Sul de Minas, do seu desempenho e das pré-condições que ela ensejou, para que a integração do Centro-Sul pudesse ser viável. Havendo mercado, havia produção que crescia correspondentemente à sua dilatação. E pelo que se pode observar até aqui, a produção de gêneros de primeira necessidade pressionava, em busca de escoamento, a abertura de novas vias de comunicação, norteando os projetos político-administrativos do Príncipe Regente.

Nessa ótica fica mais fácil entender a rapidez com que os dois projetos simultâneos de abertura das estradas do Comércio e da Polícia foram levantados. Da mesma forma, ganha especial significação o esforço dos proprietários do Sul de Minas para construir a estrada do Picu, fazendo as vezes administrativas do Estado.

Trata-se de um projeto posto em prática pelos proprietários de Campanha, Baependi, Pouso Alegre, que se encarregaram de construir uma estrada que, atravessando a Mantiqueira em Picu, alcançava a estrada de São Paulo para o Rio de Janeiro, abaixo de Arêas.

17. Esse material não permite estabelecer uma média representativa de animais para cada empresa. Uma outra fonte pesquisada, o Códice 361, volume 8, do *Arquivo Nacional*, RJ, documento citado, permite-se ganhar uma média por empresa das que passaram pelo mês de dezembro nos anos abaixo discriminados. Em cada coluna, abaixo do mês enunciado, vêm assinalados, lado a lado, o número de animais veiculados no mês, a quantidade dos rebanhos ou manadas e a média correspondente de animais a cada um deles.

	dez. de 1824	*dez. de 1825*	*dez. de 1826*	*dez. de 1827*
reses	1209/15/80,6	1505/19/88,5	3166/29/109,2	2856/32/89,3
porcos	498/4/124,5	602/5/120,4	985/5/164,2	1520/12/126,7
carneiros	68/1/68,0	30/1/30,0	310/3/103,3	240/2/120,0

Os dados finais especificam que, em média, para os meses de dezembro dos anos citados, uma boiada se formava de 92 bois; uma "porcada", de 134 porcos e uma "carneirada", de 80 carneiros.

18. É curioso o fato de que o desempenho da estrada da Polícia seja tão reduzido, principalmente quando se vê que há dois anos, seu movimento se mostrava intenso. Possivelmente a estrada se encontrasse em precárias condições a ponto do seu tráfico habitual ser desviado para outra. Do mesmo modo, é questionadora a ausência de cifras relativas ao Caminho Novo, que dez anos antes concentrava o escoamento da exportação algodoeira, segundo Eschwege. Além de ser presumível que os dados estejam incompletos na fonte de origem, pode-se conjeturar que o Caminho Novo estivesse se especializando numa via destinada mais a usos civis que comerciais, explicando a ausência de mercadorias circulando por esta estrada.

Essa realização, pronta em 1822, abreviava em cinco dias o caminho do Sul de Minas para a Corte[19].

Caso semelhante dar-se-ia em Cantagalo, quando da construção da estrada da Serra da Boa Vista, que ligava aquela cidade à Corte. Sob a iniciativa de proprietários locais, a Câmara deu início ao projeto para depois recorrer ao auxílio do Tribunal da Junta do Comércio[20].

Antes de se ocuparem da construção da estrada do Picu, os proprietários do Sul de Minas já haviam tentado alterar o roteiro da estrada da Polícia de modo a que ela favorecesse especialmente a parte ocidental da província do Rio das Mortes. Em representação de 22 de maio de 1814, os "moradores de Rio Preto, Rio do Peixe, Rio São Domingos, Turvo, Rio Grande, Pouso Alto, Campanha, São João Del Rey e São José", sugeriam ao Príncipe Regente que a estrada atravessasse a Mantiqueira, passando por São Domingos e Brumaldo, ao invés de seguir por "Tinguá, Valença, Porto dos Índios, Conceição e Quebrada da Serra"[21].

Sendo favorecido o projeto da Intendência da polícia da Corte, os proprietários sul-mineiros encarregaram-se de construir o seu projeto, fazendo as vezes da administração estatal na região, na medida em que ela não atendia especificamente às expectativas da classe proprietária regional.

Sucessivas vezes os proprietários da região encaminharam representações à Corte com a finalidade de reclamar contra o inadequado atendimento das estradas que demandavam à Capital. Numa oportunidade, solicitaram a manutenção dos serviços de uma balsa no rio Paraíba que atendia somente na estação das cheias[22]; em outras vezes, criticaram as condições de tráfico e conservação da estrada da Polícia. Uma representação de 1823 assinada por "comerciantes, tropeiros e boiadeiros da província de Minas Gerais e os lavradores além do rio Paraíba e Serra Acima" comunicava ao Imperador "que quase toda a estrada da Polícia, por onde se faz hoje o maior comércio

19. *Arquivo Nacional,* RJ, JC, Cx. 443, pte. 1. Na Cx. 443, pte. 3 encontra-se um outro ofício, datado de 28 de novembro de 1818, no qual os moradores da região "que fazem grandes exportações para esta Corte" explicam os motivos de sua empresa.

20. A obra teve início por volta de 1828. Dois anos após é que a Câmara local recorreria à Junta do Comércio. Ofício de abril de 1830, *Arquivo Nacional,* RJ, Cx. 443, pte. 3.

21. *Biblioteca Nacional,* RJ, SMHs, 36, 3, 37.

22. *Biblioteca Nacional,* RJ, SMHs, II — 36, 3, 12.

da Comarca do Rio das Mortes com esta Cidade, se acha quase intransitável..."[23].

É também importante registrar, no Sul de Minas, os casos de proprietários envolvidos no abastecimento da Corte, que recebiam encargos compensadores enquanto prestavam serviços específicos da administração pública.

Saint-Hilaire fala a respeito de um grande proprietário e comerciante de gado no Rio Grande, na Comarca do Rio das Mortes, Antonio Francisco de Azevedo, que enviava anualmente para o Rio de Janeiro entre 5 a 8 mil cabeças de gado. Segundo o que apurou através de versões populares, este comerciante recebeu da Intendência da polícia a empreitada de construir, em solo mineiro, o trecho da conhecida estrada. Como recompensa, ficara isento de pagar impostos sobre os animais que estivesse remetendo para o mercado da Corte[24].

Através desse caso, bem como de outros arrolados no capítulo anterior, percebe-se como se faziam as sucessivas interpenetrações entre o poder público e o privado que, por sua vez, atestam níveis de aproximação entre o Estado e o setor da classe proprietária do Centro-Sul, associada à produção para o mercado interno. Também aqui é evidente a necessidade que o poder teve, na etapa nacional de sua organização, de contar com seus préstimos; sem estes tornava-se mais difícil a obra de construção do Estado, em um território de imensas proporções e de população pouca e dispersa.

Nota-se, no entanto, um traço marcante que precisa ser comentado. Enquanto o setor oriundo da burocracia e do comércio da Corte reforçou-se social e economicamente através da expansão da economia cafeeira e através da emergência de novos proprietários na região, o setor de classe ligado à produção e ao comércio de abastecimento do mercado interno ficava marginalizado do poder da Corte, resistindo e expandindo-se mais no âmbito municipal e provincial.

Assim como nas pressões para a normalização do tráfico das estradas, outras questões específicas do interesse da classe proprietária do interior agitaram as discussões e exigiram uma tomada de posição dos seus representantes políticos.

Em 1828, Bernardo Pereira de Vasconcelos tecia críticas agudas ao sistema de recrutamento e à inconveniência das "paradas gerais

23. *Biblioteca Nacional,* RJ, SMHs, II — 36, 4, 43; ver também II — 36, 3, 12.

24. Saint-Hilaire, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco, op. cit.,* p. 44.

dos corpos milicianos nessa nossa Província de Minas Gerais...". O deputado sugeria a necessidade de se conceder licença aos soldados envolvidos com os trabalhos agrícolas, pelo menos por ocasião do período em que precisassem fazer a comercialização dos seus produtos[25].

No ano seguinte, o Conselho Provincial de Minas Gerais apresentava um projeto de conciliação entre os interesses da lavoura e do serviço militar, dispensando os milicianos na época das plantações e das colheitas. Na sessão de 14 de maio de 1829, o Pe. José Custódio Dias aprovava o projeto e recomendava-o para ser utilizado também em outras províncias[26].

Também o *Aurora Fluminense*, sempre associado aos produtores mineiros, não hesitou em tomar partido dos interesses da produção, observando como o recrutamento quebrava a produtividade do trabalho e ameaçava provocar atos de rebeldia dos recrutados devido ao seu caráter de compulsoriedade[27].

A penetração na esfera do poder do setor abastecedor, até então excluído, confirmou-se em 1831. O comércio de abastecimento e a fixação de interesses na Corte é que viabilizaram a projeção dos seus representantes políticos. Ganhando o mercado, os políticos do abastecimento começaram também a ganhar notoriedade a partir da experiência parlamentar de 1826. Enfrentavam um sistema político fechado, fundamentado sob um regime elitista de nobilitação e selecionada distribuição dos principais cargos administrativos.

Compondo-se com setores sociais heterogêneos insuflados pela espiral nativista e popular, os moderados contestaram o governo imperial, abriram espaço para a aproximação dos novos setores e provocaram substanciais mudanças nas bases sócio-políticas do Poder.

---

25. Sessão do dia 20 de dezembro de 1828, discurso publicado no jornal *O Universal*, n.° 230, de 31 de dezembro de 1828.

26. Haroldo Valadão, "José Custódio Dias", *In Vultos Nacionais*, 1974, 2.ª edição, p. 275.

27. "A Província de Minas empobrece porque, para completar periodicamente esses batalhões é mister arrancar à indústria braços e portanto privar de recursos o país. Todo o mundo sabe a quantos vexames e tiranias dá origem qualquer recrutamento. Em uma das comarcas da província de Minas duzentos moços perseguidos pelo recrutamento se retiraram a um ponto, aí fizeram-se fortes e estavam prontos a vender muito caras as vidas antes de que se sujeitarem ao que deles se exigia". N.° 296, 3.2.1830.

IV — A CONEXÃO MERCANTIL SUL DE MINAS-RIO DE JANEIRO

Observou-se, anteriormente, como o desdobramento da empresa agrícola-mercantil, organizada para o abastecimento da Capital, ensejava a ampliação de suas bases mercantis para o mercado consumidor. Explicou-se a formação deste movimento em vista da necessidade que os proprietários e negociantes tinham de, fixando-se no mercado, ganhar poderes de intervenção no comércio distribuidor. Desse modo, a empresa interiorana voltada para a comercialização dos seus próprios produtos buscava aparelhar-se melhor em suas diversas etapas de operações, reduzindo os custos e alcançando maiores níveis de rentabilidade.

Este Capitulo pretende estudar a integração dos proprietários do Sul de Minas com o mercado consumidor do Rio de Janeiro. Desta forma, busca acompanhar as diferentes etapas do fluxo dos gêneros de abastecimento, através de suas vias interioranas. E não perderá a ocasião de observar, detidamente, as características impressas no modo de organização do mercado.

Estas preocupações enunciadas não se desvinculam de uma outra, necessária para se acompanhar e entender a descida de políticos mineiros para a Corte, onde desempenharam significativo papel na primeira etapa do período regencial. Enquanto se estreitavam os laços mercantis de interdependência entre a Capital e as regiões produtoras do Centro-Sul, correspondentemente ganhavam maior destaque os políticos do interior, muitos dos quais envolvidos nas tarefas de comercialização dos produtos originários de suas próprias propriedades.

O centro das exportações mineiras tinha sede na praça comercial de São João Del Rey, que, juntamente com Barbacena, constituíam os dois pólos do comércio atacadista, servindo de verdadeiros entrepos-

tos regionais. Situados na entrada das Gerais, centralizavam o fluxo das mercadorias de diferentes regiões, até mesmo de Goiás e Mato Grosso. São João Del Rey drenava a maior parte das exportações de subsistência mineira, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão .

Sede da Comarca do Rio das Mortes e com situação geográfica privilegiada, São João Del Rey era servida por diferentes canais de escoamento (estrada do Comércio, estrada da Polícia, Caminho Novo, que por uma variante chegava até Barbacena). "Tudo aí parece vivo e animado", diz Saint-Hilaire, referindo-se à agitação do seu comércio[2]. Os comerciantes de São João tinham acesso à produção de gado de Paracatu, onde seus ponteiros iam em busca do gado, reforçando deste modo as funções exportadoras da Cidade[3]. Mercados como o de Vila Rica, também recebiam seu gado e seus queijos, desempenhando João uma função abastecedora também a nível regional[4].

A estruturação dos seus negócios complementava-se com a importante função de redistribuição dos produtos trazidos do Rio de Janeiro:

"Os vendeiros de pequenas vilas da Comarca do Rio das Mortes e das Comarcas mais distantes têm certeza de encontrar numa casa em São João quase todos os artigos de que necessitam; enquanto que, se fossem ao Rio de Janeiro, perderiam muito tempo, fariam despesas consideráveis e, menos conhecidos, não gozariam o mesmo crédito"[5].

Na época da Independência — informa um cronista da cidade —, "... 30 carros de bois e outros tantos lotes de burros, em média, segundo informações dignas de crédito, pousavam diariamente no Tijuco, no Largo Tamandaré, na Prainha e ao Largo da Praia, hoje avenida Rui Barbosa... Mais tarde, em 1850, consoante informa o Comendador José Antonio Rodrigues em sua *Notícia Cronológica de*

1. Em *Viagem às nascentes do Rio São Francisco, op. cit.*, à página 136, Saint-Hilaire sugere ser Barbacena o centro reexportador de algodão para o Rio de Janeiro. Um retorno às tabelas montadas sobre os dados de Eschwege, no capítulo anterior, elucida suficientemente o assunto. A maior parte da produção algodoeira vinha do Norte e, por isso mesmo, tendia a desembocar no Caminho Novo, a via mais adequada para o escoamento da produção.
2. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil, op. cit.*, p. 111.
3. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco, op. cit.*, p. 130.
4. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil, op. cit.*, p. 84.
5. *Idem, ibidem*, p. 111.

São João del Rey 64 casas comerciais de gêneros do país e de secos e molhados, sendo muitas de grande importância, tinha a cidade"[6].

Luccock informa sobre a estruturação do comércio exportador de São João Del Rey, organizado através do transporte empresarial de tropas. Quatro destas firmas, de cerca de 50 mulas cada, percorriam a rota entre São João e Rio de Janeiro oito vezes ao ano, mantendo um comércio superavitário para a Capital da Comarca do Rio das Mortes[7]. Spix e Martius retomam esta informação, complementando-a. Referem-se ao movimento das mulas cargueiras que levavam para o Rio de Janeiro "toucinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéus de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro para vender ali; pelo valor dos seus produtos traziam de volta mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores. etc."[8].

É de se prever, no entanto, que as exportações para a Corte não fossem concentradas apenas através do comércio atacadista de São João Del Rey. O gado exportado pela proprietária de Pitangui, D.ª Joaquina do Pompeu, através do seu correspondente em Vila Rica, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos — um esquema mercantil já conhecido — constitui uma indicação de possibilidades de remessas de gêneros.

Através de documentação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro pode-se perceber a presença de "proprietários agricultores" movimentando-se até o mercado consumidor de seus produtos e constituindo um tipo diferente de modalidade de operação comercial. "Proprietários agricultores das Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas", juntamente com "os moradores desta praça", pediam, em 17 de fevereiro de 1830, através de um requerimento remetido ao Senado da Câmara, que se construísse um cais com rampa na Prainha, para desembarque e depósito de gêneros agrícolas[9]. Pouco tempo depois depara-se com uma decisão da Câmara que assinala de novo a presença de proprietários atuando junto ao mercado. A referida decisão ordenava aos comerciantes importadores fazer uso da Praça Braz de Pina para nela vender "os gêneros de Minas", ao in-

6. Augusto Viegas, *Notícia de São João del Rey*, Belo Horizonte, 3.ª edição, pp. 110 e 111.
7. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, op. cit.*, p. 312.
8. *Viagem pelo Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1976, volume 1, p. 172. Saint-Hilaire corrobora as afirmações dos autores citados em *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil, op. cit.*, p. 111.
9. "Atas das Sessões da Ilma. Câmara Municipal — 1830. 1931", *op. cit.*, 14.ª Seção, volume IV, 1953, p. 104.

vés da Praia dos Mineiros "que por não ser calçada, e não oferecer sombra por nenhum dos lados, se torna incômoda aos vendedores"[10].

Percebe-se através dessa documentação que os proprietários presentes no mercado participavam de uma modalidade comercial diferente do comércio atacadista, as quitandas. Divididas em barracas, elas operavam em praças públicas, próximas do mar, para facilitar o desembarque dos gêneros que chegavam através dos portos sediados ao longo da baía de Guanabara. Através de contratos renovados anualmente com a Câmara Municipal, os quitandeiros se dispunham a desempenhar importante função no abastecimento da Cidade[11], distribuindo no mercado uma parte significativa do que era trazido pelos proprietários mineiros.

Um outro tipo de penetração no mercado se efetivava através de contato com casas de comércio localizadas em pontos de entrada e saída do Rio de Janeiro. Um anúncio enxertado no *Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais para o anno de 1864*[12], esclarece a respeito desse particular e dos mecanismos que regulavam as relações entre produtores e a casa comissária, através de quem seus produtos chegavam até o mercado:

"Lazaro, Cardoso & Cia., R. de S. Pedro, 58.
Recebem à consignação para vender: porcos, gado, carneiros, toucinho, fumo, café, algodão em rama e em pano, couros, sola, e todos mais gêneros do país, para que tem em Macacos, como correspondentes, a Casa dos Senhores Neves & Cia., a qual recebe e envia os gêneros para a Corte sem cobrar agência pela remessa: garante o pontual pagamento formular as contas da venda; a casa tem um caixeiro especial para coadjuvar os fregueses nas compras de suas encomendas e agenciar cargas para as tropas que conduzem os gêneros, sem que por eles tenha porcentagem: os fregueses tem casa para se arrancharem, no que evitam despesas de estalagem a que estão sujeitos em outras casas: facilitam maior prazo aos compradores de porcos, do que resulta maior vantagem

10. *Ibidem*, 67.ª Seção, 20 de setembro de 1831, volume V, 1954, p. 293.

11. "A barraca do mercado... é igual às que geralmente se encontram nas áreas abertas da Cidade. Sua construção é muito simples, sendo armada de manhã e desarmada à noite. Consiste apenas em 4 esteios retos e uma coberta de folhas de bananeira, para quebrar os raios abrasadores do sol". Chamberlain, *Vistas e Costumes da Cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*, 1943, p. 103.

12. Organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira, 1.° anno, Rio de Janeiro, Typographia da Actualidade, 1864, p. 45.

na venda em favor dos fregueses; as contas são lançadas em livros para que a todo o tempo se verifique qualquer dúvida que possa haver e provar aos fregueses a boa fé com que tratam"[13].

No que toca aos produtos visados pelo anúncio, eles pouco diferem, em 1864, dos que Minas exportava 30 ou 40 anos antes. Porcos, gado, carneiros e seus derivados, como toucinho, couros e solas além dos "gêneros do país" constituíam produção tradicional do Sul de Minas e de suas áreas periféricas. Nesta mesma região estava também concentrada a produção mineira de tabaco. Sobram os algodões, em rama ou em pano, que se sabe serem originários do Norte de Minas. O café, então em evidência, havia se irradiado pelo Sul de Minas e pela Zona da Mata, nas proximidades de Juiz de Fora.

Interessa, particularmente, através deste anúncio, comentar o modo como eram realizados os negócios através do sistema de consignações. Prescrevia este sistema que o produtor devia entregar seus gêneros ao comerciante, sem que os preços fossem estipulados, e esperar a comercialização dos mesmos para poder acertar o pagamento dos seus produtos. Os comerciantes, por sinal, procuravam obter junto dos produtores exclusividade de compra, antes mesmo que a produção já estivesse garantida. Para isto costumavam adiantar uma quantia de dinheiro que o produtor recebia integralmente depois. Os comerciantes compravam pois em condições de preços não definidos, podendo manipulá-los arbitrariamente, alegando desequilíbrios do mercado, diminuição da procura ou perecibilidade da mercadoria vendida. Podiam também promover a estocagem, pressionando os preços para cima ampliando assim a prática da especulação.

Os correspondentes, imprescindíveis à organização mercantil de firmas que operavam no comércio inter-regional, aparecem bem representados neste anúncio. Sediada em Macacos, a Casa Neves & Cia. fazia as vezes da empresa fora do Rio de Janeiro, numa área situada na orla da baía de Guanabara e com acesso imediato aos caminhos que demandavam para Minas e São Paulo. Os correspondentes de Macacos operavam como armazeneiros e favoreciam aos tropeiros e comerciantes na medida em que evitavam a sua entrada no mercado carioca, poupando tempo e recursos, já que as despesas de

13. Datado de 1864, esse anúncio tem validade para a época próxima anterior a que está sendo visada, mesmo porque ele se refere a uma época em que a problemática do abastecimento carioca mantinha os mesmos contornos. Como se assinalou anteriormente, a civilização do café só fez agravar ainda mais os problemas gerais do abastecimento. E a presença da produção mercantil de subsistência do Sul de Minas, como pude apurar, manteve-se constante quando não em expansão.

comunicação entre Macacos e a Corte ficavam a cargo da própria firma compradora.

Fica expresso através da oferta de um "caixeiro especial" que a própria firma cedia aos compradores as tropas necessárias à condução dos gêneros adquiridos. Mais provavelmente, as tropas seriam alugadas pela própria firma e os clientes não pagariam nada além do convencional.

A oferta da estalagem, os pagamentos pontuais, o serviço de tropas, a orientação cedida pelo "caixeiro especial", a não contabilização das despesas de transporte entre Macacos e o Rio de Janeiro bem como o crédito cedido para as compras dos porcos constituem um aparato de bom atendimento que não teria outro fim senão o de angariar a simpatia e ganhar a clientela.

Reforçam este objetivo o tom de franqueza e lealdade afiançados na contabilidade escrita e a manutenção dos vínculos pessoais com a clientela "para que a todo o tempo se verifique qualquer dúvida que possa haver e provar aos fregueses a boa fé com que tratam". A racionalidade empresarial evidenciada não se impõe ao cliente como um obstáculo a ser transposto. Visa, ao contrário, "provar aos fregueses a boa fé" e manter o cliente confiante nas relações estabelecidas.

Para os fins deste trabalho interessa especialmente o estudo de um outro corredor de exportação que escapava da ação imediata do comércio atacadista de São João Del Rey e que configurava uma outra forma de organização mercantil. Ele se refere aos proprietários do Sul de Minas, mais independentes da prática urbana do comércio de tropas e que tinham condições de se porem diretamente em contato com o mercado da Corte. A menor distância do mercado consumidor e o acesso através da estrada real Rio-São Paulo, na parte oposta da Comarca do Rio das Mortes, é o que o tornava possível. Vale recordar a abertura da estrada do Picu em 1822, que punha o Sul de Minas ainda mais próximo do mercado carioca no que era auxiliado pelas opções das estradas do Comércio e da Polícia.

Saint-Hilaire, que viajou duas vezes pelo Sul de Minas, foi quem descreveu com detalhes as formas específicas deste comércio regional. De fato, os proprietários da região tinham suas próprias tropas e, em geral, faziam uso do trabalho dos seus filhos tropeiros[14].

14. 2.ª *Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, pp. 48, 54, 67.

Essas empresas constituíam, portanto, uma extensão de suas bases familiares, fundamentadas no trabalho dos filhos. "Numa fazenda — relata o autor — um dos filhos torna-se o condutor da tropa, outro se encarrega de cuidar desta, outro das plantações, e todos, indiferentemente, ordenham as vacas e fazem queijos" 15. Complementavam a força de trabalho os agregados, geralmente ligados ao proprietário por vínculos de compadrio ou parentesco mais afastado[16].

Uma documentação de Registros, referente ao movimento de tropas para a Capital, em dezembro de 1829, confirma o depoimento anterior de Saint-Hilaire. Dela selecionei alguns casos de tropas organizadas à base de relações familiares de trabalho[17].

O tropeiro João Ferreira Pessoa, procedente de Minas, por Itaguahy, vinha acompanhado de seu filho Estevão Ferreira, além de 8 escravos, assegura o escriturário do citado Registro. Outros casos semelhantes a este atestam, com freqüência, pais e filhos atuando conjuntamente na direção das tropas.

Uma outra notificação declara a passagem de dois irmãos, Flávio Francisco Moreira e Romualdo José, pelo Registro de Paraíba de Serra Acima. Procediam de Minas acompanhados de 6 escravos e 1 camarada.

Como dado complementar, não é incomum que o tropeiro apareça acompanhado de sua mulher. Num desses casos arrolados, Martinho Pereira de Carvalho, procedente de Minas, aparece ao lado de sua mulher e de 8 camaradas, além de 1 escravo que fazia parte da tropa.

Através da idade dos tropeiros pode-se também conjeturar a respeito do grau de participação dos filhos nas empresas de tropas. O Códice 421, volume 1, referente à passagem de tropeiros por Registros entre 1809/1810, fornece algumas pistas pertinentes. Pelo que pude levantar, ocorre uma incidência maior de tropeiros de 20 a 25 anos de idade entre os demais. Em certos casos, aparecem alguns com menos idade ainda:

15. *Idem, ibidem*, p. 54.

16. Os viajantes anotaram sucessivas vezes a existência de grandes famílias, concentradas em suas próprias terras, tendo à testa a figura soberana do seu chefe. Não raro se tratam de relações patriarcais rígidas, sobre as quais se definia a organização do trabalho das propriedades. D.ª Joaquina do Pompeu constitui um caso ilustrativo dessa situação. Segundo Eschwege, vivia esta matriarca cercada de filhos, noras, filhas, genros e netos, totalizando umas 60 pessoas. *Pluto Brasiliensis*, 2.º volume, s/d, p. 281.

17. *Arquivo Nacional*, RJ, Códice 419, volume 1.

"Manuel José da Silva, natural e residente em Minas, de 19 anos, que vive de tropa solta, estatura ordinária, testa comprida, fina barba, sobrancelhas delgadas, parte para Minas por Taguahy com 1 camarada e 2 escravos que trouxera...".

"Antonio Manoel, natural e residente em Minas, de 14 anos, estatura de menor, rosto redondo, olhos pequenos, sobrancelhas delgadas, parte para Minas por Taguahy com 5 escravos que trouxera..." [18].

Não deve surpreender a revelação de que um jovem tropeiro, de apenas 14 anos, chefiasse uma equipe composta de 5 escravos. Na organização de trabalho rural, essa era uma idade em que o jovem já se integrava no universo dos adultos e, conseqüentemente, dividia com eles as tarefas econômicas básicas para a obtenção dos meios de subsistência. No caso de um jovem tropeiro como este, a iniciação no trabalho era marcante e definitiva. O tropear era tido como uma atividade rústica e desgastante e constituía-se num ritual de aprovação que possibilitava ao jovem tropeiro acumular experiências e poder, gradativamente, disputar outras funções a que ainda não tivera acesso.

No entanto, não se pode deixar de assinalar um traço determinante sobre o uso da mão-de-obra doméstica no trabalho das tropas. Anteriormente, foi proposto que a complementaridade produção/distribuição visava permitir aos proprietários a compressão sobre os custos finais dos produtos, através de sua ligação direta com o mercado consumidor, evitando assim as manipulações intermediárias. Deste modo, podia o proprietário alcançar uma faixa mais elástica de lucros para os seus produtos.

Neste prisma, utilizando-se da mão-de-obra de seus filhos, o proprietário evitava o emprego de mão-de-obra escrava, que exigia pesadas inversões de capital e cuidados coercitivos sobre o escravo. Da mesma forma, também era problemática a utilização de trabalhadores livres, força de trabalho geralmente preterida pelos senhores de terra em vista do seu desempenho pouco produtivo e da problemática supervisão do seu trabalho.

Grande parte da mão-de-obra utilizada nas tropas era escrava. Dados fornecidos pelos Registros mineiros, durante o mês de dezem-

18. Para ambos os textos citados, *Arquivo Nacional*, RJ, Códice 421, volume 1.

bro de 1829, revelam algumas particularidades esclarecedoras deste pormenor [19].

De um total de 107 empregados trabalhando nas "porcadas", 95 eram camaradas: livres, portanto. Os escravos comparecem em número reduzido: apenas 12. A empresa condutora de porcos é, por isso mesmo, quase exclusivamente formada de camaradas. De 17 delas somente 6 aparecem mescladas com escravos, sempre numa proporção superior de camaradas. Este tipo de empresa tem um teto máximo de 10 camaradas e um mínimo de 4. As mescladas com escravos não têm mais que 3 deles em cada composição.

Os dados relativos às boiadas, no entanto, apresentam alguma variação. A participação dos escravos é aqui nitidamente superior. De 91 empregados, 29 são escravos. Nesse particular, observa-se uma diferença acentuada entre as empresas paulistas e as mineiras. De 33 empregados paulistas, somente um é escravo. Ao contrário, de 59 mineiros, 28 são escravos. Outro dado importante: algumas boiadas mineiras só vêm tangidas por escravos: uma delas tem 7 deles; outra, 4; mais uma outra, 3. É de São Paulo a boiada que traz o maior número de empregados: 11, todos camaradas [20]. A empresa que menor número tem de empregados é uma de Minas, composta de 2 camaradas e um escravo.

A totalidade dos empregados das tropas é bem superior aos das boiadas e "porcadas": 241. E a participação de escravos é maior ainda: 112, quase a metade do total dos empregados. Novamente em Minas é que os escravos são em maior número. Aqui, por sinal, constituem maioria: 89 para 69 camaradas. É comum, inclusive, que escravos apareçam à testa de tropas mineiras na função de tropeiros.

O maior número de escravos do que livres atuando nas tropas pode ser explicado pelo fato de que estas transportavam maior quan-

19. Códice 419, "Registro de tropeiros vindos do interior com tropas em geral e guias de Registros — 1829-1831". Documento citado, *Arquivo Nacional*, RJ.

20. Tomando-se por modelo a organização das tropas utilizadas por Antonio da Silva Prado observa-se um predomínio de trabalhadores livres nas empresas paulistas, segundo o que apresenta Maria Thereza Schörer Petrone. Uma boiada de março de 1821, de 311 bois e 2 cavalos era tocada por um capataz e 7 camaradas. Uma outra, de outubro de 1820, de 445 reses e 5 cavalos, era dirigida novamente por um capataz e, agora, por 10 camaradas. Quanto aos pagamentos, recebiam os capatazes de 18$000 a 24$000 pela empreitada e os camaradas ficavam na faixa de 4$000 a 12$000. No tocante às despesas da mão-de-obra utilizada em relação ao custo geral da tropa, uma delas, de 89 bestas, em abril de 1828, demonstra que os pagamentos dos condutores perfizeram 5,2% e os gastos totais para esta remessa 10,0% de todo o custo da tropa, incluindo os preços dos animais, apetrechos, cavalos, pagamento de pessoal e despesas de viagem. *Op. cit.*, pp. 80-81.

tidade de gêneros de exportação — tabaco, no caso — e, conseqüentemente, era carga provinda de propriedades onde o trabalho era composto basicamente de mão-de-obra escrava, utilizada no período pós-imediato à safra e processamento do produto.

A maior presença de escravos nas boiadas e porcadas mineiras, comparativamente com as de São Paulo, pode ter origem semelhante. Afinal, já se tem assegurado, a mão-de-obra escrava era extensivamente utilizada nas propriedades de subsistência mineira; nas épocas de maior folga da produção ou nos instantes posteriores da safra, os escravos podiam ser deslocados para o setor da distribuição.

Os totais da mão-de-obra empregada nos transportes registram um número de 441 empregados em circulação, dos quais 288 livres e 153 escravos. O maior número de homens livres e o conseqüente menor número de escravos, no ano de 1829, quando a penetração do café se fazia intensa na região, deve ser explicado pelo setor do qual procedem estes números: o da circulação e não o da produção, onde os escravos constituíam maioria.

Sempre atento, observara Saint-Hilaire, em 1822, a opção dos grandes proprietários mineiros pela mão-de-obra escrava[21]. De São Paulo para a Província do Rio de Janeiro, onde o café crescia e produzia riquezas, ele observa onde os proprietários empregavam o capital adquirido: na compra de escravos, com garantia de ampliação da produção, portanto[22].

Quanto ao Sul de Minas, onde o trabalho escravo era empregado em larga escala, o que por si só era sinal de maior índice de capitalização da economia de subsistência regional, Saint-Hilaire mostra-se contraditório, chegando mesmo a prever uma diminuição paulatina do número de escravos nestas áreas de produção. Entretanto, em outras passagens, não deixa também de observar as restrições que os proprietários mineiros faziam aos trabalhos dos agregados[23]. E ainda que relegue o trabalho escravo somente para engenhos e lavras de ouro, o autor acaba por demonstrar o papel relevante que os escravos ocupavam fosse na criação de gado[24],

21. *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, p. 45.
22. *Idem, ibidem*, p. 103.
23. "Os proprietários das fazendas têm geralmente imensas extensões de terras, sendo-lhes impossível aproveitá-las, pois não querem agregados". *Idem, ibidem*, p. 45.
24. "Enquanto no sertão oriental do São Francisco os vaqueiros são homens livres, que vivem geralmente longe dos olhos dos patrões, ali (no Rio Grande) o cuidado dos animais é normalmente confiado a escravos". *Viagem às nascentes do Rio São Francisco, op. cit.*, p. 50.

fosse na agricultura de subsistência[25] ou na agricultura de exportação[26].

A estrutura familiar da empresa comercializadora da sua produção apresenta algumas características propícias de organização. Anteriormente foi apresentada a organização empresarial de Domingos Custódio Guimaraens que, na pessoa de seu sobrinho, fazia as compras de reses em solo mineiro e, através de suas propriedades, a caminho do Rio de Janeiro, preparava o gado para ser encaminhado para o mercado de consumo.

Um traço muito importante dessa organização é justamente a capacidade operacional estabelecida pelo funcionamento das invernadas. As grandes fazendas do Sul de Minas operavam como pontos necessários de passagem para o mercado da Corte. Isto facilitava a ação monopolista de seus proprietários que compravam, através de seus agentes, os ponteiros, a produção de extensas áreas, até mesmo de Goiás e Mato Grosso.

Saint-Hilaire denomina esses intermediários de marchantes. "Esses negociantes", anota o autor,

> *"Confiam o transporte dos bois e a sua renda aos capatazes, que segundo me disseram, são muito bem pagos. O capataz tem sob suas ordens dois tocadores, ficando cada um deles encarregado de um lote de 20 bois. Eles não exigem dos animais que andem mais de 3 léguas por dia, mas não permitem que descansem antes de chegar ao seu destino"*[27].

As fazendas de criação, segundo Saint-Hilaire, graças "às excelentes pastagens da região do rio Grande, fornecem hoje (1819) a maior parte dos animais vendidos na Capital do Brasil, e alguns criadores locais chegam a possuir até 5 mil cabeças de gado"[28].

Operava nestes moldes a fazenda do "Centro", propriedade administrada pelo Pe. José Custódio Dias e seu irmão, também político mineiro, Custódio José Dias. Além da produção interna, esta propriedade, situada onde hoje fica o município de Alfenas, era co-

25. Na Comarca de São João, "... os habitantes dos campos aplicam-se mais à agricultura, trabalham com seus negros, e passam a vida nas plantações, no meio dos animais...". *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, p. 37.
26. Veja-se, especialmente, as referências sobre o tráfico regional de escravos entre produtores de tabaco nas proximidades de Baependi. *Idem, ibidem*, p. 67.
27. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco, op. cit.*, p. 32.
28. *Idem, ibidem*, p. 50.

nhecida como grande centro de invernadas, permitindo a seus proprietários manipular expressivo comércio regional. Daí provém, inclusive, a origem do nome desta grande propriedade, hoje denominada Machado. Seus ponteiros tinham larga faixa de atuação, alcançando principalmente a produção do gado goiano [29].

Ainda que se constituísse numa empresa mercantil desvinculada diretamente da produção, a organização dos negócios de reses de Antonio da Silva Prado, em São Paulo, obedecia a condições semelhantes às observadas nos invernistas sul-mineiros.

Costumava este comerciante dirigir impessoalmente seus negócios, raramente entrando em contato com vendedores e compradores. Valia-se de um quadro de sócios-emissários que se encarregavam de comprar as reses. Ajustava os condutores e estabelecia correspondentes para as vendas de gado nos mercados consumidores. Desse modo, agia como empresário desde a área produtora, nos Campos Gerais, até o Rio de Janeiro, o mercado consumidor. Seus emissários entravam em contato com os fazendeiros criadores, fechavam os negócios e encaminhavam o gado para as estações-invernadas de Faxina-Itapetininga, de onde o gado era remetido para as invernadas de Taubaté, antes de ser encaminhado ao mercado consumidor [30].

O sócio correspondente de Taubaté, João Francisco Vieira, desempenhava uma função decisiva nos negócios de Prado; sondava os movimentos do mercado carioca e preparava a remessa de reses nas épocas mais favoráveis, a fim de alcançar os preços mais compensadores. Prado teve no Rio de Janeiro dois correspondentes que eram encarregados das revendas: Nuno da Silva Reis, inicialmente, e Francisco Antonio Leite, que sucedeu-o [31]. Este, por sinal, era membro do Senado da Câmara e homem de penetração pública, em posição estratégica para cuidar dos interesses de Prado na Capital.

Saint-Hilaire buscou informações sobre os índices de rentabilidade da produção pecuarista. Os fazendeiros — afirma — não lucram mais do que 10% do seu capital, sem falar nos impostos: o fator determinante dos baixos lucros devia-se às perdas de grande número de bezerros, sacrificados pelo severo regime a que eram submetidos, para que o leite das fêmeas fosse intensamente utilizado na produção de queijos. Além do que, mesmo para a venda de queijos ou toucinhos, restava pouca compensação econômica, quer pela compra do

29. Haroldo Valadão, "José Custódio Dias", *In Vultos Nacionais, op. cit.*, p. 280. As informações complementares foram fornecidas por Miguel de Carvalho Dias.
30. Maria Thereza Schörer Petrone, *op. cit.*, p. 9.
31. *Idem, ibidem*, p. 90.

sal, quer pela reposição de escravos e de animais de carga, que elevavam significativamente os custos da produção [32].

Alguns proprietários inquiridos declararam não poder dispor mais do que 10% do seu gado sem prejudicar a constituição do próprio rebanho. Geralmente, só negociavam as vacas velhas que não tinham mais condições de dar cria [33].

Essas condições restritas de negociações não se davam, porém, com os invernistas, os intermediários. A posição privilegiada que ocupavam na estrutura dos negócios permitia-lhes adotarem soluções monopolísticas, forçando os preços na compra, reduzindo-os a um nível apenas suportável para os criadores. E como revendedores, aproveitavam-se da volta de suas tropas, garantindo o controle sobre os gêneros de revenda, apropriando-se da parte mais apreciável dos lucros. Graças a seus correspondentes, geralmente familiares ou pessoas de conhecimento muito próximo, tinham acesso às oscilações de mercado, convertendo-as em fatores positivos de lucratividade.

Mais uma vez é Saint-Hilaire quem fornece alguns dados elucidativos, agora sobre os níveis de renda obtidos por intermediários do Sul de Minas. Em 1819, eles estavam revendendo no Rio de Janeiro a 7 000 réis a cabeça, bois que haviam comprado a 4 000 dos criadores [34].

Em São Paulo, o comerciante Antonio da Silva Prado procurava atuar com critérios idênticos aos dos intermediários mineiros, propondo-se à utilização de práticas monopolistas para o controle regional do comércio de gado. Escrevendo a seu sócio-comprador, João da Silva Machado recomendou "comprarmos desde já todas as boiadas que houverem em Campos Gerais e Curitiba...". Prado pretendia comprar todas as boiadas disponíveis no próprio local de produção para tirar proveito "na ocasião própria", de modo que pudesse revender no mesmo local, sem os custos de transportes [35]. Em 1821, em carta dirigida a Nuno da Silva Reis, seu representante no Rio de Janeiro, Prado volta à carga, dando mostras de que seus planos

32. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco, op. cit.*, pp. 52 e 54.
33. *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, pp. 52, 54.
34. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco, op. cit.*, p. 51. Petrone, através de cálculos conjeturais, afirma terem as operações mercantis de venda de reses por Antonio da Silva Prado alcançado lucros que oscilaram entre 28,3% e 64,2%. Estes resultados, por sinal, estão muito próximos dos obtidos no comércio de reses do Sul de Minas. *Op. cit.*, p. 95.
35. *Idem, ibidem*, p. 45.

continuavam embasados nos mesmos princípios: "Penso que este ano o pouco que há em Curitiba e nos termos de seguir é só meu" [36].

A preponderância do intermediário firmava-se no crédito concedido aos proprietários. A aquisição de escravos e seu pagamento com altos juros e a inexistência de poupança impediam os proprietários de se manterem independentes, mesmo porque permaneciam à mercê do comprador, seu intermediário [37].

Desse modo, a baixa rentabilidade não permitiria aos proprietários a organização de uma economia com alta taxa de reprodução. Por outro lado, a rentabilidade também não se reduzia a um mínimo que tornasse proibitiva a produção. O certo é que aos intermediários era permitido sobrepor duas atividades lucrativas: a sua própria produção e a produção adquirida junto de outros produtores. E podendo racionalizar os custos graças às suas próprias empresas de transporte, muitos deles podiam até se aventurar a fixar-se no mercado carioca, a fim de nele poderem operar de modo mais compensador.

A instalação no mercado carioca da firma Mesquita & Guimaraens constitui-se numa demonstração de como a descida de mineiros ligados à produção de gêneros para o abastecimento do Rio de Janeiro ia se firmando. João Francisco de Mesquita, por sinal, exemplifica a ação típica de um comerciante-empresário, indefinido numa caracterização única de prática mercantil, já que acumulador de várias e diferenciadas atividades. Fixou-se na praça comercial do Rio de Janeiro [38], reforçou seus vínculos comerciais com o interior de Minas, de onde viera; daí comprava algodão e outros gêneros. Remetia escravos para o interior, constituindo-se num dos principais abastecedores mineiros de escravos. Somente no ano de 1830 a 1831 exportou, espaçadamente, 94 escravos para o interior de Minas Gerais [39].

O enfeixe de diversas atividades comerciais convertia Mesquita num empresário importante na organização do comércio de tropas, que faziam o vaivém do Rio para Minas. Chegou a receber de D. João VI uma Comenda da Ordem de Cristo devido a um "bom serviço que

36. *Idem, ibidem*, p. 46.

37. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco, op. cit.*, p. 126.

38. Nascido em Congonhas do Campo, Mesquita foi para o Rio de Janeiro e ali se empregou na casa comercial de seu tio, que era abastado comerciante. Xavier da Veiga, *Ephemérides Mineiras*, volume IV, p. 323. Pela Verba Testamentária 18, n.º 151, que se encontra no *Arquivo Nacional*, RJ, pode-se observar como o futuro Marquês do Bonfim manteve sólidos interesses comerciais em Minas.

39. Códice 421, volume 23, "Polícia, Legitimações e Passaportes", 1830, *Arquivo Nacional*, RJ.

prestou realizando em moeda os bilhetes do Banco aos tropeiros da Carreira de Minas Gerais, para que não decaísse de sua atividade o comércio que existe entre a Capital e aquela Província" [40].

Os serviços de Mesquita referem-se a um dos momentos da crise do Banco do Brasil, quando seus bilhetes decaíam no crédito público, impelindo os tropeiros mineiros a trocá-los por dinheiro sonante, já que em Minas os bilhetes eram, inclusive, sujeitos a um rebate significativo. Através de Mesquita tem-se em relevo a figura do empresário preocupado em normalizar o transporte, cujas deficiências afetariam inevitavelmente seus próprios interesses. Do ponto de vista do Estado, a recompensa entregue ao particular significa a paga pelos préstimos, na ausência das funções desempenhadas pelo Estado, incapaz de fazer frente ao "terror pânico que sobre o crédito difundiu nesta Cidade" [41].

Mesquita era homem de posses e empresário cujos negócios estavam apoiados sobre a organização do tráfico de tropas. Daí o seu empenho em trocar os bilhetes desacreditados do Banco do Brasil com as cada vez mais raras moedas em circulação na praça comercial do Rio de Janeiro.

A crise monetária não chegara ainda aos níveis cruciais que conheceria no final da década, quando se deu a falência do Banco do Brasil em 1829. O polêmico episódio do saque do banco quando D. João VI voltou para Portugal, carregando todas as moedas do banco além dos metais e pedras preciosas nele depositados, os gastos subseqüentes à Independência, principalmente os relacionados à política militar de D. Pedro I, agravaram a falta de liquidez no mercado, que atingiu o cume na crise de 29.

Certos artifícios usados pelos tropeiros permitiam-lhes diminuir as condições desfavoráveis de operacionalização dos negócios. Grande parte das firmas de tropas complementavam seus negócios dentro do âmbito familiar ou através de pessoas aparentadas ou de conhecimento muito próximo, de modo que não era necessário proceder a acertos de conta imediatamente após as entregas das mercadorias, o que podia ser feito após um prazo mais dilatado, um semestre ou um ano, no mais das vezes — o que diminuía a pressão da constante falta de liquidez.

40. Códice 15, "Graças Honoríficas", volume 7, fl. 36, *Arquivo Nacional*, RJ, documento de 31 de maio de 1819.

41. Não é demais associar Mesquita aos casos discutidos anteriormente em que foram analisadas as relações especiais estabelecidas entre Estado e particulares através do que convencionei chamar de política de barganha.

Além da utilização de recursos vigentes — notas promissórias com avalistas, fiadores — um outro dizia respeito ao uso de cartas de crédito, indispensáveis à regularização das transações comerciais. Uma letra, emitida por um comerciante de prestígio, com quantia fixa e prazo demarcado para o resgate, podia ser passada a terceiros, com o devido aval dos que a utilizaram anteriormente[42].

Apesar disso, os acertos de conta não podiam ser adiados indefinidamente da mesma forma que certas despesas feitas pelas tropas durante o trajeto para o mercado (pousos, pastagens, registros) exigiam moeda para saldar os pagamentos. Além do que, as carências do meio circulante no Rio de Janeiro incentivavam o governo central a drenar os recursos monetários das províncias para o mercado carioca. Particularmente Minas sofreu uma série de medidas restritivas que visavam a trocar as moedas pelos papéis emitidos pelo Banco do Brasil.

Dentre elas, a mais relevante foi a Carta Régia de 2 de setembro de 1818 que mandava criar filiais do Banco do Brasil na Capitania de Minas Gerais. A filial mineira passava a comprar o ouro em pó circulante e emitia bilhetes da Caixa Central com livre curso como moeda corrente[43]. Opondo-se à política do governo central, proprietários e comerciantes do interior sujeitavam os bilhetes a um rebate no seu valor, mantendo uma atitude permanente de depreciação dos mesmos que tendia a se agravar nos momentos mais críticos das finanças nacionais. Nessa linha de observações torna-se mais clara a postura de deputados mineiros e paulistas ligados à produção e ao comércio interioranos que, sob a bandeira do *Aurora Fluminense*, se opuseram à defesa do Banco do Brasil nos instantes finais de sua dissolução[44].

A descida dos setores mineiros de produção para se fixar no mercado carioca pode ser registrada através de algumas situações demonstrativas de uma tendência que foi se solidificando até a metade do século XIX. Em 16 de março de 1831, Horácio Messery requeria do Senado da Câmara uma licença para "edificar à sua custa um matadouro particular para matança dos gados de certos negociadores e

42. Cf. Capítulo "Das Notas de Crédito" do livro *Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha*, de José da Silva Lisboa, Lisboa, Imprensa Régia, 1819, 2.° volume.

No *Diccionário da Lingua Portuguesa*, de Antonio de Morais Silva, aparecem, especificadas, as letras de câmbio, "bilhetes pelo qual o passador de lettra manda pagar certa somma a quem appresentar aquelle seu bilhete, ou a outrem, a quem elle for passando com direito do primeiro, em cujo favor se passou", 2.° volume, p. 216.

43. *Colleção das Leis do Brazil de 1816-1819*, 1890, p. 82.

44. Afonso Arinos de Melo Franco, *História do Banco do Brasil*, 1947, p. 290.

criadores de gado da Província de Minas". Interessa especialmente, neste requerimento, a alegação de sua iniciativa. Justificava Messery sua associação com os produtores mineiros em vista deles "terem sofrido muitos prejuízos e vexames causados pelos marchantes desta Corte"[45].

Esta tentativa dos produtores mineiros de escaparem ao controle do corte da carne é bem significativa desta etapa de penetração nos negócios da distribuição. O que eles pretendiam, na verdade, era ter acesso integral ao mercado, visando, sem dúvida, favorecer-se das instâncias que o determinavam.

No tocante ao controle das etapas anteriores de comercialização, antes que o produto chegasse ao mercado, não parece haver dúvida de que o domínio dos produtores fosse praticamente intocável. Curiosamente, o *Aurora Fluminense* se ocuparia de explicar o encarecimento dos preços da carne, dominantes em 1831, a partir de contingências naturais e epidemias. Desse modo, o jornal aliviava as acusações que pesavam sobre os açougueiros e descartava, antecipadamente, qualquer acusação que se fizesse contra os criadores de gado. Estes, segundo o jornal, tinham sofrido "grave prejuízo" que "os forçaram a exigir maior soma por cada uma das reses que remetem à Capital"[46].

O posicionamento do *Aurora* frente aos problemas do abastecimento da carne não está isento, aliás, dos compromissos políticos que estavam sendo selados entre os "moderados". Esta postura defensiva dos interesses da produção e do comércio, espelhava a aproximação que então se efetivava entre os políticos representantes dos setores da produção do interior com o grupo de Evaristo da Veiga. O marco cristalizador do "partido moderado" se deu, não por mero acaso, no desdobrar dos eventos decorrentes da reunião da chácara da Floresta, do Pe. José Custódio Dias.

A instalação definitiva de produtores no Rio de Janeiro fez-se simultaneamente ao aparecimento de algumas poucas empresas que concentraram os negócios da carne, dominando o mercado. Nenhum exemplo até aqui apontado de fixação de produtores no mercado carioca é tão representativo como o de Francisco José de Mello e Souza, proprietário no Sul de Minas, sobre quem pesou a acusação de ser um dos monopolizadores do comércio da carne no Rio de Janeiro.

45. "Atas das Sessões da Ilma. Câmara Municipal — 1830-1931", *op. cit.*, volume IV, 1953, p. 95.

46. *Aurora Fluminense*, n.° 477, citado por Agostin Wernet, "As Sociedades políticas da Província de São Paulo na primeira metade do período regencial" (Tese de Doutoramento), São Paulo, USP, 1975, 1.° volume, p. 74.

Fincar raízes no mercado consumidor era um dos recursos da grande propriedade comercializadora de seus próprios produtos, para alargar as faixas de rentabilidade, furando o bloqueio de setores mais tradicionais no mercado e ganhando, desse modo, poder de decisões no centro das operações dos negócios.

Os Mello e Souza necessitavam de representação local (comissários ou consignatários) para encaminhar as 5 mil cabeças de gado que remetiam mensalmente para as feiras da periferia da Capital. Neste estágio, o gado chegava pelas mãos dos marchantes ao matadouro, para depois ser a carne distribuída nos açougues.

Para vencer estas etapas intermediárias, uma família produtora, como esta, necessitava enfeixar as tarefas, monopolizando os negócios. Esta tendência viria a se cristalizar com a formação, nos anos 50, da Empresa União Mineira Paulista, resultado da formação de um grupo de produtores selecionados que monopolizaram o controle do mercado carioca[47].

47. As informações sobre o desempenho da família Mello e Souza no Rio de Janeiro foram selecionadas das páginas 290, 291, 316, do artigo de Aureliano Restier Gonçalves, "Carnes Verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro — 1500-1900". *Op. cit.*, volume III, 1952.

V — A PROJEÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS "SITIANTES" E TROPEIROS

A literatura social relacionada ao estudo do comércio de tropas tem proporcionado diferentes abordagens sobre as condições sociais do tropeiro e de suas funções reguladoras dos meios de comunicação de um passado ainda recente.

De um modo geral, os estudos vinculam seus enfoques à época cafeeira, privilegiando, particularmente, a tropa enquanto escoadora das safras e abastecedora das fazendas; o tropeiro, por conseguinte, passa a ser apreciado na perspectiva de suas relações de dependência aos proprietários de café[1].

Outros estudos têm pautado pela caracterização da tropa enquanto propriedade do tropeiro, alocador de serviços ou vendedor da capacidade de carga de seus animais[2]. Também aqui os limites de sua localização histórica, no entanto, não escapam do universo da economia cafeeira.

Acresça-se nestes comentários introdutórios o fato de que a bibliografia sobre o tropeiro se ressente da falta de análises que o discutam no contexto mais amplo da sociedade; ao contrário, ela tem

1. Referencial básico deste tipo de investigação é a fecunda contribuição de Maria Silvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, 1969. Além de problematizar o estudo de tropeiros e vendeiros como tipos sociais, na perspectiva acima apontada, ressalte-se o empenho da autora em analisar o caráter rudimentar da tecnologia de transportes combinando-se com as condições mercantis da economia cafeeira.

2. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, de José Alípio Goulart, 1961, constitui um exemplar desse tipo de abordagem. Estuda a composição material da tropa, o trato dos animais, as condições de caminhada, os pousos nas estradas e outros elementos descritivos das atividades dos tropeiros, que não constituem objeto das preocupações deste estudo.

preferido recriar um panorama sentimental do tropeiro, onde o seu "heroísmo" frente às condições adversas de trabalho, para não dizer dos valores de "honestidade/lealdade", vistos como imanentes ao tipo humano do tropeiro, aparecem como os temas prediletos.

Além da abordagem de Maria Silvia de Carvalho Franco, cite-se um artigo de Pandiá Calógeras, onde a tipologia tradicional do tropeiro passa a ser revista, ganhando novos contornos[3]. Escrito há meio século atrás, a contribuição de Calógeras resiste bem às intenções de desmistificar a figura estereotipada do tropeiro, calcada no tipo soturno e ensimesmado, nem bem integrado ao campo, menos ainda integrado à vida urbana.

Ao contrário, Calógeras recupera o sentido social do tropeiro, enquanto elo que facilitava a aproximação dos dois mundos, o rural e o urbano. Numa época de extrema carência de informações, a palavra recente do tropeiro significava a veiculação mais atualizada das novidades que procediam do mundo da Corte.

Exercia também função capital junto dos proprietários do interior, a quem punha a par das variações comerciais do momento, funcionando como seu conselheiro de negócios. A presença estratégica que ocupava na vida comercial exigia do tropeiro um aperfeiçoar constante que garantisse o bom desempenho de suas funções. Em vista disso, assinala o autor:

"Em regra pertencia à gente melhor da Província; para a compra das tropas, para registro e direção de suas indústrias, era conveniente possuir certa instrução e algum capital, exigência que limitava o recrutamento dos membros de sua categoria e a fixava na classe dos mais abastados. Seleção profissional e social, portanto"[4].

Seja enfocado como negociante comprador ou revendedor de animais, ou como mero condutor de tropas, vinculado dependentemente ou não à propriedade cafeeira, a bibliografia tratada não dá margem, no entanto, ao objeto que se tem em vista analisar neste capítulo, no momento em que se visa, especificamente, a focalizar o tropeiro envolvido com a distribuição dos gêneros de subsistência destinados ao mercado do Rio de Janeiro, como se tem avançado no decorrer deste estudo, destacando as características específicas deste comércio regional de tropas.

3. "Transportes Archaicos", *In O Jornal — Edição Commemorativa do Bicentenário do Café no Brasil*, São Paulo, Palácio das Indústrias, 1927.
4. *Idem, ibidem*, 1.ª seção, p. 12.

O ponto de partida procede das observações de Saint-Hilaire, observador arguto da região estudada e que apontou a forma *sui generis* da organização das tropas da região; elas aparecem demarcadas por um caráter de complementaridade à propriedade e tendem a compor uma tipologia especial, onde as categorias "proprietários/tropeiros" aparecem associadas[5].

Uma passagem exemplar, ocorrida com Luccock, esclarece e aprofunda o que está sendo proposto[6]. Quando viajava a caminho de Barbacena, acompanhado de um tropeiro, Luccock, tomando-o como uma pessoa de menor consideração social, surpreendeu-se ao saber que o tropeiro era dono de uma propriedade, onde o viajante fora convidado para ficar hospedado; mais ainda: soube depois que o tropeiro tinha comprado uma outra propriedade que passaria para o filho, quando este se casasse, o que vinha demonstrar o quanto ele era bem sucedido nos seus negócios.

Passa-se que Luccock estava sendo obrigado, com as novas revelações, a inverter os níveis das informações insuficientes que havia retido sobre os tropeiros.

Não se tratava aqui de um tropeiro que, por ora, fosse proprietário. A relação estabelecia-se ao contrário: sendo proprietário, a personagem em questão era também tropeiro, acumulando, portanto, duas categorias de prática econômica que lhe garantiam um desempenho muito mais eficiente.

Torna-se mais fácil entender a formação de complementaridade de tarefas, localizadas em contextos sócio-econômicos definidos, ocorrendo sob estímulos de uma determinada conjuntura. Não deixa de ser sugestivo um comentário emitido por Taunay, em se referindo à trajetória social dos filhos dos barões de Itambé, povoadores da região de Vassouras:

"Seguiram eles, desde a adolescência, a carreira habitual dos moços brasileiros daquele tempo. Nascidos na lavoura, praticaram o comércio de tropas e acabaram lavradores de café"[7].

Neste caso apontado, devem ser ressaltados, como pano de fundo, a época, a região e a organização familiar que interagiram de modo especial sob o impacto da irradiação da economia cafeeira. Ainda que

5. Conferir a matéria inicial do capítulo anterior.
6. *Op. cit.*, pp. 294 a 296.
7. "Os Teixeira Leite — Uma irmandade de grandes cafezistas e civilizadores — Nascimento, vida e morte de Vassouras" *In O Jornal, op. cit.*, 7.ª seção, pp. 1 e 2.

este caso seja mais demonstrativo do abandono de práticas agrícolas tradicionais em detrimento da produção cafeeira, ele não deixa de sublinhar o aspecto de complementaridade existente entre a produção (lavoura de subsistência) e as tropas. E ainda que o texto não faça referência a uma possível permanência do serviço de tropas na passagem para a economia cafeeira (sem referência expressa no texto), registre-se que, nesta etapa, os Teixeira Leite já tinham evoluído para um estágio diferente de práticas econômicas, onde os seus serviços bancários na região eram mais relevantes. De qualquer modo, as relações de complementaridade não foram descartadas. A produção cafeeira e os serviços bancários aparecem acumulados neste novo contexto.

Sublinhe-se ainda que a nova organização das práticas econômicas mantinha um ponto em comum com o estágio anterior de complementaridade, uma vez que a divisão social de trabalho se fazia também através dos vínculos de parentesco. Por sinal, era comum entre irmãos repartirem-se diferentes práticas econômicas, necessárias umas às outras, de modo que o conjunto dos negócios obtivesse melhor equilíbrio[8].

Do que já se discutiu ao longo deste livro a respeito de complementaridade, o aspecto marcante é o seu confinamento ao universo da família proprietária, onde a especialização de funções é menor e a organização do trabalho é rotativa e mais descentralizada entre os membros da família.

Em vista disso, no universo social deste tipo de famílias produtoras de gêneros de subsistência mercantil, a categoria tropeiro aparece como um tipo social indefinido, ofuscado pela parametragem detida sobre a categoria proprietário, densa e absolutizada, de quem o tropeiro se apresenta como se fosse apenas uma sombra.

Mesmo quando surge em questão, nos textos documentais, a figura do tropeiro especializado, é raro que apareçam identificados como tropeiros; amiúde são "negociantes", ou "aquele que vive de negócios", ou, de modo menos freqüente, "negociante de tropas", "solta" ou "carregada"[9].

8. Uns dedicaram-se à lavoura cafeeira na Zona da Mata, em Barra Mansa e Vassouras. Um deles formou-se em Direito em São Paulo; os mais novos dedicaram-se ao comércio em maior escala e acabaram convertendo-se em banqueiros e comissários. *Idem, ibidem*, 7.ª seção, pp. 1 e 2.

9. Não seria por mera coincidência que o *Diccionário de Lingua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, não contenha a apresentação das palavras tropeiro e tropa. Como curiosidade, o citado dicionário apresenta o termo "*arrieiro* —, s.m. Homem, que aluga, e acompanha as bestas de estrada, de cavalgar". — *Op. cit.*, p. 194 do 1.° volume.

Ainda que historiadores insistam nos freqüentes casos de ascensão social de tropeiros — não é que eles não o fossem e não ascendessem — o que se observa é que, predominantemente, eles eram identificados como proprietários. Não é comum aparecerem, nos textos documentais, tropeiros titulados — alferes, capitães —, sinal de prestígio social que, no mundo rural, via de regra, era ensejado pela propriedade.

Entre os casos que esta pesquisa apurou, veja-se o do capitão José Joaquim Monteiro de Barros, um dos mais importantes revendedores de escravos para o interior de Minas, no ano de 1830, quando fez uma remessa de 130 escravos[10]; 20 anos antes, operava este tropeiro com o mesmo tipo de negócios:

"O capitão *José Joaquim Monteiro de Barros, natural e residente em Minas, de idade de 34 anos, que* vive de negócios, *casado, estatura alta, rosto comprido, bastante barba, sobrancelhas delgadas, olhos escurados, parte pela Paraibuna com 1 camarada e 3 escravos constantes da guia que apresentou. Leva a mais 3 escravos dos quais pagou os reais direitos constantes da guia que apresentou...*"[11].

Entre os casos de tropeiros titulados cite-se também o de Narcizo Antonio...

"*... natural e morador em Minas, de idade de 48 anos, estatura ordinária, rosto comprido, bastante barba, olhos pardos, sobrancelhas delgadas, parte para Minas pela Paraibuna com 3 camaradas e 5 escravos que trouxera constantes da guia que apresentou*"[12].

Localizei novamente o tropeiro Narcizo Antonio a fazer o mesmo trajeto pelo Caminho Novo, 9 anos mais tarde, por volta de 1818, quando então tinha 57 anos de idade[13]. Pude mais uma vez seguir seus passos, agora trafegando pela estrada da Polícia, no sentido do Rio de Janeiro. Nesta oportunidade, consegui a indicação das mercadorias que transportava: 230 reses. Acompanhavam-no 14 pessoas que compunham a tropa. Algo, no entanto, documentava uma distinção que os relatos anteriormente citados não indicavam. Este tropeiro aparecia agora, em janeiro de 1825, titulado de alferes. No mês se-

10. *Arquivo Nacional*, RJ, Códice 421, volume 23, livro 89, p. 1.
11. *Arquivo Nacional*, RJ, Códice 421, volume 1, p. 217.
12. *Arquivo Nacional*, RJ, Códice 421, volume 23, livro 89, p. 1.
13. *Arquivo Nacional*, RJ, Códice 421, volume 11, livro 74, p. 108.

guinte, punha-se de volta ao interior, deixando no Registro a notificação da passagem de sua tropa, composta de 3 animais e acompanhada de 34 escravos. É muito provável que a diferença dos 34 escravos de fevereiro para as 14 pessoas registradas em janeiro tenha sido composta de escravos novos, que o agora alferes Narcizo iria dispor em venda na região em que estivesse estabelecido. Tinha, nesta oportunidade, 64 anos de idade[14].

Era difícil, para os tropeiros especializados, arcar com compromissos sociais que lhes ensejassem prestígio e oportunidade de reconhecimento social. Locomoviam-se constantemente e, apesar de fincarem raízes em algum ponto qualquer, viam-se impedidos, pela natureza do seu trabalho, de assumir encargos públicos de responsabilidade.

Deste modo, Joaquim Roberto de Carvalho e Macedo, tropeiro de São Paulo, viu-se obrigado a renunciar ao cargo de "vereador de barrete", já que, além de ser "negociante de tropas e negros novos... o seu giro o priva de sua residência nesta cidade, e se acha com avultada tropa, para ir dispor em Minas Gerais e Rio de Janeiro, em que se há de demorar a maior parte do ano, pelas muitas cobranças que em ambas as partes tem de fazer..."[15].

Ainda em São Paulo, um outro tropeiro, o capitão Joaquim de Araujo Leite, "da Capitania de Minas Gerais e atualmente residente nesta cidade", viu-se na contingência de abandonar o cargo de procurador da Câmara Municipal. Ponderava, em seu requerimento, ser um "negociante obrigado a viajar quase sempre para diversas partes da Capitania, já para a do Rio de Janeiro para onde está proximamente a partir, e para a de Minas Gerais aonde tem suas dependências..."[16].

No caso deste tropeiro, é inconteste sua posição sócio-econômica privilegiada, destacada pelo informante da Câmara, ao argumentar que, mesmo tomado pelo seu trabalho, "o suplicante" deveria manter suas obrigações "pela pátria e bom serviço do soberano... O suplicante é certo que contrata com negócios de bestas, que costuma ir comprá-las na ocasião da chamada feira de Sorocaba, em os meses de dezembro de cada ano para as revender aos negociantes de Minas Gerais e Goyazes, no que faz o seu comércio: Ele se acha residindo

14. *Arquivo Nacional,* RJ, Códice 361, volume 2.

15. Registro de uma petição... 4 de janeiro de 1808, *In Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo,* volume XIII, São Paulo, Typographia Piratininga, 1921, pp. 455 e 456.

16. Registro de uma petição despacho... 9 de fevereiro de 1805, *ibidem,* p. 282.

nesta cidade com o estabelecimento de bens de raiz, há sete para 8 anos, e passa por homem abastado e rico..."[17].

No conjunto da bibliografia, mesmo nas biografias e nas memórias de famílias proprietárias atreladas ao abastecimento, são raras as indicações encontradas que permitam redimensionar o tropeiro na sociedade rural. Por razões que serão expostas logo adiante, esta tarefa faz-se custosa, pois as fontes pesquisadas primam exatamente por esconder a realidade do trabalho de tropas enquanto prolongamento da vida econômica da propriedade rural, subentendendo o tropear como uma prática exterior às famílias proprietárias e desempenhadas por elementos não vinculados diretamente a elas.

De fato, uma atividade desempenhada por um número significativo de escravos e de homens pobres podia constituir-se num embaraço para biógrafos e historiadores preocupados em configurar para as suas personagens históricas os traços específicos de sua condição social, parametrada pela propriedade da terra.

Para que se tenha uma idéia mais precisa da presença de escravos à testa das tropas, veja-se estes dados tomados no mês de novembro de 1831. Dos 37 tropeiros que passaram pelo Registro de Itaguahy, na Estrada Real Rio-São Paulo, 4 deles eram escravos conduzindo tropas. Adão, Francisco, Antonio e Bento, sendo os três primeiros procedentes de Minas e o último, de São Paulo. Adão, o primeiro, tinha 3 escravos sob seus cuidados. Francisco tinha 6. Antonio, por sua vez, tinha 10. Bento tinha 7 camaradas, trabalhadores livres, portanto, já que a documentação estudada usa o termo camarada com o significado que se lhe costuma atribuir[18].

Se, internamente ao universo social da família produtora de gêneros mercantis de subsistência, a categoria tropeiro aparece enfocada de modo móvel e oscilante, fora dela, e em contexto mais amplo, há que se registrar também a visão preconceituosa que tem sido irradiada sobre a figura do tropeiro.

Muito desta visão estereotipada até hoje vigente sobre o tipo social do tropeiro teve origem, em grande parte, dos relatos de viajantes, que absorveram uma visão pré-moldada do tropeiro. A reprodução de suas observações tendem a enfatizar o comportamento médio dos tropeiros como aquém dos níveis de sociabilidade de um proprietário comum.

17. *Ibidem,* p. 283.

18. *Arquivo Nacional,* RJ, Códice 419, volume 20.

Schlichtrorst, em sua obra *O Rio de Janeiro como é — 1824-1826*, contribui com uma apreciação significativa sobre os tropeiros mineiros sem ter tido um conhecimento direto da vida no interior de Minas, já que por lá não estivera. Expressou, no entanto, seu modo de ver, ao conhecer uma senhorita carioca e solteira, que "tinha um amigo tropeiro, que andava com sua tropa de mulas por Minas Gerais e vivia com ela quando vinha ao Rio de Janeiro. Uma encantadora menina nascera dessa união filosófica". Inclinado a cortejá-la, o ex-oficial do exército brasileiro relutou, entretanto, não pelo motivo de raça "... ao pensar que a tinge leve cor africana"; sua indecisão o surpreendeu por "respeitar os direitos alheios", *mesmo que sejam dum simples tropeiro de Minas*"[19].

A passagem já analisada em que Luccock se surpreendeu com as revelações obtidas com o tropeiro que o acompanhava é também ilustrativa da visão pré-estabelecida dos viajantes. Porque seu acompanhante era tropeiro, Luccock não podia supor que fosse proprietário e que seus negócios estivessem em plena expansão.

Já Chamberlain aprecia o tropeiro de modo oposto: "Os tropeiros — afirma — representam uma fina classe de homens e são considerados quase sempre de confiança fora do comum". A apreciação de Chamberlain não escapa dos quadros mentais que se está trabalhando até agora. Ela também é pré-moldada, não fugindo a uma visão estereotipada do tropeiro. Só que o vê exatamente no lado oposto ao dos outros viajantes[20].

No caso de Saint-Hilaire, melhor conhecedor das condições sociais e econômicas das áreas abastecedoras, sua visão configura-se diferentemente, já que enxergava de modo semelhante, tanto os "sitiantes" quanto os tropeiros[21]. Para este viajante, a diferença mais significativa que se estabelecia entre proprietários das áreas mineradoras e urbanizadas e os sitiantes do Sul de Minas é que estes "trabalham com seus negros e passam a vida nas plantações, no meio

19. Schlichtrorst, *op. cit.*, pp. 77 e 82.

20. *Vistas e Costumes da Cidade e arredores do Rio de Janeiro*, 1943, p. 83.

21. A comparação pode ser feita através destas duas citações:

"Ao cair da noite, chegou o proprietário da fazenda, campônio gordo que tem na milícia o posto de alferes e cuja voz de estentor se pode ouvir a um quarto de légua. Em casa traz as pernas nuas, segundo o hábito da região e não usa senão jaleco de pano azul grosseiro e calça de riscado". 2.ª *Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, op. cit.*, p. 46.

"Os condutores de bois e de porcos andam com os pés e pernas nus e um grande bastão à mão; usam chapéu de aba estreita, capa muito alta e arredondada; vestem calção e camisa de algodão cujas fraldas passam sobre o calção, colete de pano de lã grosseira e geralmente azul-claro". *Idem, ibidem*, p. 32.

dos animais e seus costumes tomam, necessariamente, algo da rusticidade das ocupações"[22].

Os primeiros, ao contrário, são vistos como praticantes de uma sociabilidade mais refinada; muitos dos que Saint-Hilaire conheceu eram técnicos, burocratas, doutores, geralmente formados em universidades européias. No seu modo de ver,

> *"Os homens que, ao contrário, ocupam-se da mineração e apenas vigiam os escravos, nada trabalham e têm ocasião de conversar e pensar. Sua educação é mais cuidada e zelam mais pela dos filhos"*[23].

Hábil na construção deste quadro social diferencial da classe proprietária mineira, Saint-Hilaire é, no entanto, passível de questionamento, já que esquematiza demasiadamente suas observações. A ascensão dos níveis de vida social e econômica dos proprietários do Sul de Minas bem como a proximidade desta região com a Capital e com São Paulo, onde passou a funcionar a Faculdade de Direito, possibilitaram à camada proprietária daquela região um desempenho político, relevante na etapa posterior à Independência. Mesmo no tempo em que Saint-Hilaire conheceu o Sul de Minas, algumas de suas personagens mais ativas estavam se projetando no cenário da política nacional, como será visto logo adiante.

Ainda com Saint-Hilaire é possível enxergarem-se traços diferenciais definidos entre os representantes de um modo urbano de vida e os proprietários do interior. Essa oposição faz-se clara através de um incidente comentado pelo *O Recopilador Mineiro*, de Pouso Alegre, órgão associado à pregação política dos "moderados" no Sul de Minas. O ocorrido deu-se durante as escaramuças travadas na rebelião militar de Vila Rica, em 1833. Este movimento foi tomado como uma "sedição caramuruana", e recebeu pronta reação dos proprietários identificados como os moderados, então no poder.

O Recopilador refere-se ao comentário de "... um tratante no dia em que se aprontavam os guardas nacionais para irem para Sabará, falando a favor da força caramuruana, e dizendo que eles roceiros não podiam com ela..."[24].

O próprio movimento militar de 1833 parece estar relacionado diretamente com a ascensão social dos "roceiros", assim discriminados

22. *Idem, ibidem*, p. 37.

23. *Idem, ibidem*, pp. 37 e 38.

24. *O Recopilador Mineiro*, número 29, 19 de maio de 1833.

no texto, que estavam galgando postos políticos significativos, não somente à frente do governo provincial mineiro, como no governo regencial, onde eram vistos como a retaguarda do "poder moderado".

O conflito refletia objetivamente uma situação de disparidade estabelecida entre a crise arrastada da economia mineradora, cujos proprietários não mais faziam frente à ascendência econômica e social dos proprietários — "sitiantes", segundo Saint-Hilaire, "roceiros", segundo o "tratante" de Sabará — ligados ao universo da produção mercantil de gêneros de subsistência.

Não parece escusado afirmar que este tipo de situações conflituosas gerassem atitudes de preconceitos a partir de relações sociais concretas que exprimiam os antagonismos latentes ou não no interior da sociedade mineira.

Uma matéria publicada em *O Universal,* de Ouro Preto[25], é bem demonstrativa de preconceitos contra proprietários e tropeiros. Trata-se de uma carta enviada por um "roceiro-tropeiro" ao citado jornal, relatando um incidente de rua, onde pensou ter sido alvo de uma agressão direta da qual realmente não foi: fora, no entanto, agredido de forma mais sutil, do que ele não veio a tomar consciência.

Sendo paraopebano[26], sentiu-se ofendido pelos gritos de duas mulheres em briga que, na verdade, estavam se dirigindo a um "sujeito de casaca" nos seguintes termos: "Ah! maldito, excomungado, nem o paraopebano é tão falso, tão caluniador e sem vergonha como tu". Pensando ter sido interpelado, o tropeiro reagiu violentamente, mas acabou sendo contido por terceiros que lhe explicaram o que as mulheres diziam: "Sr. tropeiro, V. S. está enganado, estas mulheres o não injuriaram; hoje se diz paraopebano, o que é mentiroso e caluniador sem vergonha: deram motivo a esta denominação umas correspondências que apareceram nas gazetas do Rio de Janeiro, cheias de mentiras e calúnias contra o nosso bom conselho do governo".

Satisfeito com a explicação, o "roceiro-tropeiro" acomodou-se, sem dar conta de que continuava vítima de uma visão preconceituosa. Colocando-se acima do preconceito erigido sobre a gente de sua terra,

25. Número 13, 15 de agosto de 1825.

26. Natural da região que margeava o rio Paraopeba, afluente próximo das nascentes do São Francisco, área povoada de proprietários especializados na produção agrícola de gêneros de subsistência. O próprio redator da carta anuncia-se ao jornal de forma expressiva ao dar início ao seu relato: "Vindo do meu plácido retiro da Paraopeba a vender alguns dos gêneros de minha roça...".

ele se posicionou individualmente diante do fato, preferindo identificar-se com um paraopebano diferente, "o verdadeiro amante de sua Pátria", com o que assinou a carta enviada ao jornal.

Para que não se detenha apenas na reação individual do tropeiro, veja-se neste episódio a afloração de um preconceito que reproduz, no nível da representação ideológica, o que se dava no nível das relações sociais, onde proprietários e tropeiros ligados à subsistência eram vistos depreciativamente pelos setores urbanos da população.

Não é demais apreciar, de novo, as razões conformadoras desta visão, preconceituosa, construída sobre a disparidade de recursos, mais fáceis para proprietários-tropeiros, menos fáceis para as camadas urbanas da população marcada pela crise e pela ausência de perspectivas.

Entretanto, é a partir de um enfoque interno à própria classe proprietária que a categoria tropeiro pode ser melhor interpretada.

Colhi duas impressões representativas do que se poderia chamar "visão interna", na obra *Minhas Recordações,* de um político de Campanha, Francisco de Paula Ferreira Resende[27].

A primeira das impressões diz respeito a uma associação genérica que o autor estabelece entre pobre e tropeiro (p. 95). A segunda refere-se a um corte efetuado pelo autor, seccionando as categorias tropeiro e comerciante (p. 107).

A partir do que se tem depreendido desta pesquisa, ambas as afirmações têm sua razão de ser. Tenho registrado a presença de negros escravos atuando como tropeiros, como é sabido que brancos pobres também o fossem. Estranha, pois, o fato de que a visão de tropeiro seja expressa somente através da associação com o pobre, quando se sabe que existiam proprietários que também eram tropeiros, cujo tipo social era, inclusive, representativo do mundo rural[28].

Da mesma forma, entende-se perfeitamente a segunda colocação, uma vez que comerciantes tradicionais e conhecidos eram os proprietários de casas de comércio com raiz urbana. Nesse aspecto, o

27. *Op. cit.,* Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1944.

28. O autor escreveu suas memórias já na segunda metade do século passado, quando a divisão social do trabalho, e a conseqüente especialização das categorias proprietário, tropeiro, comerciante estava tendendo a uma definição. É marcante, no entanto, que o autor não tenha conseguido reconstruir as relações específicas daquelas categorias entre si no contexto regional da produção do Sul de Minas, o que reporta a permanentes indagações.

tropeiro de "tropa solta" ou "tropa carregada" seria tido como elemento apenas de ligação de dois outros comerciantes que, ao invés do trabalho na estrada, operavam fixos à base de venda e revenda. Mesmo neste caso, no entanto, há que se notar como o depoimento de Ferreira Resende esconde um lado decisivo do real, na medida em que se sabe da existência do proprietário-tropeiro, não como um mero elemento de ligação, mas senhor de sua própria produção e responsável direto pelas vendas de seus produtos, para não falar também dos proprietários invernistas associados a práticas comerciais.

No esforço de separar as categorias comerciante e tropeiro, pode estar subjacente ao pensamento do autor o critério de que a categoria comerciante, distinta da do tropeiro, estivesse mais próxima da categoria proprietário, permitindo, entre si, possíveis associações. Neste caso, vale a pena lembrar que o nexo necessário entre o proprietário e o comerciante seria exatamente o tropeiro, categoria complementar como a do comerciante para que o proprietário pudesse organizar a sua estrutura de negócios.

Voltando às duas citações de Ferreira Resende, creio que o elemento explicativo de suas proposições reside nos condicionamentos sociais que pesam sobre o autor, filho de uma família proprietária e também representativa do comércio local, conhecida e atuante na vida política de Campanha[29].

Dado que a categoria tropeiro fosse compartilhada por elementos de fora dela — até por escravos, como se tem visto —, o autor não se permite introduzir a mesma categoria no interior do seu universo social, preferindo ocultá-la, como se ela não fosse desempenhada por elementos de sua própria família.

Ocorre que na reconstituição da memória, o autor trabalha dentro da visão ideológica de sua classe social, selecionando e manipulando valores de modo a atribuir ao tropeiro um papel social de significado menor, excluído do universo de sua classe, embora presente nela[30].

29. Francisco de Paulo Ferreira Resende, *op. cit.*, pp. 75 e 103.

30. As representações formuladas pelo autor não são herméticas a ponto de impedir qualquer reinterpretação.

Uma pista deixada contraria a rigidez de sua visão sócio-interpretativa. Isto fica patente quando o autor se refere aos tropeiros de Campanha, dos quais um era pessoa "de família das mais importantes e respeitáveis dali". *Idem, ibidem,* p. 92.

Há indícios de que o trabalho de tropas, mais desgastante do que outros, recaísse sobre os parentes mais pobres da família, principalmente sobre aqueles de "menos recursos", que ingressavam na família via casamento. O ônus, nesse caso, seria arcar com os trabalhos de tropas. Nesse aspecto, releve-se o depoimento de Miguel de Carvalho Dias ao se referir aos trabalhos despendidos por seu avô, Adolfo Pereira Dias. Este era capataz de Roque de Souza Dias, o herdeiro da Fazenda do Centro, no Sul de Minas. Sendo pobre, seu avô arcava com as principais funções, guarnecendo de gado a propriedade do sogro.

Semelhantemente, biografias, memórias, textos de história produzem para políticos e outras personagens do passado uma imagem despida de atração para os negócios, como se estivessem sempre dissociados do seu mundo material e voltados unicamente à causa de suas atividades públicas.

É curioso notar que esse enfoque aparece sempre reforçado por outra preocupação que perpassa os citados textos: as personagens não só se dedicam despojadamente à causa pública, como também primam pela manifestação de virtudes pessoais e familiares.

Instalados na Corte, os políticos do interior não perdiam os vínculos com suas propriedades, mantendo cuidados, fosse com a produção, fosse com os negócios. A permanência dos interesses no interior é ilustrativa de uma situação onde as atividades econômicas se faziam simultaneamente ao desempenho de funções políticas e administrativas.

No tocante às atividades mercantis dos políticos diretamente ligados ao Sul de Minas, o Pe. José Custódio Dias, já é conhecido, estava envolvido com os negócios de reses, oriundas da fazenda do Centro de onde eram feitas as remessas de gado para o consumo da Capital. Em contrapartida, aproveitando-se de sua estadia na Corte, comprava e remetia para sua propriedade a mão-de-obra escrava de que carecia[31].

O Pe. José Bento, por sua vez, era proprietário da fazenda do Engenho, em Pouso Alegre. Visitava freqüentemente a cidade, seu foco de ação política e reduto eleitoral, e não descuidava do trato de sua propriedade. Acabaria assassinado por uma questão de disputa de terras, onde não faltaria a mão interessada de seus adversários[32].

Mesmo Feijó, o principal líder dos liberais moderados no interior, e sempre visto como à margem de atividades materiais, não des-

31. Juntamente com Bernardo Pereira de Vasconcelos, que remeteu 2 escravos novos (p. 176) e Honório Hermeto Carneiro Leão, com 5 escravos novos (p. 176), o Pe. José Custódio, com um escravo novo (p. 39) é um desses políticos envolvidos com os negócios, apesar das atividades públicas. No Códice 421, volume 23, livro 89, referente aos anos de 1829/1830, *Arquivo Nacional,* RJ, encontra-se também o Conde de Linhares remetendo 54 escravos novos (p. 31) para Minas; cite-se também a remessa do então Conde de Valença, composta de 7 escravos novos (pp. 12 e 44).

32. Amadeu de Queiróz, *O Senador José Bento,* p. 93.

conheceu o trato dos negócios da terra. Antes de dedicar-se à vida pública, na província e no império, foi proprietário em São Carlos de Campinas, onde praticou a agricultura. Lavrador e produtor de gêneros de subsistência, milho e feijão em 1810, passou a senhor de engenho em 1816, quando possuía 13 escravos, segundo dados de recenseamento[33].

O envolvimento com a propriedade e com os negócios estava inserido na lógica da prática política desses homens. Políticos porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política. Disto provém a vinculação entre ambos os níveis da realidade — política e negócios — que, pelo visto, constituíam duas faces de uma mesma moeda.

Algumas pinceladas biográficas informam melhor sobre a formação e a projeção desses políticos mineiros. Não por simples coincidência, dois deles eram padres. Tinham formação intelectual privilegiada em relação ao conjunto dos demais proprietários e, através do ministério sacerdotal, ganhavam prestígio e reconhecimento que lhes abriam as portas da carreira política.

Por trás da projeção política dos padres mineiros jazia toda uma estrutura de poder da qual eles mesmos constituíam expressões individuais relevantes. A rede urbana do interior estava diretamente ligada ao modo como as terras eram ocupadas e concentradas nas mãos de famílias extensas. Uma das principais preocupações dos chefes dessas grandes famílias era o culto religioso. As primeiras capelas ou igrejas davam origem aos povoados e cidades, cujas atividades ficavam adstritas ao universo rural[34].

Eram as cidades de domingo, como as descreve amiúde Saint-Hilaire. Durante a semana elas ficavam vazias. Tropeiros e viajantes que por ela transitavam pouco encontravam para comprar em suas acanhadas vendas, povoadas de prostitutas. Aos domingos, pelo contrário, a cidade se enchia de gente em função do culto religioso, visitada pela população trabalhadora e proprietária que vivia nas redondezas.

Ordenado em Mariana, o Pe. José Custódio Dias, antes de ser eleito deputado mineiro para as Cortes, e, posteriormente, deputado para a Constituinte de 1823, foi, sucessivamente, vigário da vara nas vilas de Sabará e Campanha, além de vigário-geral do bispado de

33. Octávio Tarquínio de Sousa, *Diogo Antonio Feijó*, pp. 20 a 23.
34. Cid Rabelo Horta, *Famílias Governamentais de Minas Gerais*, 1956, p. 50.

Mariana. Deste modo, mantendo vínculos em diferentes centros de expressão, aumentavam as probabilidades de projeção deste político mineiro. Seria eleito senador somente em 1835, após vários anos de atividades políticas na Corte.

A trajetória do também campanhense Pe. José Bento Ferreira de Mello tipifica bem a passagem do local ao provincial para atingir a política na Corte. Ordenado em 1809 em São Paulo, foi o primeiro pároco de Pouso Alegre, a quem esteve sempre ligado desde sua fundação. Foi vereador em Campanha, membro do Colégio Eleitoral da Província e tomou parte na primeira Junta Administrativa. Em 1826 foi eleito deputado para a Assembléia Geral do Império.

Manteve sua presença no Sul de Minas cultivando com especial cuidado suas bases eleitorais na região. Em 1831, funda em Pouso Alegre *O Pregoeiro Constitucional*, o primeiro jornal do Sul de Minas; logo depois aparece *O Recopilador Mineiro* em 1832[35].

Constituía um elo político de significação, contactando simultaneamente com diferentes líderes do Centro-Sul. Ligava-se especialmente a Bernardo Pereira de Vasconcelos com quem sofreu o ataque dos restauradores em Ouro Preto em 1833. Desempenhava, na oportunidade, a função de Conselheiro do governo provincial, enquanto que Vasconcelos vice-presidia o mesmo governo[36].

Era amigo íntimo de Feijó, de quem foi um dos seus maiores colaboradores. Foram ordenados no mesmo ano em São Paulo; a partir de então comungaram permanentemente suas dúvidas e angústias referentes à condição do clero e da igreja nacionais. Através de seu intermédio é que a penetração de Feijó em Minas fez-se intensa[37]. Reversivamente, por meio de Feijó, aproximou-se dos deputados paulistas e dos políticos ligados a Evaristo da Veiga.

Tinha grande ascendência sobre Limpo de Abreu, o futuro Visconde de Abaeté, político de origem portuguesa, que se casara numa família proprietária de Paracatu. O mesmo também se dava com Pe. José Martiniano de Alencar com quem dividia residência no Rio de Janeiro[38].

35. Os dados biográficos referentes aos dois padres mineiros foram sacados do livro *Vultos Nacionais*, de Haroldo Valladão.
36. Em *O Universal*, número 230, de 31 de dezembro de 1828, encontra-se uma nota de muita significação política em que são elogiados, pelas suas eleições, os irmãos Dias, José Bento e Bernardo Pereira de Vasconcelos. "O povo mineiro dá passos agigantados na carreira da civilização e da liberdade", arremata a nota do jornal.
37. "José Bento Ferreira de Mello", *In* Haroldo Valladão, *op. cit.*, p. 308.
38. Ferreira Resende, *op. cit.*, p. 102.

O marco inicial do aparecimento desses novos políticos coincidiu com o advento da Independência que favoreceu a projeção dos proprietários na política local e regional. De fato, os mineiros foram convocados a eleger os seus representantes na administração da província e do império. Já em 1821, em Ouro Preto, reuniram-se as representações das Câmaras Municipais para escolher os membros da primeira Junta Governativa de Minas.

A partir daí, repetindo-se de tempo em tempo, seriam eleitos os representantes no Parlamento, no Conselho e na Assembléia provincial. Um rígido esquema seletivo privilegiava somente os proprietários como votantes e eleitores Os votantes, nas assembléias paroquiais, escolhiam os eleitores que, por sua vez, elegiam os deputados e senadores. Exigiam-se dos votantes renda mínima anual e requisitos pessoais e profissionais. Para ser eleitor a renda mínima indispensável era o dobro da anterior. Para ser deputado era preciso o dobro da renda do eleitor[39].

Apesar do elitismo de tal sistema eleitoral, as eleições do período criaram opções de participação política para os proprietários do interior. O elitismo não os impedia de se exercitarem politicamente, apenas restringia-os; ao revés, tinha a função especifica de converter o processo político exclusivo da classe, alienando compulsoriamente outros segmentos da população.

O envolvimento político dos proprietários interioranos tendeu a ampliar-se consideravelmente nas instâncias da crise do primeiro reinado, numa etapa em que vários de seus representantes, associados ao abastecimento da Corte, nela se encontravam instalados, ensejando um reforço estratégico às lideranças operantes na Capital.

A deposição do imperador abalou o poder concentrado do Estado imperial, abrindo espaço para a projeção do setor abastecedor da classe proprietária que passou a ser co-responsável pela administração regencial. Associando-se principalmente a políticos egressos da pequena burguesia urbana e do segmento militar, compuseram um grupo relativamente coeso, mas sem aprofundamento partidário, designado genericamente de liberais moderados.

Sem contar com uma estrutura partidária organizada, os moderados lançaram mão de expedientes alternativos que faziam as vezes da organização partidária. As Sociedades Defensoras, espalhadas pelo

39. Cid Rabelo Horta, *op. cit.*, p. 16.

interior adentro e a imprensa política, com penetração similar, podem ser analisadas nessa perspectiva.

Não escapou aos historiadores o perceber a criação das Sociedades Defensoras como o ensaio de um partido organicamente constituído[40]. Foi Evaristo da Veiga o grande incentivador da idéia, ciente da insuficiência do aparelho de Estado para alcançar diferentes setores da sociedade civil. Feijó faria das Defensoras um dispositivo de pressão sobre a Câmara dos Deputados, capaz de criar para o governo um apoio político de fato que procedia de fora da Câmara[41].

No âmbito municipal, as filiais exerciam pressões políticas sobre as câmaras municipais com o objetivo de apoiar o governo regencial, repudiar a oposição exaltada e caramuru, colaborando, deste modo, com o processo de centralização do poder e a repressão[42].

Já em abril de 1831, o movimento tinha se disseminado pelo Sul de Minas e adjacências, abrindo filiais em Campanha, Pouso Alegre, Baependi, Lavras, Sabará, Caldas, Sapucaí, Ouro Fino, Douradinho, São Gonçalo, Itajubá, Valença[43].

Com base organizacional apoiada nas Sociedades Defensoras é que os moderados trabalhavam o interior como sua reserva eleitoral, o que pode ser atestado pelos resultados das eleições em 1833. Derrotados no Rio de Janeiro e no litoral, os moderados foram amplamente favorecidos no interior. Minas, por sinal, definiria a vantagem final dos votos para Feijó em 1835.

Assim como as Sociedades Defensoras, a imprensa liberal combativa, e em especial o *Aurora Fluminense,* operava de modo organizado, informando e, acima de tudo, dirigindo o setor de opinião pública com quem o jornal se identificava.

No Sul de Minas atuaram em Pouso Alegre *O Pregoeiro Constitucional* e *O Recopilador Mineiro,* sob a direção do padre José Bento. Em Campanha surgiu em 1832 o *Opinião Campanhense*, dirigido por Bernardo Jacinto da Veiga. Tal como *O Univeral*, de Ouro Preto, mais antigo que os anteriores, nascido em 1825, ou mesmo o *Farol Paulistano*, da capital paulista, realizavam um intercâmbio permanente de informações com o *Aurora Fluminense*, que cen-

40. Cf. a introdução do estudo de Agostin Wernet, já citado, pp. 5 a 6, nas quais são retomados diferentes pontos de vista de historiadores diversos.
41. Paulo Pereira de Castro, *op. cit.*, p. 16.
42. *Idem, ibidem*, p. 16.
43. *Aurora Fluminense,* número 474, 20 de maio de 1831.

tralizava e reorientava o fluxo informativo e formativo pretendido pelas lideranças moderadas na Capital.

Através do *Recopilador Mineiro*, que pude analisar em alguns de seus exemplares, constata-se a reimpressão constante de editoriais e matérias variadas do *Aurora*, através dos quais o jornal de Evaristo visava injetar um direcionamento político-partidário específico; buscava internalizar entre a população interiorana uma carga informativa que criasse o consenso necessário entre o poder central do Rio de Janeiro e a classe proprietária do Centro-Sul[44].

Sem a intenção de uma revisão em profundidade da matéria, elejam-se dois núcleos de interesse que explicitem melhor o intercâmbio político estabelecido entre o jornal e sua clientela.

O primeiro relaciona-se com a projeção da liderança de Feijó, apresentado ao eleitorado mineiro como o líder suscetível de catalisar sua representação, efetivando-a de modo a cobrir os anseios do próprio eleitorado.

De outro lado é preciso que se registre — aqueles anseios também podiam ser criados ou pelo menos configurados pela mensagem do jornal. Veja-se, por exemplo, esta passagem:

"Quem é Feijó? Um simples padre do Campo, um agricultor paulistano sem séquito, nem fausto, que conservou nas cidades costumes singelos da roça, que chamado aos altos empregos do Estado nada mudou na sua vida... Pendendo de uma decisão enérgica e terminante, Feijó concedeu, resolveu e executou um plano de salvação que remiu o Brasil do abismo das desordens, dilacerações e anarquia"[45].

Feijó é apresentado como o líder condensador dos valores representativos dos proprietários interioranos: simples, correto, enérgico, providencial. Garantida a identificação com o líder, o texto remete sua relação com seus liderados para um objetivo específico e que diz respeito a um forte anseio comum, o da consecução do "fim das desordens, dilacerações e anarquia"[46].

44. A seleção das matérias do *Recopilador Mineiro* por si só denota a natureza das preocupações que tomavam conta do jornal, voltado para os problemas da Corte e representando, no nível de suas expectativas políticas, os vínculos de interesses econômicos estabelecidos no abastecimento.

45. *O Recopilador Mineiro*, nº 51, 3 de agosto de 1833.

46. Independentemente da mensagem formativa trazida pelo jornal, os meios tradicionais de arregimentação eleitoral não eram esquecidos. Feijó, por exemplo, mantinha vínculos de amizade e compadresco em Campanha, onde esteve cumprindo visita de cortesia. Ferreira Resende, *op. cit.*, pp. 73 e 75.

Por sinal, o combate à anarquia permaneceria no centro das preocupações da gestão dos moderados. "Os proprietários" — proclama Feijó já em 1831, quando empossado no ministério — "não podem mais suportar a anarquia na Capital do Império"[47].

Ocorre que a representação dos moderados se fazia através de setores diversificados da classe proprietária. Para os proprietários mineiros o temor difuso da "anarquia" consubstanciava-se na ameaça de desestabilização do mercado e o conseqüente desarranjo na produção. Nesse sentido é que se pronunciaria de modo alarmante o ituano Paula Sousa[48].

A "anarquia" do início da regência espelhava-se também na fuga de capitais, na retirada de comerciantes portugueses que acompanhavam D. Pedro, na baixa do câmbio, na retração do crédito, no aumento do custo de vida, no desemprego.

Vale a pena recordar Saint-Hilaire, citado como epígrafe deste trabalho, que percebia o posicionamento conservador assumido pelos proprietários mineiros diante do conflito entre a Junta mineira e a Casa de Bragança, em 1822, "mostrando todos o maior desejo de permanecerem unidos ao Rio de Janeiro, única cidade onde os cultivadores da região acham escoadouro para as produções de suas terras"[49].

Ficar com a Corte significava na verdade ficar com o mercado; ou então assumia-se uma postura conservadora para justificar a manutenção das relações mercantis. Entre as diferentes possibilidades de opções políticas ficava-se com aquela que já existia, ao invés de se buscar uma alternativa, exatamente porque ela favorecia à manutenção dos vínculos das áreas produtoras com o mercado consumidor.

Em 1831, os vínculos dos proprietários mineiros com o mercado carioca encontravam-se ainda mais estreitos e o mercado, pela mesma razão anterior, constituía-se em referencial político necessário. Proprietários e autoridades do interior mantinham-se vigilantes em vista do conturbado ambiente da Corte. A expressão mais exacerbada dessa vigília pode ser apreciada numa proposta de Paula Sousa que sugeriu mudar a Capital para São Paulo até que a etapa de conflitos fosse superada[50].

47. "Programa do Ministério de 16 de julho de 1831", *Real Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 85, 1921, p. 279.

48. Agostin Wernet, *op. cit.*, 1.º volume, p. 74.

49. A. de Saint-Hilaire, *2.ª Viagem a Minas Gerais e a São Paulo,* p. 44.

50. Agostin Wernet, *op. cit.*, 1.º volume, pp. 74 e 88.

Pertencente ao chamado grupo de Itu, Paula Sousa demonstrava comungar as mesmas ansiedades dos mineiros frente ao prolongamento da crise política na Corte.

Uma característica comum a esse grupo de proprietários mineiros, envolvidos na produção e no comércio de abastecimento da Corte, é o constituir, juntamente com outros elementos de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, uma nova geração de políticos, cuja trajetória incidiu especialmente entre os anos de 1826 a 1837.

Esse espaço de tempo apanha a projeção e o declínio dessa nova geração que não somente diluiu-se no conjunto da representação dos moderados como, junto com eles, diluiu-se no processo mais amplo de conservadorização do sistema político encaminhado pelo Regresso.

Tomaram esses políticos parte ativa na bancada parlamentar que se opôs ao imperador e salientaram-se na trama de sua queda, no 7 de abril (vide episódio da Chácara da Floresta, do Pe. José Custódio Dias); pautaram por irrestrito apoio à Regência moderada, quer pelo apoio nas urnas, nas armas, ou fornecendo subsídios para um projeto moderado que tardou a formalizar-se (relembre-se o ambicioso plano golpista de Feijó e sua associação com a radicalização dos mineiros então escudados com a Constituição de Pouso Alegre, do Pe. José Bento Ferreira de Mello); desgastados com Feijó, de quem estiveram sempre próximos, não sucumbiram também à cisão provocada pelos seguidores mineiros de Evaristo da Veiga, responsável, em grande parte, pelo fortalecimento dos conservadores no Sul de Minas, mantendo os mesmos parâmetros liberais frente ao projeto centralizador do Regresso.

A nova geração de políticos difere frontalmente da que a antecede — Baependi, Valença, Queluz, entre outros, identificada com o governo imperial, cuja iniciação na burocracia e participação no nepotismo imperial, referidas anteriormente, já se faziam acontecer desde a administração joanina.

Como os políticos contemporâneos de São Paulo[51], a nova geração de mineiros ainda não tinha tido acesso a nenhum cargo político e administrativo de significação na Corte antes da queda de D. Pedro. Após 1831, no entanto, com a quebra vertical dos quadros burocráticos, os moderados passaram a ter acesso à Magistratura e ao Paço, investindo contra o reduto dos restauradores, ainda remanescentes na burocracia, mas preferindo afastar o vezo xenofobista de suas acusações contra os "portugueses", quando não fazendo a sua própria defesa frente ao radicalismo exaltado que exigia a expulsão de uma lista de "portugueses" acusados de atividades antinacionais[52].

Claro estava que, em meio à radicalização do processo político, os moderados procurassem adesões à sua direita, temerosos que estavam dos "excessos" que explodiam à sua esquerda. No entanto, os partidários do regime precisavam ser desalojados dos quadros burocráticos e administrativos e o momento revolucionário se prestava para isso.

O empreguismo e seu inevitável jogo do favor constituiu-se, portanto, num eficiente instrumento de disputa política utilizado pelos moderados. Não somente na Corte mas em todo o país centenas de empregos públicos ficavam à merce da disputa, em vista da oscilação política no governo central. Somente a reforma do Código do Processo Criminal, votada em 1832, criaria mais de três mil novos cargos públicos a serem ocupados na Corte e nas províncias[53].

Não há dúvida de que a máquina de empregos constituía-se em apreciável ponto de disputa entre as tendências políticas oponentes. Se faltam razoados partidários para se caracterizarem as diferentes tendências, o empreguismo serve como termômetro para se proceder às distinções entre os grupos divergentes. Em 1832, para os caramurus, os moderados eram identificados como "esse pequenino partido que hoje toma o monopólio de empregos... foi o único que tirou vantagem da revolução: assim o império foi exposto a devastações de uma guerra civil para satisfazer a uma meia dúzia de ambiciosos"[54].

O mesmo parâmetro de observações era também utilizado pelos moderados para se referir aos restauradores. Preocupado com o envolvimento de tantos militares na facção restauradora, *O Recopilador Mineiro,* repetindo o *Aurora Fluminense,* concluía que "certas repartições da Fazenda formigam ainda de Caramurus professos que nunca esconderão a sua crença política"[55].

Sob a experiência moderada parecem ter coexistido setores sociais até então ausentes da composição social que sustentara o Estado im-

A associação entre ituanos e mineiros do sul aparece expressa através da ótica radical da *Nova Luz Brasileira,* para quem "Paula Sousa e outros... espalharam entre as Províncias o archote da intriga com o punhal da guerra civil... tocaram alarme em todo o império... (o alarme) não foi ouvido pelas Câmaras vizinhas à Corte, mas pelos tízicos de Itu, Piracicaba, Campinas, Cantagalo, Pouso Alegre, que destarte e com especial agrado, cravaram um punhal no coração da pátria". — n.° 158, 8 de agosto de 1831.

51. Agostin Wernet, *op. cit.,* 1.° volume, p. 189.

52. Entre eles, o Marquês de Baependi, o Marquês de Santo Amaro, Fernando Carneiro Leão, José Clemente Pereira. Suplemento da *Nova Luz Brasileira,* número 154, 1831, p. 797.

53. Thomas H. Flory, *Judge and Jury in Imperial Brazil,* Austin, Texas, 1975, (Tese de Doutoramento), p. 244, *apud* Maria Odila da Silva Dias, *1776 e o Império Brasileiro: uma inversão arcaica,* mimeo, 1976, p. 8.

54. *O Caramuru,* Rio de Janeiro, número 6, 21 de março de 1832.

55. *O Recopilador Mineiro,* número 105, 19 de fevereiro de 1834.

perial. O comércio de abastecimento da Corte construíra o elo necessário entre o setor rural ligado à produção e comercialização e os setores urbanos emergentes diretamente afetados pela crise.

Padres, jornalistas, advogados, militares formavam uma "inteligência" incipiente, representativa dos novos setores emergentes[56]. Antes vistos como "fantasmas" do construir histórico, os novos setores ganharam representação na Assembléia e nos meios políticos, conquistando um espaço político definitivo após os episódios relacionados ao 7 de abril. Já os setores urbanos excluídos da composição moderada tenderiam a radicalizar-se atuando sob a orientação difusa dos exaltados.

No dizer de Emília Viotti da Costa, esses setores da pequena burguesia e de camadas populares — artesãos, comerciantes, soldados, farmacêuticos — encontravam-se indignados "com o crescente monopólio do comércio pelos ingleses, hostis aos tratados do comércio que haviam beneficiado os comerciantes e industriais estrangeiros, em detrimento do artesanato e do pequeno comércio nacionais, chegando até a sugerir a sua anulação numa linguagem violentamente nacionalista".

Através do jornal *Nova Luz Brasileira*, porta-voz das aspirações dos setores urbanos excluídos, "condenava-se a escravidão e a discriminação racial, chegando-se a propor a emancipação dos escravos com a adstrição à terra pelo prazo de 30 anos e recomendando a abolição do cativeiro aos filhos de escravos..."[57].

O posicionamento dos moderados pautou pela contenção da crise, esvaziando a radicalização da discussão de temas pendentes, entre os quais a nacionalização do comércio em que medidas conciliatórias foram acionadas como elemento de solução.

Por sinal, o cuidado com que os liberais moderados defenderam os interesses dos comerciantes portugueses em 1831 é digno de menção. Desse fato é possível levantar-se a hipótese de uma aproximação, ainda que circunstancial, entre a composição social que se fazia representar pelos moderados e os comerciantes portugueses.

De certo modo, as tensões entre os grupos empresariais nacionais e portugueses arrefeciam-se momentaneamente. De fato, o mercado empresarial descongestionava-se em parte, com a volta a Portugal de um número considerável de portugueses, que acompanhavam o ex-

56. Maria Odila da Silva Dias, "1776 e o Império Brasileiro...", *op. cit.*, p. 7

57. Emília Viotti da Costa, "A consciência liberal nos primórdios do império", *In Da Monarquia à República: momentos decisivos,* 1978, p. 122.

imperador. O espaço de atuação ampliava-se pois para o setor nacional. Sentindo-se seguro no nível do mercado e tomando as rédeas do poder político, o setor nativo não titubeou em buscar aliados à sua direita para fazer frente à pressão do movimento popular ascendente, o que facilitou a aproximação com o setor português enraizado.

Cabe aqui recordar o modo sutil com que Feijó se aproveitou da comunidade estrangeira durante os dias críticos de julho de 1831, convidando-a a se armar para a "defesa da ordem". Da mesma forma, não titubeou em tomar os comerciantes como aliados naturais. Distribuiu-lhes armas assim como a 3 mil cidadãos em condições de serem eleitores[58].

Para a imprensa exaltada, o então ministro da justiça, "farroupilhíssimo d'in illo tempore", convertera-se no herói dos capitalistas de Rocha e Quartilho". Os jornais exaltados denunciavam a situação de inversão que a ação repressiva do ministro acarretara. "Os garrafeiros de março" (leia-se os comerciantes portugueses e sua caixeirada) estavam armados e prontos para atirar "com balas mandadas repartir pelo ministro da justiça, o sr. Feijó"[59].

É provável que interesses afins em jogo — o temor da desestabilização dos negócios, por exemplo — levassem os comerciantes portugueses a se associar à composição nativa menos radical e com ela estabelecer níveis de barganha. Já os comerciantes identificados com o Império, que ainda não tivessem fincado raízes mais profundas aqui, preferiram abandonar o país acompanhando o ex-imperador.

Já se observou anteriormente como a experiência moderada no poder esbarrou nas novas exigências geradas pela economia cafeeira. A expansão do café no Centro-Sul não só se encarregaria de trazer à tona outros problemas pendentes como forçaria a composição social dominante a um redimensionamento do equilíbrio de poder.

Questões como a do tráfico escravo, bem como a discussão das diretrizes institucionais do país agitaram o interior da classe proprietária, ativando novo alinhamento político concentrado no projeto conservador do Regresso.

58. Paulo Pereira de Castro, *op. cit.*, p. 20.

59. *Idem, ibidem,* p. 20.

Para se entender melhor como se dava a adesão política dos caixeiros a seus patrões portugueses, veja-se o trabalho já citado de Lenira Menezes Martinho, no qual são relevadas as relações de trabalho sobre as condições de nacionalidade como fator explicativo da união política entre caixeiros e comerciantes portugueses nos conflitos de rua no Rio de Janeiro.

A ambigüidade das diretrizes moderadas já se manifestam ostensivamente na lei antitráfico de 7 de novembro de 1831, assumindo uma postura contrária aos interesses da classe proprietária, geradora de uma tensão negativa entre a classe e seus representantes, cujos resultados podem ser apurados no descaso com que negociantes e proprietários assumiram perante o não cumprimento da lei.

No que tange à proposta descentralizadora, a ambigüidade se manteve, detendo-se o governo moderado numa indefinição entre federalizar ou assumir uma política centralizadora de fato. Enquanto do ângulo jurídico o regime tendeu a se abrir para a descentralização — como o demonstra o Ato Adicional de 1834 — na verdade, criava diversos expedientes para garantir o poder pela força, como o fez Feijó.

Isto fica patente através da lei repressiva de 5 de junho de 1831, que convertia o juiz de paz num agente policial do governo. Outros expedientes, como a criação das Sociedades Defensoras, sob a liderança de Evaristo da Veiga, que pressionavam o legislativo a favor do governo, e a criação da guarda nacional, incentivada pelo Pe. José Bento, "mantenedora da ordem pública", serviam também de reforço extraordinário para a segurança do regime.

O Regresso, aos poucos, desatou esses pontos de tensão anotados e afastou de vez a indecisão das diretrizes moderadas. De certo modo, os expedientes policiais de Feijó foram ampliados, ficando o sistema judicial e policial sob a esfera de domínio do governo central.

De outro lado, tanto a questão do tráfico foi clareada e definida a favor de sua permanência, quanto a indecisão da centralização foi afastada, mantendo-se a rigidez do poder central mas de modo a legitimá-lo juridicamente através da interpretação do Ato Adicional de 12 de maio de 1840 e através da Reforma do Código do Processo, de 3 de dezembro de 1841.

Os moderados não conseguiram superar a fragmentação política apresentando decisões que satisfizessem o conjunto de interesses da classe proprietária em etapa de reestruturação. Também não tiveram força para fazer frente à formação do novo centro hegemônico de poder composto pelo setor cafeicultor. Nesse processo, os moderados e sua base social mais combativa, o setor representativo do abastecimento, se acomodaram, sem ter oferecido um projeto alternativo ao do Regresso, que capitalizasse os interesses primordiais da classe proprietária do Centro-Sul.

É importante registrar como a Constituição de Pouso Alegre, a mais expressiva contribuição teórica dos liberais moderados mineiros,

traz consigo a marca de traços involutivos, enquanto proposta de um projeto político de reorganização das bases do poder no Brasil.

Oferecida num momento histórico especial, logo após o discutível "golpe de estado" de Feijó contra a vitaliciedade do Senado e já sob os auspícios da "transação" de forças com o próprio Senado, no dizer de um historiador, a Constituição de Pouso Alegre marcava um recuo em relação ao substitutivo Miranda Ribeiro, restringindo e subordinando os poderes municipais à legislação ordinária e prevendo a limitação das autonomias provinciais[60].

Em câmbio, a Constituição de Pouso Alegre prescrevia a extinção do poder moderador, a eleição bienal da Câmara de Deputados, Senado eletivo e temporário e supressão do Conselho de Estado. As reformas concentravam-se pois no nível do poder central, e aí mesmo é que foram detidas, descaracterizando as propostas liberais mais radicais em face da conciliação com o Senado[61].

Nada mais expressivo, nesse sentido, do que um depoimento do Pe. José Custódio Dias, muitas vezes apontado como republicano, a propósito de discussões em torno do projeto de reforma constitucional, a 4 de julho de 1834: "Não, senhores, o povo brasileiro não quiz jamais, em sua maioria, a federação... reconheceram, porém, os influentes, em um assinalado feito, que sem precipitação se poderiam dar passos mais úteis, e seguir sustentando a Constituição... Sim, senhores, eu aceito com afinco esse nexo salutar que une ao centro todas as províncias do Império"[62].

Cerrava-se, em conseqüência, para o grupo moderado, as possibilidades de uma proposta geral clara e definida. Ao contrário, os moderados detiveram-se num meio termo gerador de tensões que acarretaria distorsões claramente observáveis na composição do Ato Adicional, no qual a preocupação em diminuir o poder municipal causou a hipertrofia do poder das Assembléias Provinciais a quem foi confiado o estabelecimento das divisões judiciárias e eclesiásticas.

O Regresso responderia melhor à necessidade da manutenção da integridade da propriedade e do trabalho escravo, alicerçando as bases da economia cafeeira sob os auspícios da centralização do poder.

No entanto, quando vistos de uma perspectiva histórica mais ampla, o abastecimento e seus representantes políticos participantes da

60. Paulo Pereira de Castro, *op. cit.*, p. 31.

61. Octávio Tarquínio de Sousa, *História de dois golpes de Estado*, 1939, pp. 47 a 49.

62. Haroldo Valladão, "José Custódio Dias", *In Vultos Nacionais, op. cit.*, pp. 274-5.

composição moderada concretizaram uma etapa fundamental da institucionalização do Estado nacional.

O comércio de abastecimento fornecera os elementos tecnológicos — estradas, o sistema de tropas —, mantivera a mão-de-obra escrava, base do sistema produtivo, incentivara o povoamento de áreas até então desertas, como definira a concentração da posse da terra em extensas regiões do Centro-Sul, pré-requisitos necessários para o deslanche da economia cafeeira.

Em outras palavras, a função da integração exercida pelo comércio de abastecimento no período joanino e no primeiro reinado se estenderam no tempo, perdurando e alimentando a expansão cafeeira.

Curiosamente, o Regresso sairia dos quadros políticos da moderação. As divergências entre regressistas e progressistas (remanescentes dos moderados) também não seriam tão agudas a ponto de manter as duas linhas em confronto, nem mesmo com o reforço do rescaldo adesista dos ex-caramurus, alinhados com os regressistas.

Do mesmo modo, a oposição entre os "partidos" não resistiria ao encanto da Conciliação proposta pelo ministério do Marquês de Paraná. Na perspectiva da classe social, os moderados, então identificados como progressistas, já tinham cumprido adequadamente o seu papel, mantendo a ordem e a integridade territorial e favorecendo a opção centralizadora oferecida pelo Regresso.

Acomodada sob a hegemonia do setor da classe cafeicultora, a classe proprietária do Centro-Sul pôde assim ter condições de pensamento e ação comuns, fazendo do Estado em construção sua obra, meios e fins juntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há algumas questões que gostaria de retomar nesta parte final do presente estudo, complementares à matéria até agora discutida. Uma das questões que ainda receberá cuidados especiais da pesquisa histórica diz respeito ao tráfico de mão-de-obra escrava, com todas as suas implicações sobre a estrutura escravista de produção, que julgo constituir-se num dos veios necessários para se compreender o sentido das definições políticas do período.

Pouco atrás falava-se da indecisão dos moderados no tocante à questão escravista — indecisão esta que foi afastada na gestão dos conservadores que buscaram legislar de acordo com os interesses prioritários da classe proprietária. Pretendo pormenorizar um pouco mais essa questão e fornecer subsídios para um futuro aprofundamento.

A indecisão moderada se explica em parte pelo fato de que a base social de sustentação da sua gestão era bastante heterogênea, incluindo desde os proprietários e comerciantes associados ao abastecimento até os intelectuais urbanos oriundos da pequena burguesia ilustrada. O curto espaço de tempo da gestão moderada não bastara para que a questão fosse discutida e aclarada, pesando circunstancialmente a posição da intelectualidade que, através do *Aurora Fluminense*, deu o tom sobre o assunto.

Poderia ser também que esse fosse um ponto sério de discordância dentro da composição moderada, prevalecendo a postura ideológica do setor urbano pequeno-burguês sobre o ponto de vista dos proprietários interioranos. Trata-se de uma hipótese a investigar. À primeira vista, dados os vínculos de reciprocidade entre os dois setores sociais, tal hipótese pode ser apenas tomada como remota.

É de se conjecturar também sobre a ausência de grandes traficantes de escravos na composição social que garantia a gestão moderada.

Em geral, portugueses ou não, os grandes traficantes apoiavam a monarquia imperial e, na Regência, alinharam-se à oposição, juntando-se aos caramurus.

As principais lideranças moderadas mostravam-se contrárias à continuidade do trabalho escravo. A lei de 7 de novembro de 1831, editada por Feijó, concedia liberdade aos negros traficados após essa data. O mesmo Feijó, antes da promulgação da lei, redigira um "Código de tratamento dos escravos", que prescrevia um tratamento mais humanitário para com os cativos [1]. No jornal *O Justiceiro* que fundou em São Paulo, após sua renúncia ao Ministério da Justiça, manifestou-se contra o tráfico. Para combatê-lo recomendava a criação de escolas normais de agricultura e a contratação de colonos para o trabalho agrícola [2].

A mesma tendência de Feijó frente à questão escrava era partilhada e difundida pelo *Aurora Fluminense,* porta-voz e condutor ideológico dos moderados. No período de aprovação da lei antitráfico, o jornal lançou um concurso, premiando com 400$000 ao autor da melhor memória contra o tráfico africano e a favor do trabalho livre [3]. O jornal de Evaristo da Veiga procurava apoio para a nova legislação do tráfico, ignorada pelos grandes traficantes, no que foram acompanhados pelos proprietários de terra, em grande parte correligionários do próprio governo.

Já a postura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos cabeças do Regresso, era francamento escravagista. Como político, manteve-se coerentemente a favor da permanência do tráfico negreiro, tomando posição contra as pressões inglesas [4]. Como proprietário, era senhor de lavras no interior de Minas e alugava escravos para construção de obras públicas [5].

Outros líderes conservadores demonstram claro envolvimento com a posse e o trato de propriedades cafeeiras. Este é o caso de Honório Hermeto Carneiro Leão, um áulico, como é geralmente

1. Octávio Tarquínio de Sousa, *Diogo Antonio Feijó,* 1942, p. 72.
2. *Idem, ibidem,* p. 202.
3. Octávio Tarquínio de Sousa, *Evaristo da Veiga,* 1942, p. 151.
Bethell, que atribuiu à Sociedade Defensora ser uma "entidade abolicionista" (!), informa ter sido ela a patrocinadora da publicação do clássico texto de Burlamaque: "Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica". *Abolição do tráfico de escravos no Brasil,* 1976, p. 79.
4. Octávio Tarquínio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos,* 1942, p. 93; Bethell, *op. cit.,* p. 90.
5. Octávio Tarquínio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos,* 1942, p. 233.

identificado pelos historiadores, um fazendeiro de café, pode-se contrapor. Tinha propriedades em Lordelo, junto à fronteira da Província do Rio de Janeiro com Minas Gerais, próximas a Porto do Cunha [6]. Paulino de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, proprietário da fazenda Val de Palmas, nas proximidades do Rio de Janeiro e Rodrigues Torres, cuja família era proprietária de grandes armazens e trapiches para café em Porto das Caixas, ambos líderes de proa dos conservadores, demonstravam compartilhar de interesses semelhantes aos dos outros políticos citados.

O posicionamento dos principais líderes conservadores frente à questão escravista ajustava-se qual uma luva às ambições do setor cafeicultor da classe proprietária. Nos anos 30, a economia cafeeira ampliava-se com rapidez e a indecisão dos liberais fez com que eles incorressem em desgaste de representação frente aos setores ligados ao café que, no mesmo período, passavam a se constituir no pólo hegemônico da classe proprietária regional.

A outra questão, que passo a discutir, é decorrente da proposta geral que permeia este estudo, e que se refere ao caráter dinâmico da economia mercantil de subsistência e às repercussões políticas de seu desempenho. O que teria se passado com essa expressão política após o descenso dos moderados?

O principal dado explicativo cabe, sem dúvida, ao avanço da economia cafeeira que passou a ofuscar a expressividade econômica e política do setor abastecedor. No nível econômico, o café chegou mesmo a penetrar em redutos tradicionais da produção mercantil de subsistência, desincentivou a sua produção em outras regiões e foi o causador direto das crises de abastecimento que assolaram a Corte nos anos 50 e 60.

No plano político, o setor proprietário de café aglutinou as principais lideranças e centralizou o poder, passando os outros setores da classe proprietária a se comporem com ele ou suportarem um irremediável confinamento político nos quadros do partido liberal. No poder, os conservadores, através de um processo de nacionalização da política, cooptaram as oligarquias da Bahia e do Nordeste, lastreando nacionalmente o partido, provocando o transbordamento da política no Centro-Sul para outras regiões do país.

O descenso político dos liberais não se prende pois a um provável enfraquecimento do desempenho econômico do setor abastecedor. Pela Tabela 3 percebe-se continuidade e crescimento das exportações

6. Alberto Lamego, *O homem e a serra,* 1963, p. 361.

mineiras para a Corte no início dos anos 40, permanecendo ainda como as mais numerosas para o abastecimento do mercado carioca. Disponho também de alguns dados parciais de exportações mineiras para o ano de 1874, que demonstram a manutenção do desempenho de décadas anteriores[7].

cabeças de gado	70 000
porcos	30 000
carneiros	10 000
queijos	150 000
toucinho (arrobas)	160 000
fumo (arrobas)	400 000

TABELA 3 — QUADRO COMPARATIVO DAS EXPORTAÇÕES MINEIRAS EM DIFERENTES ANOS.

ESPÉCIE	1839/40	1840/1	1842/3
Cabeças de gado	21 025	50 370	78 120
Porcos	10 249	21 747	44 819
Carneiros	2 994	6 608	7 115
Bestas	——	——	45 425
Cavalos	——	——	1 173
Queijos	218 654	559 006	337 239
Toucinho (arrobas)	85 995	181 116	220 301
Fumo	55 035	163 271	154 179
Café	103 251		263 980
Açúcar	2 938	5 604	2 007
Algodão (varas)	439 639	1 025 338	1 245 229
Milho (alqueires)	——	8 501	

Fonte: Afonso de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, tomo I, volume 3, pp. 256, 257, 259, 260.

O conjunto desses dados refere-se às exportações mineiras para o Rio de Janeiro e São Paulo. Se fossem computadas as exportações para a Bahia, eles sofreriam um sensível acréscimo. Segundo uma carta de José de Azevedo Almeida ao presidente da província da Bahia, Minas e Goiás exportaram, em 1865, 16 mil cabeças de gado para aquela província, aliviando a crise de abastecimento da carne em Salvador[8].

7. *Almanach Sul Mineiro para 1874*, organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino da Veiga, Campanha, Typographia do Monitor Sul Mineiro, 1874, pp. 31 a 35.
8. Documento citado por Kátia Mattoso em *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX op. cit.*, p. 256.

A penetração de comerciantes mineiros permanecia ativa na praça do Rio de Janeiro, a julgar pelas informações fornecidas pelo *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o anno de 1864*. Eram 6 as casas comissárias mineiras funcionando na Capital: Francisco Eugenio de Azevedo (Direita, 117); Carvalho Pinto Paiva & Cia. (Quitanda); Feliciano José Henrique (Bragança, 4); Costa & Carneiro (Violas, 64); Francisco Fernandes de Andrade e Silva (Pescadores, 64) e Mello S. Armond (Bragança). Destas casas comissárias, a última, seguramente era especializada no comércio de abastecimento[9].

Voltando ao curso da discussão, creio que a diversificação das fontes de ofertas de gêneros de abastecimento fez diminuir, relativamente, a força e o prestígio político das áreas abastecedoras tradicionais. Mesmo em Minas, novas áreas de produção apareceram, como no caso do Triângulo Mineiro. São Paulo e Goiás também ampliaram sua produção. Estas novas áreas produtivas podem ter forçado uma fragmentação dos centros mais antigos de decisão, dificultando a polarização das lideranças tradicionais.

De outro lado, as exportações gaúchas de gado, que estavam em expansão, facilitadas pelo transporte a vapor, constituíram um novo pólo rival de competição. Maria Yedda Linhares refere-se ao Contrato Berlink, que visava importar gado do Rio Grande do Sul e do Prata, desferindo-se, assim, um golpe sério na proeminência da produção pecuarista mineira[10].

Um outro setor abastecedor que parece ter crescido bastante foi o hortigranjeiro, que agora dava mostras de autonomia. De uma anotação sugestiva de Sérgio Buarque de Holanda[11], pode-se perceber, durante o transcorrer da segunda metade do século, a presença de um setor independente daqueles tradicionalmente instalados no interior do Centro-Sul, o que dá mostras do crescimento e diversificação dos centros de produção de gêneros de primeira necessidade.

Identificados como "quitandeiros", estes abastecedores encontravam-se localizados nas proximidades do mercado carioca e mantinham-se como contrapeso à liderança dos proprietários de café. Os "quitandeiros" eram assim denominados desdenhosamente por não

9. Segundo o mesmo almanaque, em sua página 36, funcionavam também no Rio de Janeiro 4 casas mineiras de molhados; 11 de fazendas; 6 de ferragens; de louças; 2 de chapas; 1 de armarinhos; e 1 sem identificação.
10. Maria Yedda Linhares, *op. cit.*, p. 258.
11. *Raízes do Brasil*, 10.ª edição, 1976, p. 129.

se ocuparem da atividade mais rendosa, o café, preferindo manter-se ligados à produção e comercialização de mantimentos.

O terceiro item escolhido, que passo a comentar, refere-se à perda da efetividade de atuação e posterior fragmentação do grupo mineiro dentro da composição política dos moderados. Apreciarei essa trajetória a partir de suas repercussões no interior de Minas, enfatizando as mudanças que tomaram conta do Sul de Minas, principal retaguarda política do grupo moderado mineiro.

Acompanhando o refluxo que tomava conta de suas lideranças na Corte, as bases moderadas mineiras principiaram a ceder após a cisão de Honório Hermeto Carneiro Leão e depois que Bernardo Pereira de Vasconcelos deu início à organização do movimento regressista, desde que fora preterido para o senado em favor do Pe. José Bento.

Em Minas, o golpe decisivo foi desferido com a virada de Bernardo Jacinto da Veiga para o lado conservador, após a morte de seu irmão Evaristo. Comerciante e livreiro em Campanha, Jacinto da Veiga de juiz de paz e vereador pulou para deputado em 1835 e se converteu no principal líder conservador mineiro, cabendo-lhe, inclusive, como presidente da província em 1842, reprimir o movimento armado dos liberais.

Após a morte de Evaristo da Veiga, desfez-se a conexão política de base entre os moderados na Corte e sua clientela interiorana. Desmantelava-se a rede jornalística dos moderados na Província. Perdia-se o controle do comando da Guarda Nacional e das Sociedades Defensoras, bem como dos principais cargos administrativos e burocráticos da Província. Em outras palavras, emperrava a máquina eleitoral e partidária que respaldava a atuação das lideranças na Corte.

A ascensão dos regressistas ao poder em 1837 viria apenas cristalizar uma situação que já estava definida. O controle da rede de empregos escapava dos liberais, convertendo-se também em um recurso político que agora lhes era adverso. A fidelidade partidária de conveniência provocava o aumento dos adeptos do novo partido da situação. Novos setores da classe proprietária regional passavam a endossar o apoio político ao Partido Conservador, cujo objetivo imediato, a recuperação da ordem pública, ia ao encontro das aspirações gerais da classe.

Os liberais ainda resistiram em Pouso Alegre, informa Ferreira Resende. E recrutavam novos contingentes na periferia da região,

como em Lambari e Mutuca. Já Campanha e outros centros urbanos de maior expressão fechavam com os conservadores[12].

Evidentemente, o refluxo político dos liberais não se fazia apenas às expensas da nova ordem política e administrativa instalada com o Regresso. As mudanças econômicas mais amplas — o avanço da economia cafeeira — passaram a restringir os impulsos políticos dos outros setores proprietários, sujeitos agora a gravitar ao redor do novo pólo hegemônico estabelecido pela economia cafeeira.

1842 revela, antes de tudo, o enfraquecimento dos liberais na Província. Sem espaço político na Corte, eles buscaram na Província suas bases de sustentação para tentar a cartada decisiva. A dilapidação de suas bases explica o inteiro fracasso da iniciativa armada.

A outra saída possível foi a acomodação, espelhada no desempenho de Limpo de Abreu, o único político do grupo que sobreviveu a essa etapa de mudanças. Serviria ao Império, chefiando o Ministério das Relações Exteriores. Isto exatamente sob o gabinete da Conciliação, presidido por Honório Hermeto, o Marquês de Paraná.

---

12. *Op. cit.*, p. 128.
Nas eleições legislativas de 1840, Limpo de Abreu e o Pe. João Dias de Quadros Aranha, pároco de Pouso Alegre, candidatos ligados ao Pe. José Bento, foram votados maciçamente em Pouso Alegre, Ouro-Fino, Camanducaia, Caldas, Caboverde, Jacuhy, e Alfenas, recebendo 184 e 182 votos, respectivamente, de um total de 214 eleitores. Já em Campanha foram pouco votados, 4 e 11 votos, se comparados com os votos recebidos por Bernardo Jacinto da Veiga, 19, Honório Hermeto Carneiro Leão, 18, e Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, também 18. Já em relação a Pouso Alegre e demais centros citados, os três candidatos conservadores receberam votação menor que a dos dois liberais apontados: 62, 59, e 33 votos, respectivamente. *O Universal*, 11 de dezembro de 1840, n.° 144.

FONTES E REFERÊNCIAS

I. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. Fontes primárias manuscritas

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Consulta de 28 de agosto de 1830 do Tribunal da Junta do Comércio participando ter suspendido diversas obras em execução, ''Junta do Comércio'', Cx. 443, pte. 2.

Documento de 31 de maio de 1819, ''Graças Honoríficas'', Códice 15, volume 7, folha 36.

Ofício de 8 de março de 1808 do Governador da Capitania de Minas Gerais ao Visconde de Anadia, ''Ministérios'', I JJ[9] 568.

Ofício de 11 de julho de 1817 do construtor da estrada à Junta do Comércio dando conta dos serviços de exame do terreno para abertura da estrada do Rio Preto, ''Junta do Comércio'', Cx. 443, pte. 3.

Ofício de 21 de julho de 1817 do construtor da estrada do Rio Preto ao deputado da Junta do Comércio João Rodrigues Pereira de Almeida, ''Junta do Comércio'', Cx. 442, pte. 2.

Ofício de 28 de novembro de 1818 em que os moradores das Vilas de Campanha e Baependi pedem licença para a abertura de uma estrada, ''Junta do Comércio'', Cx. 443, pte. 3.

Ofício de abril de 1830 em que a Câmara de Cantagalo recorre à Junta do Comércio pedindo apoio financeiro para construir a estrada de Cantagalo, ''Junta do Comércio'', Cx. 443, pte. 4.

Registro de Tropeiros vindos do interior com tropas em geral e guias de Registros — 1829-1832, ''Seção de Documentação Histórica'', Códice 419, 3 volumes.

Registro de Tropeiros vindos de várias localidades, 1809-1831, ''Seção de Documentação Histórica'', Códice 421, 23 volumes.

Registro de uma correspondência sobre a estrada mandada fazer pela Intendência da Polícia (1824-1829), ''Seção de Documentação Histórica'', Códice 361, 8 volumes.

''Registro de Sesmarias'', Cx. 130, n.º 23.

Relatório de 5 de outubro de 1826 dos construtores à Junta do Comércio, referente aos trabalhos preparatórios para a construção do Canal do Pavuna, "Junta do Comércio", Cx. 443, pte. 4.

Relatório de 27 de novembro de 1829 do tenente-engenheiro Conrado J. Niemayer à Junta do Comércio sobre os trabalhos de reparos na Serra do Itaguahy, "Junta do Comércio", Cx. 443, pte. 2.

Verba Testamentária 18, n.º 151.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

"Notícias e Reflexões Estatísticas da Província de Minas Gerais", W.C. von Eschwege, SMHs, 5, 4, 5.

Representação dos moradores de Rio Preto..., 22 de maio de 1814, SMHs, 36, 3, 37.

Representação de comerciantes, tropeiros e boiadeiros da Província de Minas Gerais e os lavradores d'além do Rio Paraíba..., 1823, SMHs, II-36, 4, 43.

Requerimento assinado por viajantes da Província de Minas Gerais que atravessam o Rio Paraíba do Sul, 1823, SMHs, II-36, 3, 12.

Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro

Exposição do procurador do Senado da Câmara, de 13 de janeiro de 1820, sobre a necessidade de uma praça do Mercado Público, "Mercados", Códice 61-1-20.

Livro de entradas das embarcações neste Porto do Rio de Janeiro, anos de 1809 a 1818.

Ofício de armazeneiros, dirigindo-se ao Intendente da Polícia pedindo a suspensão da cobrança de multas, "Armazém de víveres — 1820", Códice 58-3-28.

Ofício de 9 de dezembro de 1820 do almotacé Alexandre Ferreira de Vasconcellos Drumond, "Armazém de víveres — 1820", Códice 58-3-28.

Ofício de 13 de agosto de 1823, "Gêneros alimentícios para a Cidade do Rio de Janeiro — 1823-1831", Códice 59-1-40.

Requerimento de armazeneiros de 28 de abril de 1834, "Gêneros alimentícios — 1826-1849", Códice 59-1-42.

1.2. Fontes primárias publicadas

"Actas das Sessões da Ilma. Câmara Municipal — 1830-1931", *In Revista do Arquivo do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, volume III, 1952.

__________. Volume IV, 1953.

__________. Volume V, 1954.

Almanach Sul Mineiro para 1874, organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino da Veiga, Campanha, Typographia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

Almanak administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais para o anno de 1864, organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira, 1.º anno, Rio de Janeiro, Typographia da Actualidade, 1864.

Colleção das Leis do Brazil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

Colleção das Leis do Brazil de 1816-1819, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

Colleção das Leis do Império do Brazil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

Decisões do Governo do Império do Brasil — 1808-1816, Biblioteca da Reitoria da USP.

Marrocos, Luis Joaquim dos Santos. "Cartas de...", *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume LVI, 1934.

Morais Silva, Antonio de. *Diccionário de Lingua Portuguesa* (edição commemorativa do 1.º centenário da Independência do Brasil, fac-símile da 2.ª edição, 1813), Rio de Janeiro, Officinas da S. A. Litho-Typographia Fluminense, 1922, 2 volumes.

Programa do Ministério de 16 de julho de 1831, *Real Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 85, 1921.

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, volume XIII, São Paulo, Typographia Piratinga, 1921.

Sierra Y Mariscal, Francisco. "Idéias gerais sobre a revolução do Brasil e suas conseqüências", *Anais da Biblioteca Nacional*, volumes XLIII, XLIV, 1931, pp. 51 a 81.

Silva Lisboa, José da. *Princípios do Direito Mercantil*, Lisboa, 1801/1803, Régia Officina Typographica.

1.3. Jornais

Aurora Fluminense, 3.2.1830, n.º 296; 20.5.1831, n.º 476.

Caramuru, 21.3.1832, n.º 6.

O Recopilador Mineiro, 3.8.1833, n.º 51; 19.2.1834, n.º 105.

O Universal, 15.8.1825, n.º 13; 31.12.1828, n.º 230; 11.12.1840, n.º 144.

Nova Luz Brasileira, 8.8.1831, n.º 158.

Suplemento da Nova Luz Brasileira, 1831, n.º 154.

1.4. Viajantes

BUNBURY, Charles James Fox. "Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e a Minas Gerais (1833-1835)", *In Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, volume LXII, 1942.

BURMEISTER, H.. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, Martins, 1952, tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt.

CHAMBERLAIN. *Vistas e costumes da Cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*, Rio de Janeiro, Kosmos Editora, 1943, tradução de Rubens Borba de Moraes.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, São Paulo, Martins/USP, 1972, 2 volumes, tradução de Sérgio Milliet.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1972, tradução de Joaquim de Sousa Leão Filho.

ESCHWEGE, W.L. von. *Pluto Brasiliensis,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, s/d, 2 volumes, tradução de Domingos de Figueiredo Murta.

GRAHAN, Maria. *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of years 1821, 1822, 1823,* London, 1824.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil,* São Paulo, USP/Martins, 1972, tradução de Moacir N. de Vasconcelos.

LEITHOLD, E. von e RANGO, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1966, tradução de Joaquim de Sousa Leão Filho.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil,* Belo Horizonte-Itatiaia/USP, 1975, tradução de Milton da Silva Rodrigues.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil,* Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944, tradução de Clado Ribeiro Lessa.

RUGENDAS, J. Mauricio. *Viagem Pitoresca através do Brasil,* São Paulo, Martins/USP, 1972, tradução de Sérgio Milliet.

SAINT-HILAIRE, A.. *2.ª Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo,* Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1974, tradução de Vivaldi Moreira.

__________. *Viagem às nascentes do rio São Francisco,* Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1975, tradução de Regina Regis Junqueira.

__________. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1975, tradução de Vivaldi Moreira.

__________. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil,* Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1974, tradução de Leonam de Azevedo Penna.

SCHLICHTRORST, C. *O Rio de Janeiro como é — 1824-1826,* Rio de Janeiro, Editora Getúlio Costa, s/d., tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil — 1817-1820,* São Paulo, Melhoramentos, 3.ª edição, 1976, 3 volumes, tradução de Lucia Furquim Lahmeyer.

WALSH, R.. *Notices of Brazil in 1828 and 1829,* London, 1830, 2 volumes.

2. *FONTES SECUNDÁRIAS*

2.1. Livros

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *D. Pedro e a jornada de Minas Gerais em 1822,* Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1973.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil,* Rio de Janeiro, Expressão e Cultura/USP, 1976, tradução de Vera Nunes Pedroso.

CALÓGERAS, Pandiá. *A política monetária no Brasil,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960.

CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 4.ª edição, 1975.

__________. *Os parceiros do Rio Bonito,* São Paulo, Duas Cidades, 3ª edição, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos,* São Paulo, Grijalbo, 1978.

COSTA Filho, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais,* Rio de Janeiro, IAA, 1959.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder,* Porto Alegre, Globo/USP, 2.ª edição, 1975.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *História do Banco do Brasil, (1.ª fase, 1808-1835),* São Paulo, Instituto de Economia da Associação Comercial, 1947.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata,* São Paulo, IEB, 1969.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 10.ª edição, 1970.

GERSON, Brasil. *O ouro o café e o Rio,* Rio de Janeiro, Livraria Brasiliana Editora, 1970.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial,* São Paulo, Ática, 1978.

GORENSTEIN, Riva. *O Enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil,* São Paulo, USP, 1978.

GOULART, José Alipio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil,* Rio de Janeiro, Conquista, 1961.

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 1974, tradução de Roberto Machado de Almeida.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil,* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 10.ª edição, 1976.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro — 1835-1889,* Rio de Janeiro, INL, 1958.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra,* Rio de Janeiro, IBGE, 2.ª edição, 1963.

LEITE, Mário. *Paulistas e Mineiros plantadores de cidades,* São Paulo, Edart, 1961.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *O problema do abastecimento numa perspectiva histórica, 1530/1918,* Rio de Janeiro, 1978, mimeo.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, 2 volumes.

MAGALHÃES, B. de Almeida. *O visconde de Abaeté,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

MARTINHO, Lenira Meneses. *Organização do trabalho e relações sociais no interior das firmas comerciais do Rio de Janeiro na 1.ª metade do século XIX,* USP, 1977.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX,* São Paulo, Hucitec 1978.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa,* Rio de Janeiro, 1978, tradução de João Maia.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil,* Rio de Janeiro, Saga, 1965.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PEIXOTO, Léa Quintiere Cortines. *Principais antigos caminhos fluminenses para as Minas Gerais,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951.

PELÚCIO, J. Alberto. *Baependi*, 1942.

PETRONE, Maria Thereza Schörer. *O Barão de Iguape,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.

PRADO, Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos,* São Paulo, Brasiliense, 8.ª edição, 1972.

____________. *Formação do Brasil Contemporâneo,* São Paulo, Brasiliense, 10.ª edição, 1970.

PRADO, J. F. de Almeida. *D. João e o início da classe dirigente no Brasil (1818-1889),* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento,* Belo Horizonte, Imprensa Official, 1933.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira. *Minhas recordações,* Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1945.

RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARAENS, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompeu,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução,* Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975, 5 volumes.

SENNA, Ernesto. *O velho comércio do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, Livraria Garnier Irmãos, 1915.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. ''Linguagem, Cultura e Sociedade — O Rio de Janeiro de 1808 a 1821'' (Tese de Livre Docência), São Paulo, USP, 1974.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil — 1500-1820,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 6.ª edição, 1969.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. ''Bernardo Pereira de Vasconcelos'', volume V da *História dos Fundadores do Império do Brasil,* Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1942.

____________. ''Diogo Antonio Feijó'', volume VI do mesmo livro.

____________. ''Evaristo da Veiga'', volume V do mesmo livro.

____________. *História de dois golpes de Estado,* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939.

STEIN, S. J.. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba,* São Paulo, Brasiliense, 1961.

TAUNAY, A. de E. *História do Café no Brasil,* Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 2.º volume, tomos I, II, III, 1939.

VALLADÃO, Haroldo. *Campanha da Princeza,* Rio de Janeiro, Leuzinger S. A., 1937, 4 volumes.

____________. *Vultos Nacionais,* Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S.A., 1974, 2.ª edição.

VASCONCELOS, Salomão. *O Fico e os Mineiros na Independência,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.

VEIGA, J. P. Xavier da. *Ephemérides Mineiras (1604-1887),* Ouro Preto, Imprensa Official do Estado de Minas, 1897, 4 volumes.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973, 2 volumes.

VIEGAS, Augusto. *Notícias de São João Del Rey,* Belo Horizonte, 3.ª edição s/d.

WERNET, Agostin. ''As Sociedades políticas da Província de São Paulo na primeira metade do período regencial'' (Tese de Doutoramento), São Paulo, USP, 1975.

ZEMELLA, Mafalda. ''O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII'' (Tese de Doutoramento), São Paulo, USP, 1951.

2.2. Artigos

CALÓGERAS, Pandiá. ''Transportes Archaicos'', *In O Jornal — Edição comemorativa do bi-centenário do cafeeiro no Brasil,* São Paulo, Palácio das Indústrias, 1.ª seção, p. 12, 1927.

CASTRO, Paulo Pereira de. ''A experiência republicana — 1831-1840'', *In* HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira,* São Paulo, Difel, tomo II, 2.º volume, 3.ª edição, 1972.

COSTA, Emília Viotti da. ''Introdução ao estudo da emancipação política''. *In* MOTA, Carlos Guilherme (org.), *Brasil em perspectiva,* São Paulo, Difel, 1968.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. ''A interiorização da Metrópole — 1808-1853'', *In* MOTA, Carlos Guilherme (org.), *1822: Dimensões,* São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

____________. ''1776 e o Império Brasileiro: uma inversão arcaica'', 1976, (mimeo).

GONÇALVES, Aureliano Restier. ''Carnes Verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro'', *In Revista do Arquivo do Distrito Federal,* Rio de Janeiro, volume II, 1952.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. ''A Herança Colonial — sua desagregação'', *In História Geral da Civilização Brasileira,* tomo II, volume 1.º, São Paulo, Difel, 3.ª edição, 1970.

____________. ''Prefácio'' de Petrone, M. T. Schörer, *O Barão de Iguape,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.

____________. ''São Paulo'', *In História Geral da Civilização Brasileira,* tomo II, volume 2, São Paulo, Difel, 3.ª edição, 1972.

HORTA, Cid Rebelo. ''Famílias Governamentais de Minas Gerais'', *In 2.º Seminário de Estudos Mineiros,* Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1956.

IGLÉSIAS, Francisco. ''Minas Gerais'', *In* HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo II, volume 2, São Paulo, Difel, 3.ª edição, 1972.

JOHNSON JR., Harold B. ''Rio de Janeiro, a preliminary inquiry into money, prices and wages (1763-1823)'', *In* DAURIL, Alden. *Colonial Roots of Modern Brazil,* Berkeley, University of California, 1973.

LENHARO, Alcir. ''Rota Menor — o movimento mercantil da economia de subsistência no Centro-Sul do Brasil (1808-1831)'', *Anais do Museu Paulista,* volume XXIII, 1977/8.

PROCURAR NA INT.

LINHARES, Maria Yedda e LÉVY, Bárbara. ''Aspectos da História demográfica e social do Rio de Janeiro — 1808-1889'', *In L'Histoire Quantitative du Brésil de 1808 a 1930,* Éditions du Centre Nacional de la Recherche Scientifique, Paris, 1973.

LOBO, Maria Eulália Lahmeyer (e outros). ''Estudo das categorias sócio-profissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930'', *In Revista Brasileira de Economia,* n.º 27, outubro/dezembro, Rio de Janeiro, FGV, 1973.

____________. ''Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930'', *In Revista Brasileira de Economia,* n.º 25, volume 4, outubro/dezembro, Rio de Janeiro, FGV, 1971.

MARCÍLIO, Maria Luisa. ''Crescimento Histórico da população brasileira até 1872'', *In Cadernos Cebrap* n.º 16, São Paulo, Cebrap, 1973.

MARTINS FILHO, Enéas. ''Os três caminhos para as Minas'', *In* ''Anais do Congresso comemorativo do bi-centenário da transferência da sede do Governo do Brasil da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro'', Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* volume 1, 1965.

MORSE, Richard. ''Tendencias y planteos en la investigacion urbana latinoamericana, 1965-1970'', *In La investigacion urbana latinoamericana: tendencias y planteos,* Buenos Aires, Ediciones Stap, 1971.

NOVAIS, Fernando A. ''Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII), *In Cadernos Cebrap n.º 17,* São Paulo, Cebrap, 1974.

PANTALEÃO, Olga. ''A presença inglesa'', *In* HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo II, volume 1, São Paulo, Difel, 3.ª edição, 1970.

PINHEIRO, J.C. Fernandes. ''Paulo Fernandes e a polícia de seu tempo'', *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n.º 35, Rio de Janeiro, 1976.

SCHWARTZ, Stuart. ''Magistracy and Society in Colonial Brazil'', *In Hispanic American Historical Review,* n.º 4, volume 1, 1968.

SOUSA, João Antonio Soares. ''Aspectos do comércio do Brasil e de Portugal no fim do século XVIII e começo do XIX'', *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n.º 289, Rio de Janeiro, 1970.

TAUNAY, Afonso de E. ''Os Teixeira Leite — uma irmandade de grandes cafezistas e civilizadores...'', *In O Jornal — Edição comemorativa do bi-centenário do cafeeiro no Brasil,* São Paulo, Palácio das Indústrias, 7.ª seção, pp. 1 e 2, 1927.